

ITR

Informações Trimestrais

Companhia: ENERGISA S.A.

Data Entrega: 14/05/2020

Data Referência: 31/03/2020

Tipo Apresentação: Apresentação

Versão: 1

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital

Proventos em Dinheiro

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo

Balanço Patrimonial Passivo

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração do fluxo de Caixa

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração de Valor Adicionado

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo

Balanço Patrimonial Passivo

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração do fluxo de Caixa

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração de Valor Adicionado

Anexos

Relatório da Administração /Comentário do Desempenho

Notas Explicativas

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial %R%

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DADOS DA EMPRESA / COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Número de Ações (Mil)	31/03/2020
-----------------------	------------

Do Capital Integralizado

Ordinárias	755.993.938
Preferenciais	1.058.567.972
Total	1.814.561.910

Em Tesouraria

Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Provento

DFs INDIVIDUAIS / BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	31/03/2020	31/12/2019
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	170.942	117.310
1.02.01.10.04	Depósitos e cauções vinculados	1.089	382
1.02.01.10.06	Tributos a recuperar	41.157	35.427
1.02.01.10.07	Instrumentos Financeiros Derivativos	66.676	19.481
1.02.01.10.08	Outros	62.020	62.020
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	69.364	73.610
1	Ativo Total	12.020.077	11.772.144
1.01	Ativo Circulante	1.204.404	985.232
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	53.471	68.423
1.01.02	Aplicações Financeiras	712.158	710.030
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	712.158	710.030
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	712.158	710.030
1.01.03	Contas a Receber	24.007	40.640
1.01.03.01	Clientes	24.007	40.640
1.01.04	Estoques	214	183
1.01.06	Tributos a Recuperar	98.437	99.837
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	316.117	66.119
1.01.08.03	Outros	316.117	66.119
1.01.08.03.01	Dividendos a receber	212.013	10.614
1.01.08.03.02	Instrumentos financeiros derivativos	66.159	15.756
1.01.08.03.04	Títulos de crédito a receber	38	76
1.01.08.03.05	Outros créditos	37.907	39.673
1.02	Ativo Não Circulante	10.815.673	10.786.912
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.671.302	2.562.022
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.797.442	1.776.332
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	702.918	668.380
1.02.02	Investimentos	8.054.760	8.134.958

1.02.02.01	Participações Societárias	8.054.760	8.134.958
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	7.985.396	8.061.348
1.02.03	Imobilizado	62.584	63.922
1.02.04	Intangível	27.027	26.010
1.02.04.01	Intangíveis	27.027	26.010

DFs INDIVIDUAIS / BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	31/03/2020	31/12/2019
2	Passivo Total	12.020.077	11.772.144
2.01	Passivo Circulante	1.591.436	1.693.066
2.01.02	Fornecedores	1.918	17.462
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.186.144	1.132.342
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	212.579	162.958
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	-299	-299
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	212.878	163.257
2.01.04.02	Debêntures	973.565	969.384
2.01.05	Outras Obrigações	403.374	543.262
2.01.05.02	Outros	403.374	543.262
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	78.839	78.839
2.01.05.02.04	Encargos de dívidas	23.159	12.232
2.01.05.02.05	Obrigações estimadas	11.477	9.949
2.01.05.02.06	Benefícios pós emprego	2.127	2.127
2.01.05.02.07	Impostos e contribuições sociais a recolher	6.927	13.021
2.01.05.02.08	Instrumentos financeiros derivativos	203.412	350.243
2.01.05.02.10	Arrendamentos operacionais	183	112
2.01.05.02.11	Outros passivos	77.250	76.739
2.02	Passivo Não Circulante	4.160.594	4.380.820
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.256.047	3.178.764
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	662.828	613.133
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	449.950	449.875
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	212.878	163.258
2.02.01.02	Debêntures	2.593.219	2.565.631
2.02.02	Outras Obrigações	588.096	883.421
2.02.02.02	Outros	588.096	883.421
2.02.02.02.04	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	923	3.164

2.02.02.02.05	Benefícios pós emprego	9.218	8.686
2.02.02.02.06	Instrumentos financeiros derivativos	407.914	701.541
2.02.02.02.10	Arrendamentos Operacionais	507	607
2.02.02.02.11	Impostos e contribuições sociais a recolher	685	564
2.02.02.02.12	Outros Passivos	168.849	168.859
2.02.03	Tributos Diferidos	316.451	318.635
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	316.451	318.635
2.03	Patrimônio Líquido	6.268.047	5.698.258
2.03.01	Capital Social Realizado	3.363.685	3.363.685
2.03.02	Reservas de Capital	344.289	347.523
2.03.02.07	Custo com emissões de ações	-65.723	-65.723
2.03.04	Reservas de Lucros	2.332.052	2.332.052
2.03.04.01	Reserva Legal	229.611	229.611
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	2.061.143	2.061.143
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	41.298	41.298
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	573.023	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-345.002	-345.002
2.03.02.09	Reservas de Capital	410.012	413.246

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/01/2020 à 31/03/2020	01/01/2019 à 31/03/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	56.712	47.035
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-28.171	-26.991
3.02.01	Pessoal e administradores	-24.363	-22.017
3.02.02	Benefícios pós emprego	-408	-360
3.02.03	Material	-309	-257
3.02.04	Serviços de Terceiros	-2.081	-2.649
3.02.05	Amortização e Depreciação	-558	-1.597
3.02.06	Outras Despesas	-452	-111
3.03	Resultado Bruto	28.541	20.044
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	151.674	269.256
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-14.390	-11.261
3.04.02.02	Pessoal e administradores	-5.127	-1.479
3.04.02.03	Benefícios pós emprego	-590	-412
3.04.02.04	Material	-307	-269
3.04.02.05	Serviços Terceiros	-6.865	-7.449
3.04.02.06	Amortização e Depreciação	-2.375	-807
3.04.02.07	Outras	-1.387	-800
3.04.02.08	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	2.261	-45
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	44
3.04.04.02	Outros	0	44
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-29	0
3.04.05.02	Outras despesas	-29	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	166.093	280.473
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	180.215	289.300
3.06	Resultado Financeiro	390.625	-173.623
3.06.01	Receitas Financeiras	57.050	53.980

3.06.01.01	Receita de aplicação financeira	39.010	42.903
3.06.01.02	Receita de atualização de mútuos	13.188	6.170
3.06.01.03	Receita de aval	7.057	6.605
3.06.01.04	Tributos sobre receitas financeiras	-2.902	-2.723
3.06.01.05	Outros receitas financeiras	697	1.025
3.06.02	Despesas Financeiras	333.575	-227.603
3.06.02.01	Encargos e dívidas - juros	-67.638	-89.843
3.06.02.02	Marcação a mercado derivativos	446.296	-124.614
3.06.02.03	Instrumentos financeiros derivativos	91.796	8.513
3.06.02.04	Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	-127.020	-25.222
3.06.02.05	Despesas bancárias	-96	-170
3.06.02.06	IOF	0	-22
3.06.02.07	Despesas de aval	-3.131	-3.050
3.06.02.08	Atualização de mútuos	0	-110
3.06.02.09	Marcação a mercado da dívida	-5.802	7.026
3.06.02.10	Outras despesas financeiras	-830	-111
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	570.840	115.677
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	2.183	-2.155
3.08.01	Corrente	-1	0
3.08.02	Diferido	2.184	-2.155
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	573.023	113.522
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	573.023	113.522
3.99.01.01	ON	0,32000	0,06000
3.99.01.02	PN	0,32000	0,06000
3.99.02.01	ON	0,32000	0,06000
3.99.02.02	PN	0,32000	0,06000

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/01/2020 à 31/03/2020	01/01/2019 à 31/03/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	573.023	113.522
4.03	Resultado Abrangente do Período	573.023	113.522

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2020 à 31/03/2020	01/01/2019 à 31/03/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	8.817	-3.470
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	11.375	6.742
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	573.023	113.522
6.01.01.03	Despesas com juros, var.monet. e cambiais - líquidas	135.429	59.524
6.01.01.04	Resultado de equivalência patrimonial	-166.093	-280.473
6.01.01.05	Amortização e depreciação	2.933	2.404
6.01.01.08	Imposto de renda e contribuição social	-2.183	2.155
6.01.01.09	Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	209	45
6.01.01.10	Instrumentos financeiros derivativos	-91.796	-8.513
6.01.01.11	Marcação a mercado de derivativos	-446.296	124.614
6.01.01.12	Marcação a mercado das dívidas	5.802	-7.026
6.01.01.13	Perda (ganho) na alienação de bens do ativo	29	-44
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.558	-10.212
6.01.02.01	Diminuição de clientes	16.633	1.982
6.01.02.02	Diminuição Títulos e créditos a receber	38	35
6.01.02.03	(Aumento) de cauções e depósitos vinculados	-707	-11
6.01.02.04	(Aumento) diminuição de estoques	-31	18
6.01.02.05	(Aumento) de tributos a recuperar	-4.330	-6.483
6.01.02.08	Diminuição (aumento) de outros créditos	8.757	-2.997
6.01.02.09	(Diminuição) de fornecedores	-15.544	-2.216
6.01.02.11	(Diminuição) de impostos e contribuições sociais	-5.974	-1.275
6.01.02.12	Aumento de obrigações estimadas	1.528	1.661
6.01.02.13	Processos trabalhistas, cíveis e fiscais pagos	-2.470	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	56.028	24.291
6.02.01	Aumento de capital e compra de ações de subsidiárias e outros investimentos	-1.346	-1.009.030
6.02.02	Aquisição de ativo imobilizado	-113	-676

6.02.03	Aplicações no intangível	-2.499	-1.391
6.02.04	Recebimento de dividendos	44.214	70.217
6.02.05	Aplicações Financeiras e recursos vinculados	15.772	958.577
6.02.07	Alienação de bens do imobilizado e intangível	0	58
6.02.08	Partes relacionadas	0	6.536
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-79.797	-310.181
6.03.04	Pagamento de empréstimos , debentures - juros	-58.448	-74.852
6.03.05	Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	36	0
6.03.06	Pagamentos de dividendos	0	-235.304
6.03.09	Pagamento por arrendamento financeiro mercantil	-35	-25
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-14.952	-289.360
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	68.423	313.687
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	53.471	24.327
6.01.01.14	Programa de remuneração variável (ILP)	318	534
6.01.02.15	(Diminuição) de outras contas a pagar	-458	-926
6.03.11	Partes relacionadas	-21.350	0

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (REAIS MIL)

01/01/2020 à 31/03/2020

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.363.685	347.523	2.332.052	0	-345.002	5.698.258
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.363.685	347.523	2.332.052	0	-345.002	5.698.258
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-3.234	0	0	0	-3.234
5.04.08	Novas aquisições de ações de controladas	0	-42	0	0	0	-42
5.04.09	Programa de remuneração variável (ILP)	0	1.091	0	0	0	1.091
5.04.10	Valor investimento PUT	0	-4.283	0	0	0	-4.283
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	573.023	0	573.023
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	573.023	0	573.023
5.07	Saldos Finais	3.363.685	344.289	2.332.052	573.023	-345.002	6.268.047

01/01/2019 à 31/03/2019

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.363.685	194.729	2.053.299	0	-223.572	5.388.141
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.363.685	194.729	2.053.299	0	-223.572	5.388.141
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	130.748	0	0	0	130.748

5.04.08	Novas aquisições de ações de controladas	0	54.308	0	0	0	54.308
5.04.09	Transações de capital-instrumento financeiro MTM-reflexo	0	-6.362	0	0	0	-6.362
5.04.10	Programa de remuneração variável (ILP)	0	534	0	0	0	534
5.04.11	Valor investimento PUT	0	82.268	0	0	0	82.268
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	113.522	0	113.522
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	113.522	0	113.522
5.07	SalDOS Finais	3.363.685	325.477	2.053.299	113.522	-223.572	5.632.411

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/01/2020 à 31/03/2020	01/01/2019 à 31/03/2019
7.01	Receitas	64.066	53.250
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	64.066	53.206
7.01.02	Outras Receitas	0	44
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-7.890	-11.092
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-9.562	-10.624
7.02.04	Outros	1.672	-468
7.03	Valor Adicionado Bruto	56.176	42.158
7.04	Retenções	-2.933	-2.404
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.933	-2.404
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	53.243	39.754
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	226.045	337.176
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	166.093	280.473
7.06.02	Receitas Financeiras	59.952	56.703
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	279.288	376.930
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	279.288	376.930
7.08.01	Pessoal	26.384	20.947
7.08.01.01	Remuneração Direta	20.174	15.506
7.08.01.02	Benefícios	4.920	4.219
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.290	1.222
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	12.444	14.515
7.08.02.01	Federais	10.740	13.120
7.08.02.02	Estaduais	127	0
7.08.02.03	Municipais	1.577	1.395
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	-332.563	227.946
7.08.03.01	Juros	-333.575	227.603
7.08.03.02	Aluguéis	1.012	343

7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	573.023	113.522
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	573.023	113.522

DFs CONSOLIDADAS / BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	31/03/2020	31/12/2019
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	12.082.373	11.372.960
1.02.01.10.03	Títulos de créditos a receber	10.132	10.457
1.02.01.10.04	Tributos a recuperar	1.071.552	1.022.230
1.02.01.10.05	Créditos tributários	1.555.691	1.449.351
1.02.01.10.06	Depósitos e cauções vinculados	585.540	576.694
1.02.01.10.07	Instrumentos financeiros derivativos	1.343.824	1.004.467
1.02.01.10.08	Ativo financeiro indenizável da concessão	5.275.591	5.130.960
1.02.01.10.09	Ativos financeiros setoriais	799.151	913.347
1.02.01.10.10	Concessão do serviço público- ativo de contrato	1.042.407	957.074
1.02.01.10.11	Outros créditos	398.485	308.380
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	82.474	86.730
1	Ativo Total	41.501.917	39.319.814
1.01	Ativo Circulante	11.202.130	9.858.353
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.313.612	663.103
1.01.02	Aplicações Financeiras	2.483.034	2.016.399
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	2.483.034	2.016.399
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	2.483.034	2.016.399
1.01.03	Contas a Receber	3.856.575	3.783.469
1.01.03.01	Clientes	3.856.575	3.783.469
1.01.03.01.01	Clientes, consumidores e concessionárias	3.856.575	3.783.469
1.01.04	Estoques	133.911	122.975
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.094.102	1.021.209
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.094.102	1.021.209
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.320.896	2.251.198
1.01.08.03	Outros	2.320.896	2.251.198
1.01.08.03.01	Títulos de crédito a receber	15.814	16.116
1.01.08.03.02	Instrumentos financeiros derivativos	427.841	186.303

1.01.08.03.03	Ativos financeiros setoriais	1.004.721	1.175.623
1.01.08.03.04	Concessão do serviço público- ativo de contrato	34.372	0
1.01.08.03.06	Outros créditos	838.148	873.156
1.02	Ativo Não Circulante	30.299.787	29.461.461
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	13.527.626	12.780.327
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	364.077	356.795
1.02.01.04	Contas a Receber	1.081.176	1.050.572
1.02.01.04.01	Clientes, consumidores e concessionárias	1.081.176	1.050.572
1.02.02	Investimentos	82.474	86.730
1.02.02.01	Participações Societárias	82.474	86.730
1.02.03	Imobilizado	299.574	284.567
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	299.574	284.567
1.02.04	Intangível	16.390.113	16.309.837
1.02.04.01	Intangíveis	16.390.113	16.309.837
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	14.722.981	14.840.924
1.02.04.01.03	Ativo Contratual - Infra-estrutura em construção	1.667.132	1.468.913

DFs CONSOLIDADAS / BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	31/03/2020	31/12/2019
2	Passivo Total	41.501.917	39.319.814
2.01	Passivo Circulante	9.345.821	7.534.377
2.01.02	Fornecedores	1.861.855	1.988.149
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	4.559.578	2.510.045
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	2.414.655	1.342.978
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.269.030	730.430
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.145.625	612.548
2.01.04.02	Debêntures	2.144.923	1.167.067
2.01.05	Outras Obrigações	2.924.388	3.036.183
2.01.05.02	Outros	2.924.388	3.036.183
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	128.469	127.582
2.01.05.02.04	Parcelamento de impostos	26.345	17.555
2.01.05.02.05	Obrigações estimadas	117.721	106.114
2.01.05.02.07	Taxa de iluminação publica	106.502	105.010
2.01.05.02.08	Benefícios pós-emprego	72.416	72.416
2.01.05.02.09	Encargos de dívidas	109.042	70.813
2.01.05.02.10	Encargos setoriais	254.662	245.903
2.01.05.02.11	Impostos e contribuições sociais a recolher	722.845	640.023
2.01.05.02.12	Passivos financeiros setoriais	601.025	659.380
2.01.05.02.16	Incorporação de redes	58.598	48.239
2.01.05.02.18	Instrumento financeiros derivativos	242.139	466.128
2.01.05.02.19	Arrendamentos operacionais	25.663	22.407
2.01.05.02.20	Outros passivos	458.961	454.613
2.02	Passivo Não Circulante	25.119.216	25.323.217
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	14.519.128	14.607.749
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	7.066.192	6.836.190
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	4.433.348	4.102.108

2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	2.632.844	2.734.082
2.02.01.02	Debêntures	7.452.936	7.771.559
2.02.02	Outras Obrigações	6.009.665	6.252.361
2.02.02.02	Outros	6.009.665	6.252.361
2.02.02.02.03	Fornecedores	99.506	100.025
2.02.02.02.04	Instrumentos financeiros derivativos	620.237	906.341
2.02.02.02.05	Impostos e contribuições sociais a recolher	513.955	472.923
2.02.02.02.06	Parcelamentos de impostos	65.431	33.412
2.02.02.02.07	Benefício pós-emprego	688.880	678.297
2.02.02.02.08	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	2.146.438	2.169.725
2.02.02.02.11	Passivos financeiros setoriais	317.984	360.048
2.02.02.02.13	Encargos setoriais	240.309	240.741
2.02.02.02.14	Incorporação de redes	148.233	150.283
2.02.02.02.15	Arrendamentos operacionais	24.159	30.061
2.02.02.02.16	Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	688.801	658.796
2.02.02.02.17	Outros Passivos	455.732	451.709
2.02.03	Tributos Diferidos	4.590.423	4.463.107
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.590.423	4.463.107
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	7.036.880	6.462.220
2.03.01	Capital Social Realizado	3.363.685	3.363.685
2.03.02	Reservas de Capital	344.289	347.523
2.03.02.07	Custo com emissão de ações	-65.723	-65.723
2.03.04	Reservas de Lucros	2.332.052	2.332.052
2.03.04.01	Reserva Legal	229.611	229.611
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	2.061.143	2.061.143
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	41.298	41.298
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	573.023	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-345.002	-345.002
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	768.833	763.962

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/01/2020 à 31/03/2020	01/01/2019 à 31/03/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.782.314	4.764.085
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.028.865	-3.989.488
3.02.01	Energia elétrica comprada p/revenda	-2.323.007	-2.604.553
3.02.02	Encargos uso sistema transm.e distribuição	-313.492	-259.117
3.02.03	Pessoal e administradores	-250.415	-258.361
3.02.04	Benefícios pós emprego	-3.929	-6.696
3.02.05	Material	-38.705	-29.549
3.02.06	Serviços de terceiros	-157.422	-136.307
3.02.07	Amortização e Depreciação	-269.365	-269.826
3.02.08	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	276	396
3.02.09	Custo de construção	-525.267	-318.656
3.02.11	Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	-126.062	-83.873
3.02.12	Outras	-21.477	-22.946
3.03	Resultado Bruto	753.449	774.597
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-205.884	-247.392
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-155.403	-214.846
3.04.02.01	Pessoal	-61.180	-68.154
3.04.02.02	Benefícios pós emprego	-10.160	-9.892
3.04.02.03	Material	-13.014	-11.021
3.04.02.04	Serviços de terceiros	-36.438	-50.482
3.04.02.05	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	52.688	-13.557
3.04.02.06	Amortização e Depreciação	-31.654	-30.708
3.04.02.07	Outras	-55.645	-31.032
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	4.187	48.788
3.04.04.01	Ganho/Perda de Alienação	4.187	15.455
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-54.668	-81.334

3.04.05.01	Ganho/Perda de Alienação	-21.730	-26.964
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	547.565	527.205
3.06	Resultado Financeiro	124.098	-233.200
3.06.01	Receitas Financeiras	146.166	181.818
3.06.01.01	Receitas de aplicação financeira	18.429	56.006
3.06.01.02	Variação monetária e acresc.moratorio de energia	80.409	77.218
3.06.01.08	Atualização financeira de ativos setoriais	9.159	28.641
3.06.01.09	Tributos sobre receitas financeiras	-10.855	-9.677
3.06.01.10	Outras receitas	49.024	29.630
3.06.02	Despesas Financeiras	-22.068	-415.018
3.06.02.01	Encargos dívidas - juros	-228.991	-263.904
3.06.02.02	Encargos dividas - var monetaria e cambial	-1.104.949	-73.260
3.06.02.03	(-) Transferência p/ordens em curso	6.069	1.301
3.06.02.04	Ajuste valor presente de ativos	8.001	3.558
3.06.02.05	Marcação a mercado derivativos	360.164	-202.599
3.06.02.06	Instrumentos financeiros derivativos	1.023.186	72.777
3.06.02.07	Atualização PEE e P&D	-2.400	-4.030
3.06.02.08	Despesas bancárias	-3.178	-3.807
3.06.02.09	Juros/ multas	0	-29
3.06.02.10	Atualização contingências	-9.568	-16.857
3.06.02.11	Marcação a mercado da dívida	80.231	85.027
3.06.02.12	Atualização financeira de passivos setoriais	-4.973	-9.690
3.06.02.13	Despesa de aval	-3.131	-3.050
3.06.02.14	Outras despesas financeiras	-142.529	-455
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	671.663	294.005
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-89.957	-165.231
3.08.01	Corrente	-68.981	-121.269
3.08.02	Diferido	-20.976	-43.962
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	581.706	128.774

3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	581.706	128.774
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	573.023	113.522
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	8.683	15.252
3.99.01.01	ON	0,32000	0,06000
3.99.01.02	PN	0,32000	0,06000
3.99.02.01	ON	0,32000	0,06000
3.99.02.02	PN	0,32000	0,06000
3.04.04.02	Alienação de Ações	0	33.333
3.04.05.02	Custo de Ações alienadas	0	-24.993
3.04.05.03	MTM comercialização de energia	-30.078	-26.685
3.04.05.04	Outras	-2.860	-2.692

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/01/2020 à 31/03/2020	01/01/2019 à 31/03/2019
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	581.706	128.774
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	581.706	128.774
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	573.023	113.522
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	8.683	15.252

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2020 à 31/03/2020	01/01/2019 à 31/03/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	739.649	604.653
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	906.697	992.114
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	581.706	128.774
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	89.957	165.231
6.01.01.03	Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	1.268.928	296.761
6.01.01.04	Amortização e depreciação	301.019	300.534
6.01.01.05	Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	126.062	83.873
6.01.01.06	Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórias	-868	13.161
6.01.01.07	Valor residual de ativos permanentes baixados	17.543	11.509
6.01.01.08	Marcação a mercado das dívidas	-80.231	-85.027
6.01.01.09	Marcação a mercado de derivativos	-360.164	202.599
6.01.01.10	Instrumentos financeiros derivativos	-1.023.186	-72.777
6.01.01.11	Ativo financeiro indenizável da concessão	-27.925	-71.249
6.01.01.12	Programa de remuneração variável (ILP)	1.149	534
6.01.01.13	Marcação a mercado dos contratos de compra/venda de energia comercializada	30.078	26.685
6.01.01.14	PIS & COFINS diferido das Transmissoras	3.296	0
6.01.01.16	Remuneração do ativo de contrato	-20.667	-8.494
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-167.048	-387.461
6.01.02.01	(Aumento) de consumidores e concessionárias	-218.788	-627.763
6.01.02.02	Diminuição de ativos financeiros setoriais	280.017	95.279
6.01.02.03	Diminuição de títulos e créditos a receber	1.218	6.515
6.01.02.04	(Aumento) de estoques	-10.936	-4.847
6.01.02.05	(Aumento) de tributos a recuperar	-91.947	-81.651
6.01.02.06	(Aumento) de cauções e depósitos vinculados	-8.846	-19.552
6.01.02.08	(Aumento) de outros créditos a receber	-12.099	-217.049

6.01.02.09	(Diminuição) aumento de fornecedores	-80.488	453.636
6.01.02.11	Aumento de impostos e contribuições sociais a recolher	112.022	170.308
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social pagos	-57.201	-90.924
6.01.02.14	Aumento de obrigações estimadas	11.607	11.671
6.01.02.16	(Diminuição) de passivos financeiros setoriais	-91.152	-61.827
6.01.02.17	Processos trabalhistas, cíveis e fiscais pagos	-43.334	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.073.604	1.141.942
6.02.02	Aplicações no imobilizado	-23.728	-4.035
6.02.03	Aplicações no intangível	-534.671	-503.217
6.02.06	Aplicação Financeira e recursos vinculadas	-455.488	1.810.678
6.02.08	Alienação de bens do imobilizado e intangível	18.170	9.787
6.02.09	Aplicações em linhas de transmissão de energia	-77.887	-171.271
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	984.464	-1.761.256
6.03.01	Novos empréstimos e financiamentos obtidos	2.285.132	159.984
6.03.03	Pagamento de empréstimos, debêntures - principal	-1.363.897	-767.213
6.03.04	Pagamento de empréstimos, debêntures - juros	-175.803	-216.182
6.03.05	Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	262.284	-3.073
6.03.06	Pagamento de dividendos	0	-234.886
6.03.07	Pagamento de incorporação de redes	-15.715	-21.474
6.03.10	Parcelamento de encargos setoriais	0	-14.858
6.03.11	Pagamento parcelamento de fornecedores	0	-30.494
6.03.12	Parcelamento de impostos	-4.105	-14.565
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	650.509	-14.661
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	663.103	706.738
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.313.612	692.077
6.01.02.18	Aumento (diminuição) de outras contas a pagar	42.879	-21.257
6.03.14	Pagamento por arrendamento financeiro mercantil	-3.432	-4.199
6.03.15	Liquidação opção de venda de ações Rede Energia Participações	0	-614.296

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (REAIS MIL)

01/01/2020 à 31/03/2020

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.363.685	347.523	2.332.052	0	-345.002	5.698.258	763.962	6.462.220
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.363.685	347.523	2.332.052	0	-345.002	5.698.258	763.962	6.462.220
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-3.234	0	0	0	-3.234	-3.812	-7.046
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-637	-637
5.04.08	Novas aquisições de ações de controladas	0	-42	0	0	0	-42	-3.233	-3.275
5.04.09	Programa de remuneração variável (ILP)	0	1.091	0	0	0	1.091	58	1.149
5.04.10	Valor investimento PUT	0	-4.283	0	0	0	-4.283	0	-4.283
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	573.023	0	573.023	8.683	581.706
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	573.023	0	573.023	8.683	581.706
5.07	Saldos Finais	3.363.685	344.289	2.332.052	573.023	-345.002	6.268.047	768.833	7.036.880

01/01/2019 à 31/03/2019

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.363.685	194.729	2.053.299	0	-223.572	5.388.141	659.387	6.047.528

5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.363.685	194.729	2.053.299	0	-223.572	5.388.141	659.387	6.047.528
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	130.748	0	0	0	130.748	5.806	136.554
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-4.161	-4.161
5.04.08	Novas aquisições de ações de controladas	0	54.308	0	0	0	54.308	9.896	64.204
5.04.09	Transações de capital-instrumento financeiro MTM-reflexo	0	-6.362	0	0	0	-6.362	-3	-6.365
5.04.10	Programa de remuneração variável (ILP)	0	534	0	0	0	534	74	608
5.04.11	Valor investimento PUT	0	82.268	0	0	0	82.268	0	82.268
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	113.522	0	113.522	15.252	128.774
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	113.522	0	113.522	15.252	128.774
5.07	Saldos Finais	3.363.685	325.477	2.053.299	113.522	-223.572	5.632.411	680.445	6.312.856

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/01/2020 à 31/03/2020	01/01/2019 à 31/03/2019
7.01	Receitas	7.013.323	7.089.207
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	6.580.371	6.694.521
7.01.02	Outras Receitas	4.187	48.788
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	554.827	429.771
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-126.062	-83.873
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.734.050	-3.815.457
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-2.895.538	-3.122.316
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-251.763	-231.686
7.02.04	Outros	-586.749	-461.455
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.279.273	3.273.750
7.04	Retenções	-301.019	-300.534
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-301.019	-300.534
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.978.254	2.973.216
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	157.021	191.495
7.06.02	Receitas Financeiras	157.021	191.495
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.135.275	3.164.711
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.135.275	3.164.711
7.08.01	Pessoal	288.689	292.915
7.08.01.01	Remuneração Direta	194.380	201.464
7.08.01.02	Benefícios	76.732	63.331
7.08.01.03	F.G.T.S.	17.577	28.120
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.232.823	2.324.427
7.08.02.01	Federais	912.459	1.118.014
7.08.02.02	Estaduais	1.311.071	1.198.913
7.08.02.03	Municipais	9.293	7.500
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	32.057	418.595

7.08.03.01	Juros	28.137	416.319
7.08.03.02	Aluguéis	3.920	2.276
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	581.706	128.774
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	573.023	113.522
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	8.683	15.252

Energisa S/A | Resultados do 1º trimestre de 2020

Cataguases, 14 de maio de 2020 - A administração da Energisa S/A (“Energisa” ou “Companhia”) apresenta os resultados do primeiro trimestre (1T20) de 2020.

Destaques

Grupo Energisa registra crescimento de mercado acima da média do consumo nacional mas Pandemia Covid-19 altera tendencia de crescimento a partir da segunda quinzena de março de 2020

- ✓ **Lucro líquido consolidado** de R\$ 581,7 milhões no 1T20, acréscimo de 351,7% (R\$ 452,9 milhões) sobre 1T19, afetado positivamente pelo registro contábil da marcação a mercado do bônus de subscrição atrelado à 7ª emissão da Energisa S/A no valor de R\$ 440,5 milhões ;
- ✓ **EBITDA ajustado consolidado** totalizou R\$ 929,0 milhões no 1T20, aumento de 2,7% (R\$ 24,1 milhões) em relação ao 1T19.
- ✓ **Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras** reforçados em R\$ 1.124,4 milhões, atingindo R\$ 4.160,7 milhões em 31 de março de 2020, contra os R\$ 3.036,3 milhões em dezembro de 2019;
- ✓ **Dívida líquida consolidada** totalizou R\$ 13.699,5 milhões em março de 2020, contra R\$ 13.677,6 milhões em dezembro de 2019. A relação dívida líquida por EBITDA Ajustado ficou em 3,5 vezes.;
- ✓ **Investimentos consolidados** de R\$ 713,9 milhões no 1T20, crescimento de 30,9% (R\$ 168,7 milhões).
- ✓ **Em 13 de março de 2020, a Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A** iniciou suas operações energizando a linha de transmissão de 136 km, Rio Verde Norte - Jataí (230 kV em circuito duplo), além de realizar ampliações nas subestações Rio Verde e Jataí. Sua operação foi antecipada em 17 meses, frente a data prevista do contrato de concessão. Sua Receita Anual Permitida (RAP) do ciclo 2019-2020 é de R\$ 40 milhões.

Descrição	Trimestre		
	1T20	1T19	Var. %
Indicadores Financeiros - R\$ milhões			
Receita Operacional Bruta	7.102,5	7.135,7	- 0,5
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	4.233,6	4.327,1	- 2,2
Custos e despesas controláveis	721,5	721,5	+ 0,0
EBITDA	848,6	827,7	+ 2,5
EBITDA Ajustado	929,0	904,9	+ 2,7
Lucro Líquido	581,7	128,8	+ 351,7
Endividamento Líquido ⁽¹⁾	13.699,5	11.243,1	+ 21,8
Investimentos	713,9	545,2	+ 30,9
Indicadores Operacionais Consolidados			
Energia vendida mercado cativo faturado (GWh)	7.724,7	7.588,3	+ 1,8
Mercado cativo + TUSD faturado (GWh)	9.252,9	9.027,1	+ 2,5
Mercado cativo + TUSD + não faturado (GWh)	9.279,3	9.062,6	+ 2,4
Número de Consumidores Totais	7.861.947	7.717.392	+ 1,9
Número de Colaboradores Próprios	15.073	14.056	+ 7,2
Força de Trabalho (colaboradores próprios + terceirizados) ⁽²⁾	20.556	19.883	+ 3,4

(1) Inclui créditos setoriais (CDE, CCC, CVA); (2) Não incluem terceirizados em obras e terceirizados das distribuidoras registrados como próprios nas empresas prestadoras de serviços do Grupo.

1. Perfil e estrutura societária

O Grupo Energisa completou 115 anos em 26 de fevereiro de 2020 e é o quinto maior grupo distribuidor de energia do país em energia distribuída, atendendo nesse segmento de atuação a aproximadamente 7,8 milhões de consumidores em onze estados brasileiros, cobrindo o equivalente a 10% da população do Brasil.

A Companhia controla, atualmente, 11 distribuidoras localizadas nos Estados de Minas Gerais, Sergipe, Paraíba, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, São Paulo, Paraná, Acre e Rondônia, com uma área de concessão que atinge 2.034 mil Km², equivalentes a 24% do território nacional.

As atividades do Grupo Energisa também incluem a comercialização e a prestação de serviços relacionados à energia elétrica, bem como ativos em transmissão de energia, decorrentes das adjudicações nos leilões de 2017 e 2018, isto é, Energisa Goiás Transmissora I, em operação desde 13 de março de 2020, e três projetos em construção: Energisa Pará Transmissora I, Energisa Para Transmissora II e Energisa Tocantins Transmissora.

ÁREAS DE ATUAÇÃO DO GRUPO ENERGISA

11 concessões de distribuição de energia em todas as regiões do Brasil

862 municípios atendidos

7,8 milhões de clientes

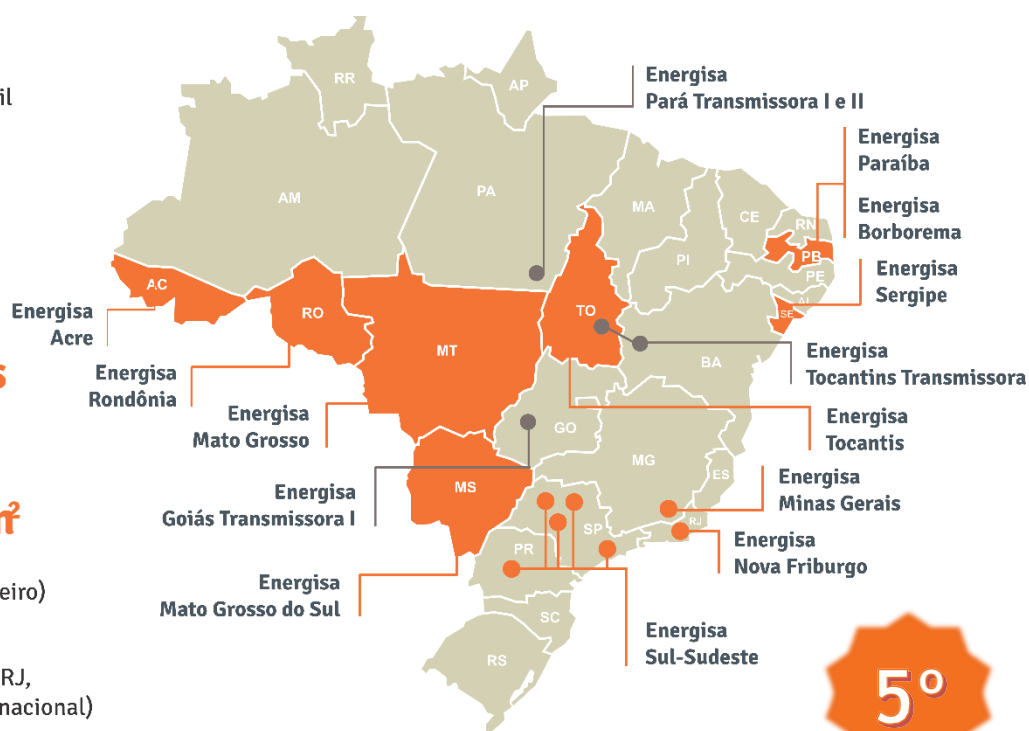
20,0 milhões de pessoas atendidas (10% do Brasil)

2.034 mil km² total de área coberta (24% do território brasileiro)

6 empresas de serviços (sedes nos estados de MG e RJ, atuantes em todo território nacional)

4 empresas de transmissão (sedes no estado de MG, atuantes nos estados de PA, GO, TO e BA)

1 empresa de geração distribuída (sede no estado de MG, atuando em 12 estados brasileiros)



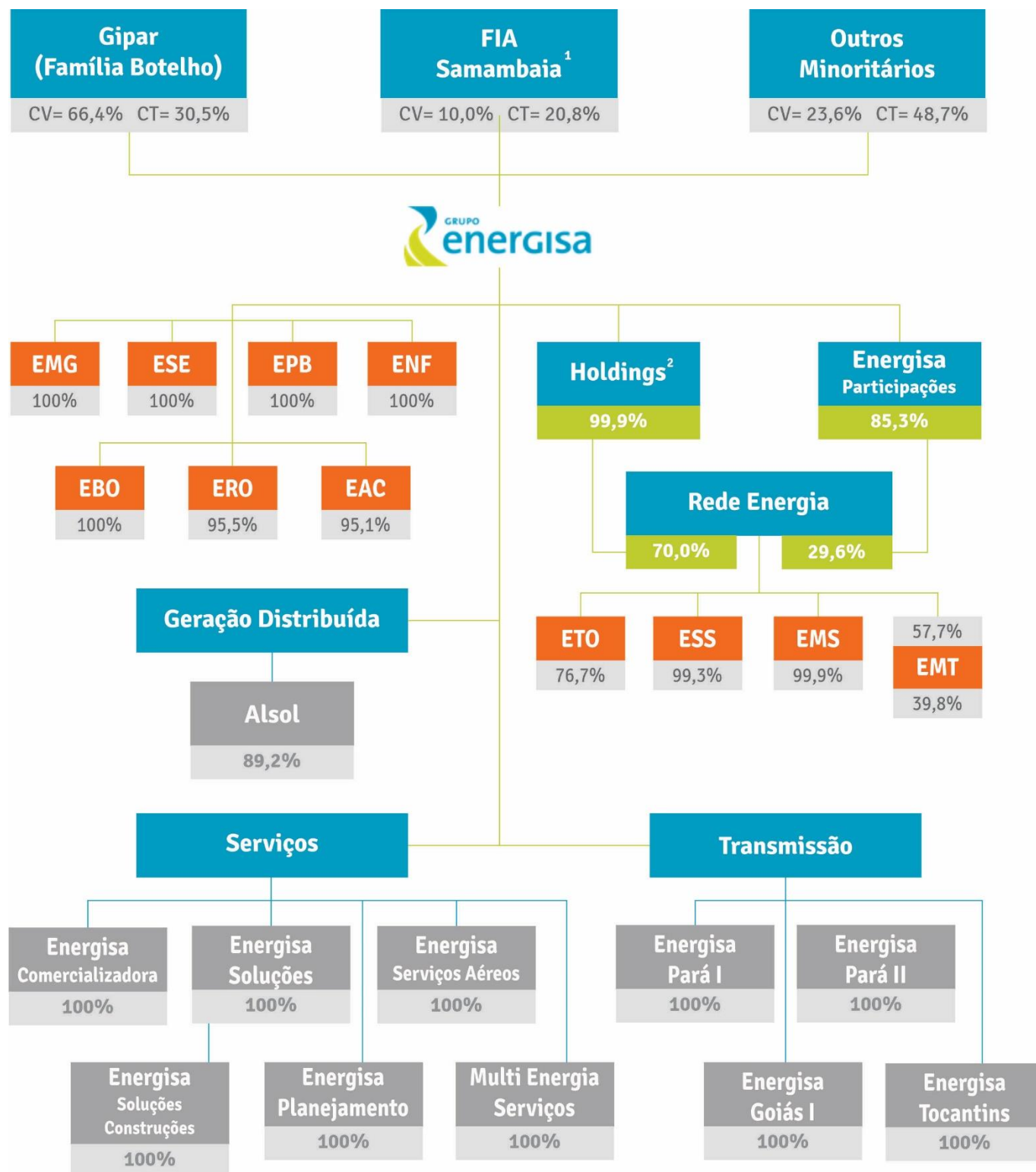
5º

Maior Grupo de distribuição de energia do Brasil

1.1. Estrutura societária do Grupo Energisa

O controle acionário do Grupo Energisa é exercido pela Gipar S.A., cujo controlador é a família Botelho. A Companhia é listada no Nível 2 de Governança Corporativa da B3, e as ações de maior liquidez são negociadas sob o código ENGI11 (Units, certificados compostos por uma ação ordinária e quatro ações preferenciais). Além desses títulos, são negociadas ações sob os códigos ENGI3 (ações ordinárias) e ENGI4 (ações preferenciais).

A seguir, a estrutura societária simplificada do Grupo Energisa:



CV - Capital Votante | CT - Capital Total

(1) Posição acionária direta e indireta através de veículos de investimentos.

(2) A Energisa detém diretamente e através de holdings, direta e indiretamente, 99,9% da Rede Energia.

2. Desempenho operacional

2.1. Efeitos COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia global pela Covid-19. Em vista da grande capacidade de disseminação do vírus, fez com que as autoridades brasileiras adotassem o distanciamento físico como medida de contenção do vírus, com reflexos adversos em diversos setores da economia.

Em 25 de março de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 878/2020 em resposta às medidas de isolamento social e restrição à mobilidade, e autorizou a flexibilização, até 30 de junho de 2020, de algumas obrigações do contrato de concessão, tais como vedação a suspensão de fornecimento por inadimplemento de unidades consumidoras, que abrangem clientes residenciais e serviços essenciais. As medidas de isolamento, combinado às restrições de suspensão de fornecimento de energia, vem provocando queda no consumo e na arrecadação das concessionárias de distribuição de energia elétrica do Grupo Energisa.

Atenta aos efeitos causados pela pandemia na economia global e, notadamente na economia do Brasil, o Grupo Energisa adotou medidas preventivas necessárias para minimizar tais efeitos em seus negócios, dentre as quais destacam-se:

Foco nos colaboradores do Grupo

1. Criação de um Comitê de Crise para avaliar de forma contínua os possíveis impactos e a eficácia das medidas adotadas pela Companhia, além de monitorar todas as determinações das autoridades competentes;
2. Disponibilização de um canal de atendimento de saúde telefônico 24 horas por dia (telemedicina);
3. Aplicação de regime de teletrabalho, cuja função possibilite esta modalidade de trabalho;
4. Realização de turnos alternados, de forma a evitar aglomerações;
5. Suspensão das viagens internacionais e nacionais, exceção em casos de extrema necessidade;
6. Reforço na higienização dos ambientes de trabalho;
7. Aplicação da Medida Provisória 936/2020 a áreas menos críticas à operação dos negócios por tempo determinado com garantia de emprego e complementação de salário pela companhia;
8. Corte na remuneração de executivos principais do Grupo e do Conselho de Administração de 25% por três meses.

Foco nos negócios

1. Busca pela redução das despesas gerenciáveis entre 7% a 12% do volume registrado em 2019 para o ano de 2020;
2. Foram renegociadas e alongados cerca de 80% dos vencimentos de empréstimos que venceriam em 2020;
3. As obras em andamento nas distribuidoras não sofreram impactos relevantes. No segmento de transmissão, onde atualmente estão sendo construídas duas linhas no Estado do Pará e uma linha do Estado de Tocantins, os prazos de entrada em operação, conforme os respectivos contratos de concessão, não foram comprometidos;
4. Conforme informado em 7 de fevereiro através de Comunicado à CVM foi promovido um corte de investimento global do grupo de R\$ 557 milhões por meio de adiamento e cortes em projetos não essenciais.

O Grupo Energisa segue comprometido com a segurança de seus colaboradores, clientes, parceiros, acionistas e das comunidades das regiões onde atua, bem como é orientado pela transparência e pelas boas práticas de governança corporativa.

2.2. Mercado de energia

No primeiro trimestre de 2020 (1T20), o consumo total de energia elétrica (mercado cativo + livre) nas áreas de concessão das 11 distribuidoras do Grupo Energisa, atingiu 9.253,2 GWh, o que representa aumento de 2,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. Considerando o fornecimento não faturado, o consumo foi de 9.279,6 GWh, aumento de 2,4% na mesma base de comparação. O crescimento mais ameno no trimestre está parcialmente impactado pela declaração de pandemia de COVID-19 e o início do período de isolamento, basicamente nos últimos 10 dias do mês de março 2020.

Favorecida pelas altas temperaturas e pelo efeito calendário, a classe residencial direcionou este resultado, com o maior crescimento (4,9% e 165,0 GWh), seguida pela rural (6,1% e 49,7 GWh). As demais classes, com exceção da industrial (-1,3% e 23,8 GWh), também registraram aumento de consumo frente ao mesmo período de 2019. No entanto, vale ressaltar que o segmento industrial segue impactado principalmente por dois grandes clientes, devido a uma mudança para rede básica e uma paralisação na produção. Desconsiderando esses dois fatores, a variação do industrial passaria a ser positiva em 2,7%.

Entre as discos, EMT, EPB, ERO, EMS e EAC se destacaram, sobretudo as duas primeiras, que juntas explicaram 81% do crescimento do Grupo. Nestas duas discos, o calendário de faturamento foi maior e a temperatura seguiu acima da média histórica. Por outro lado, a EMG e ENF surpreenderam negativamente e registraram recuo no consumo, também influenciadas pelo clima, com temperaturas mais amenas e aumento do volume de chuvas.

Na EMT (5,7%), todas as classes cresceram, com destaque para a residencial (7,8%), seguida pela industrial (5,0%) e rural (8,1%). As principais influências foram relacionadas ao setor alimentício. Estes resultados estão alinhados ao incremento das exportações brasileiras de proteína animal e soja no 1T20, frente ao mesmo período de 2019. Na EAC (10,1%), que apresentou a maior alta desde 2010 (11,6%), a classe residencial foi a que mais avançou (13,3%), seguida pela comercial (7,0%), rural (10,2%) e industrial (14,0%). Esta região contou com temperaturas elevadas, volume de chuvas menor (-38,2%) e calendário de faturamento 1,5 dia maior que em 2019.

Mercado de Energia das Distribuidoras

Descrição Valores em GWh)	Trimestre		
	1T20	1T19	Var. %
✓ Energia vendida mercado cativo faturado	7.724,7	7.588,3	+ 1,8
✓ Transporte de energia clientes livres (TUSD)	1.528,5	1.438,7	+ 6,2
Subtotal (Mercado Cativo + TUSD faturado)	9.253,2	9.027,0	+ 2,5
✓ Consumo não faturado	26,3	35,6	- 26,0
Subtotal (Mercado Cativo + TUSD + não faturado)	9.279,6	9.062,6	+ 2,4

Segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o consumo acumulado até março no Brasil recuou 0,9% em relação 2019. Mais uma vez no ano, a diversidade geográfica das áreas de concessão do Grupo, a participação em mercados mais dinâmicos do país e fatores climáticos, permitiram que o mercado de energia faturada das distribuidoras do Grupo Energisa apresentasse um melhor desempenho em relação ao consumo nacional. No período entre 2009 e 2019, a evolução do consumo nas áreas de concessão das distribuidoras do Grupo Energisa se manteve em média 2,2 pontos percentuais acima do consumo nacional. Cabe ressaltar que os efeitos da pandemia de COVID-19 afetaram mais pronunciadamente a partir da segunda quinzena do mês de março, apesar deste efeito, o consumo na média foi 4,1% acima do mesmo mês do ano anterior.

3. Desempenho financeiro

3.1. Lucro Líquido

No 1T20, o resultado consolidado foi de R\$ 581,7 milhões, 351,7% (R\$ 452,9 milhões) acima do 1T19.

Além dos efeitos mencionados no EBITDA, o lucro líquido foi afetado positivamente pelo registro contábil da marcação a mercado do bônus de subscrição atrelado à 7ª emissão da Energisa S/A no valor de R\$ 440,5 milhões. Excluindo os efeitos extraordinários, dentre os quais o mencionado acima, o lucro líquido no 1T20 seria de R\$ 150,6 milhões, 19,7% (R\$ 36,9 milhões) abaixo do registrado no 1T19.

A seguir, o lucro líquido consolidado da Energisa e das suas subsidiárias por segmento:

Lucro Líquido por Empresa Valores em R\$ milhões	Trimestre		
	1T20	1T19	Var. %
Distribuição de energia elétrica	234,4	287,7	- 18,5
EMG	9,4	16,3	- 42,3
ENF	3,0	4,9	- 39,2
ESE	39,6	40,3	- 1,9
EBO	7,9	6,5	+ 22,0
EPB	95,9	86,2	+ 11,2
EMT	36,9	119,0	- 69,0
EMS	84,8	98,6	- 14,0
ETO	13,7	37,4	- 63,2
ESS	23,9	31,3	- 23,7
ERO	(107,5)	(142,2)	+ 24,4
EAC	26,9	(10,6)	-
Comercialização, serviços de energia e outros	19,2	8,8	+ 117,7
ECOM	(20,6)	(14,0)	- 47,1
ESOL Consol.	1,9	0,8	+ 134,7
MULTI	1,7	2,5	- 31,6
EGO	13,9	8,9	+ 56,1
EPAI	21,1	8,7	+ 143,3
EPAII	4,1	0,4	+ 993,0
ETT	1,3	(0,3)	-
Outras	(4,2)	1,9	-
Holdings (sem equivalência patrimonial)	389,4	(175,2)	-
ESA Controladora	406,9	(167,0)	-
Rede Controladora	(9,6)	(1,4)	- 602,6
DENERGE	(7,5)	(9,7)	+ 22,8
Demais holdings	(0,4)	2,9	-
Combinação de negócios - Ajustes "pro forma"	(61,4)	7,6	-
Energisa Consolidada	581,7	128,8	+ 351,7

3.2 Conciliação lucro líquido e EBITDA

Conciliação lucro líquido e EBITDA Valores em R\$ milhões	Trimestre		
	1T20	1T19	Var. %
(=) Lucro líquido consolidado	581,7	128,8	+ 351,7
(-) Contribuição social e imposto de renda	(90,0)	(165,2)	- 45,6
(-) Resultado financeiro	124,1	(233,2)	-
(-) Depreciação e amortização	(301,0)	(300,5)	+ 0,2
(=) EBITDA	848,6	827,7	+ 2,5
(+) Receitas de acréscimos moratórios	80,4	77,2	+ 4,1
(=) EBITDA Ajustado	929,0	904,9	+ 2,7
Margem EBITDA (%)	17,7	17,4	+ 0,4 p.p.
Margem EBITDA Ajustado (%)	19,4	19,0	+ 0,4 p.p.

Investimentos

No 1T20, a Energisa e suas controladas realizaram investimentos no montante de R\$ 713,9 milhões, 30,9% maior que o valor investido no 1T19 (R\$ 545,2 milhões). Considerando apenas as distribuidoras, esse montante foi de R\$ 632,9 milhões, incremento de 29,3%.

Os investimentos realizados foram os seguintes:

Investimentos Valores em R\$ milhões	Ativos Elétricos			Obrigações Especiais			Ativos Não Elétricos			Investimento Total		
	1T20	1T19	Var. %	1T20	1T19	Var. %	1T20	1T19	Var. %	1T20	1T19	Var. %
EMG	10,8	9,4	+ 14,9	(0,1)	7,8	-	2,0	6,9	- 71,0	12,7	24,1	- 47,3
ENF	2,5	2,9	- 13,8	0,1	0,1	-	0,1	0,2	- 50,0	2,7	3,2	- 15,6
ESE	18,3	15,8	+ 15,8	2,1	0,9	+ 133,3	2,5	1,0	+ 150,0	22,9	17,7	+ 29,4
EBO	4,2	2,3	+ 82,6	0,2	0,8	- 75,0	0,1	0,5	- 80,0	4,5	3,6	+ 25,0
EPB	42,8	33,0	+ 29,7	1,1	6,0	- 81,7	2,5	3,6	- 30,6	46,4	42,6	+ 8,9
EMT	82,5	165,4	- 50,1	64,9	7,3	-	2,7	2,8	- 3,6	150,1	160,9	- 6,7
EMS	41,4	52,0	- 20,4	7,0	3,4	+ 105,9	2,7	2,1	+ 28,6	51,1	57,5	- 11,1
ETO	44,9	60,7	- 26,0	2,8	1,1	+ 154,5	2,4	1,6	+ 50,0	50,1	63,4	- 21,0
ESS	39,3	22,2	+ 77,0	4,2	3,2	+ 31,3	2,1	3,4	- 38,2	45,6	28,8	+ 58,3
ERO	159,6	34,2	+ 366,7	24,2	22,1	+ 9,5	5,1	0,1	+ 5.000,0	188,9	56,4	+ 234,9
EAC	48,5	19,6	+ 147,4	2,1	11,6	- 81,9	7,3	0,1	+ 7.200,0	57,9	31,3	+ 85,0
Total Distribuidoras	494,8	417,5	+ 18,5	108,6	49,7	+ 118,5	29,5	22,3	+ 32,3	632,9	489,5	+ 29,3
EPA I	20,2	26,3	- 23,2	-	-	-	-	-	-	20,2	26,3	- 23,2
EPA II	22,0	2,4	+ 816,7	-	-	-	-	-	-	22,0	2,4	+ 816,7
EGO	24,2	21,8	+ 11,0	-	-	-	-	-	-	24,2	21,8	+ 11,0
ETT	3,0	-	-	-	-	-	-	-	-	3,0	-	-
Esol consolidada	-	0,2	-	-	-	-	0,6	1,8	- 66,7	0,6	2,0	- 70,0
Outras	-	-	-	-	-	-	11,0	3,2	+ 243,8	11,0	3,2	+ 243,8
Total	564,2	468,2	+ 20,5	108,6	49,7	+ 118,5	41,1	27,3	+ 50,5	713,9	545,2	+ 30,9

4. Mercado de capitais

4.1. Desempenho das ações

Negociadas na B3, as ações de maior liquidez da Energisa, ENGI11 - Units, (compostas de 1 ação ordinária e 4 ações preferenciais) apresentaram rentabilidade de 29,0% no 1T20 e encerraram o exercício cotadas a R\$ 37,8 por Unit. No mesmo período o principal índice da bolsa, o Ibovespa, apresentou baixa de 36,9%, enquanto o IEE teve queda de 24,8%. A seguir, os indicadores de mercado das ações da Energisa no final do ano:

	Março 2020	Março 2019	Variação %
Indicadores de mercado			
Enterprise value (EV - R\$ milhões) ⁽¹⁾	27.417,6	25.959,2	+ 5,6
Valor de mercado no final do exercício (R\$ milhões)	13.718,1	14.716,1	- 6,8
Volume médio diário negociado no exercício - Units (R\$ milhões)	50,3	44,0	+ 14,3
Cotação das ações			
ENGI11 (Unit) no fechamento no final do exercício (R\$/Unit)	37,8	40,55	- 6,8
ENGI3 (ON) no fechamento no final do exercício (R\$/ação)	11,6	15,53	- 25,3
ENGI4 (PN) no fechamento no final do exercício (R\$/ação)	6,6	6,72	- 1,8
Indicadores relativos			
Dividend yield de ENGI11 (Units) - % ⁽²⁾	0,7	2,9	- 2,2 p.p
Retorno total ao acionista detentor de Units (TSR) - %	- 6,1	19,5	- 25,6 p.p
Valor de Mercado / Patrimônio Líquido (vezes)	1,9	2,3	- 17,4

(1) EV = Valor de mercado (R\$/ação x quantidade de ações) + dívida líquida consolidada;

(2) Dividendos distribuídos nos últimos quatro trimestres / cotação de fechamento das Units.

4.2. Distribuição de dividendos

Não houve pagamento de dividendos referente ao período do primeiro trimestre de 2020.

5. Evento Subsequente

5.1. Reajustes Tarifários Homologados pela Aneel em abril:

Empresas	Impacto Tarifário Médio ¹	Data da homologação	Data padrão a vigorar suspensa	Nova data a ser aplicada
EMS	6,90%	07/04/2020	08/04/2020	01/07/2020
EMT	2,47%	07/04/2020	08/04/2020	01/07/2020
ESE	1,20%	20/04/2020	22/04/2020	01/07/2020

¹ EMS: Resolução Homologatória nº 2.671 e Nota Técnica nº 37/2020-SGT/ANEEL

EMT: Resolução Homologatória nº 2.672 e Nota Técnica nº 38/2020-SGT/ANEEL

ESE: Resolução Homologatória Nº 2.678 e Nota Técnica Nº 45/2020-SGT/ANEEL

Em função da pandemia de COVID-19 que forçou ao isolamento social e seus reflexos econômicos, foram postergados os aumentos tarifários, conforme a tabela acima, para 01/07/2020, sendo que os efeitos financeiros pelo diferimento da aplicação do reajuste foi devidamente compensado através do diferimento, no mesmo montante, dos recolhimentos dos encargos das quotas mensais da conta de desenvolvimento energético - CDE dos próximos três meses.

5.2. Bandeiras tarifárias

A ANEEL definiu a aplicação da Bandeira Verde para os meses de abril e maio de 2020, resultado do equilíbrio energético e das análises do cenário hidrológico do país.

5.3. Liberação de recursos - Despacho Aneel nº 986 de 07 de abril de 2020

Em 08 de abril de 2020 a ANEEL, através do Despacho nº 986, determinou a CCEE que: (i) efetuasse repasse aos agentes de mercado detentores de consumo os recursos financeiros disponíveis no fundo de reserva para alívio futuro de encargos, em sua totalidade e na proporção do consumo líquido dos últimos 12 meses de cada agente, utilizada para restituição de montantes excedentes da Conta de Energia de Reserva (CONER), referente a última contabilização realizada; (ii) na operacionalização da liberação deverão ser retidos os valores inadimplidos por cada agente na última liquidação do Mercado de Curto Prazo os quais serão caucionados para abatimento do débitos na próxima liquidação; e (iii) ao longo do ano de 2020 operacionalize o disposto nos itens (i) e (ii) sempre que houver saldo positivo no fundo de reserva para alívio futuro de encargos. Os montantes liberados naquela data para as controladas, são como segue:

Valor liberado por distribuidora - R\$ milhões										
EMT	EMS	EPB	ETO	ESS	ERO	ESE	EMG	EAC	EBO	TOTAL
31,1	20,4	17,2	9,6	14,5	14,5	12,4	5,4	4,1	2,3	131,4

5.4. Revisão do Plano de Investimentos para o ano de 2020

Através de comunicado ao mercado divulgado em 20 de abril, o Grupo Energisa deliberou pela redução dos investimentos em R\$ 557,3 milhões, diante dos cenários de incertezas que estamos vivenciando, preservando os aportes essenciais para a continuidade das operações.

Investimentos previstos para 2020 R\$ milhões	Ativos Elétricos	Ativos Não-Elétricos	Ativos Próprios Total	Obrigações Especiais*	Total	Total Anterior FRE (10.8) - CVM 07/02/2020	Var (%)
EMG	79,9	5,3	85,2	14,3	99,5	112,3	-11,4%
ENF	16,1	0,9	17,0	1,0	18,0	19,9	-9,4%
ESE	68,0	7,5	75,5	13,4	88,9	103,8	-14,4%
EBO	16,4	1,0	17,4	1,9	19,4	20,9	-7,3%
EPB	168,2	10,1	178,3	15,5	193,8	202,9	-4,5%
EMT	322,2	26,7	348,9	61,9	410,8	514,7	-20,2%
EMS	170,2	13,7	183,9	24,8	208,7	305,8	-31,7%
ETO	144,9	12,5	157,4	11,2	168,6	212,3	-20,6%
ESS	141,4	11,6	153,0	21,3	174,3	202,2	-13,8%
ERO	219,1	32,5	251,7	266,1	517,8	644,1	-19,6%
EAC	84,5	19,0	103,4	50,6	154,0	188,3	-18,2%
Total Distribuidoras	1.430,9	140,9	1.571,8	482,1	2.053,9	2.527,2	-18,7%
Energisa Soluções e Construções	0,0	9,4	9,4	-	9,4	9,5	-0,9%
Transmissão	306,6	0,3	306,9	-	306,9	314,7	-2,5%
Goiás	20,7	-	20,7	-	20,7	10,0	106,9%
Pará I	77,7	-	77,7	-	77,7	49,4	57,3%
Pará II	178,9	0,3	179,2	-	179,2	219,5	-18,4%
Tocantins	29,3	-	29,3	-	29,3	35,8	-18,0%
ALSOL	37,6	0,3	37,9	-	37,9	110,2	-65,6%
Outras	0,7	19,3	19,9	-	19,9	23,7	-15,8%
Total	1.775,8	170,1	1.946,0	482,1	2.428,0	2.985,3	-18,7%

*CDE, CCC, Participação Financeira do Consumidor e P&D/PEE

5.5. Aumento de capital de controladas

Controlada EMT:

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de abril de 2020, foi aprovado o aumento do capital social da controlada EMT no montante de R\$162,5 milhões com emissão de 6.031.667 novas ações todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 2.051.883 ações ordinárias e 3.979.784 ações preferenciais,

com utilização do saldo de adiantamento para futuro aumento de capital e de R\$2,5 milhões em moeda corrente do país.

Controlada REDE:

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de abril de 2020, foi aprovado o aumento do capital social da controlada REDE no montante de R\$445,8 milhões com emissão de 52.448.744 novas ações ordinárias, em face do encerramento em 17 de abril de 2020 do Prazo para Exercício do Direito de Preferência com a subscrição e integralização de valor superior ao Montante Mínimo, com utilização de recursos do saldo de adiantamento para futuro aumento de capital e de R\$ 0,5 milhões em moeda corrente do país.

Controlada DENERGE:

Em ata das assembleias gerais ordinária e extraordinária realizada em 28 de abril de 2020, foi aprovado aumento do capital social da controlada Denerge no montante de R\$132,9 milhões com emissão de 50.028 novas ações ordinárias da Companhia, todas nominativas; e sem valor nominal, mediante a capitalização pela acionista Energisa S.A. de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital ("AFACs").

5.6. Ataque Cibernético

Os sistemas computacionais da Companhia e de suas controladas sofreram ataque cibernético de hackers no final do dia 28 de abril de 2020, causando interrupção parcial e temporária nas operações da Companhia, sem no entanto, impactar o fornecimento de energia elétrica, muito embora o sistema de atendimento tenha operado com alguma contingência. A Companhia e suas controladas agiram rapidamente para a solução do problema acionando os planos de contingências e demais protocolos de segurança objetivando minimizar os impactos desta ação. Atualmente, os sistemas da Companhia e de suas controladas estão progressivamente retornando a sua normalidade e ações para neutralizar novos ataques cibernéticos foram implementadas. O evento não proporcionou qualquer impacto na elaboração das Informações financeiras trimestrais ora apresentadas.

6. Serviços prestados pelo auditor independente

A remuneração total dos auditores Ernst & Young Auditores Independentes pela revisão contábil das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas nos primeiros três meses de 2020 foi de R\$ 1,8 milhão.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

Energisa S/A
Notas explicativas às informações financeiras trimestrais para o
período findo em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

1. Contexto operacional

A Energisa S/A (“Energisa” ou “Companhia”), com sede em Cataguases, estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital aberto cujo objeto social principal é a participação no capital de outras empresas, além da prestação de serviços administrativos às suas controladas distribuidoras e transmissoras de energia elétrica, como também para as demais controladas diretas e indiretas.

A Energisa possui indiretamente o direito de explorar concessões e/ou autorizações de distribuição, transmissão, geração e comercialização de energia elétrica. Sendo seus principais contratos:

Distribuição de energia elétrica	Localidade	Data da concessão	Data de vencimento
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (“EMG”)	Cataguases (MG)	07/07/2015	07/07/2045
Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (“ENF”)	Nova Friburgo (RJ)	07/07/2015	07/07/2045
Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (“ESS”)	Presidente Prudente (SP)	07/07/2015	07/07/2045
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (“ETO”)	Palmas (TO)	01/01/2020	31/12/2049
Energisa Sergipe Distribuidora de Energia S/A (“ESE”)	Aracaju (SE)	23/12/1997	23/12/2027
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia (“EMT”)	Cuiabá (MT)	11/12/1997	11/12/2027
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (“EMS”)	Campo Grande (MS)	04/12/1997	04/12/2027
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (“EBO”)	Campina Grande (PB)	04/02/2000	04/02/2030
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (“EPB”)	João Pessoa (PB)	21/03/2001	21/03/2031
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (“ERO”)	Porto Velho (RO)	30/10/2018	29/10/2048
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A (“EAC”)	Rio Branco (AC)	07/12/2018	06/12/2048

As Distribuidoras controladas diretas e indiretas são empresas de capital aberto e fechado, sem ações negociadas em bolsa, que tem como objetivo principal operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do serviço distribuição de energia elétrica através de redes e linhas de distribuição, nos Estados supracitados.

As informações referentes à reajustes, revisões tarifárias e outros assuntos regulatórios, ativos e passivos financeiros setoriais, ativo financeiro indenizável da concessão, ativos vinculados à concessão e receita de construção e outros assuntos regulatórios estão apresentados nas notas explicativas nº 10, 11, 15, 19 e 32, respectivamente.

Transmissão de energia elétrica (em fase pré-operacionais)	Descrição	Localidade	Data da concessão	Data de vencimento
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A (*)	Linha de transmissão de 230 kV Rio Verde Norte - Jataí, com 136 quilômetros em circuito duplo, e a subestação Rio Verde Norte.	Goiás	11/08/2017	11/08/2047
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	Linha de transmissão de 230 kV Xinguara II - Santana do Araguaia, com 296 quilômetros de extensão em circuito duplo, e a subestação Santana do Araguaia.	Pará	11/08/2017	11/08/2047
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A	Linha de Transmissão 500 kV, Serra Pelada com 66,5 quilômetros de extensão em circuito duplo; Linha de Transmissão 230 kV, Integradora Sossego - Xinguara II, com 72,3 quilômetros e as subestações Serra Pelada e Integradora Sossego.	Pará	21/09/2018	21/09/2048
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	Linha de Transmissão de 230 kV Dianópolis II - Barreiras II com 255 quilômetros de extensão; Linha de Transmissão de 230 kV Dianópolis II - Gurupi com 256 quilômetros de extensão e Linha de Transmissão de 230 kV Dianópolis II - Palmas com 261 quilômetros de extensão.	Bahia e Tocantins	22/03/2019	22/03/2049

(*) Em 13 de março de 2020, a Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A, iniciou suas operações energizando a linha de transmissão Rio Verde Norte - Jataí (230 kV em circuito duplo), além de realizar ampliações nas subestações Rio Verde e Jataí. Esse trecho possui 136 quilômetros de linha de transmissão. A obra foi concluída em 31 meses após a data de outorga e a operação foi antecipada em 17 meses frente a data prevista de entrada em operação no contrato de concessão.

As Transmissoras controladas indiretas são empresas de capital fechado, sem ações negociadas em bolsa, que tem como objetivo principal de construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica.

Geração de energia elétrica	Descrição	Atividade	Localidade
Geração Hidráulica:			
Energisa Geração Usina Mauricio S/A			
CGH Usina Hans	Subsidiária possui 298 KW de potência instalada e 0,264 MW médios de garantia física.	Geração hidráulica	Nova Friburgo (RJ)
CGH Rio Vermelho	A subsidiária possui 2.560 KW de potência instalada.	Geração hidráulica	Vilhena (RO)
Usina Mauricio	A subsidiária possui 1.280 KW de potência instalada.	Geração hidráulica	Leopoldina (MG)
Geração Distribuída:			
Alsol Energias Renováveis S.A. ("Alsol")	Cerca de 29 MWp de sistemas fotovoltaicos em operação e outros 32 MWp em implementação. Assim como, prestar consultoria e desenvolve estudos de instalação de empreendimentos e equipamentos de geração distribuída.	Geração distribuída	Uberlândia (MG)
Projeto Geração Eólica:			
Complexo Parque Eólico Sobradinho:			
EOL Alecrim	Subsidiária integral não-operacional e tem como finalidade primária projetos de instalação de parque eólico.	Geração Eólica	Sobradinho (BA)
EOL Umbuzeiro Muquim	Subsidiária integral não-operacional e tem como finalidade primária projetos de instalação de parque eólico.	Geração Eólica	Sobradinho (BA)
EOL Mandacaru	Subsidiária integral não-operacional e tem como finalidade primária projetos de instalação de parque eólico.	Geração Eólica	Sobradinho (BA)
EOL Boa Esperança	Subsidiária integral não-operacional e tem como finalidade primária projetos de instalação de parque eólico.	Geração Eólica	Sobradinho (BA)

As Geradoras controladas diretas são empresas de capital fechado, sem ações negociadas em bolsa, que tem como objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica e de implantar e manter empreendimentos e equipamentos associados à eficiência energética e à geração distribuidora via sistemas fotovoltaicos e armazenamento de energia

A controlada EMT possui Contrato de Concessão de Geração nº 04/1997 de 1 usina termelétrica, com a respectiva subestação associada, com vencimento em 10 de dezembro de 2027. Embora, possuindo 1 usina termelétrica para atendimento de sistemas isolado, a principal atividade da controlada EMT é a distribuição de energia elétrica. Desta forma, a administração da controlada EMT considera a pequena atividade de geração como parte integrante do negócio principal.

Comercializadora de energia elétrica	Descrição	Localidade	Data de autorização
Energisa Comercializadora de Energia Ltda ("ECOM")	Subsidiária integral que tem por objetivo o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação e intermediação de negócios relacionados à energia.	Rio de Janeiro (RJ)	21/03/2006

Outros Serviços	Natureza
Energisa Soluções S/A ("ESOL")	Operação, manutenção e serviços correlatos à geração e distribuição de energia elétrica, comissionamento, pré-operação, operação remota e local, e também manutenção eletromecânica de usinas, subestações, linhas de transmissão e parques.
Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A	Construção, operação, manutenção e serviços correlatos a geração e distribuição de energia elétrica.
Multi Energisa Serviços S/A ("MULTI")	Construção, operação, manutenção e serviços correlatos a geração e distribuição de energia elétrica, teleatendimento e atendimento pessoal de consumidores de energia elétrica.
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A ("ESER")	Serviços Aéreos na qualidade de prospecção - modalidade SAE, principalmente em apoio às empresas que exploram linhas de alta tensão, oleodutos e de obras de engenharia de reflorestamento.

Recuperação judicial de controladas:

Em 26 de novembro de 2012 as controladas Rede Energia Participações S/A (“REDE”) publicaram fato relevante informando que ajuizaram pedido de Recuperação Judicial (“RJ”). Na mesma data, foram ajuizados, os pedidos de RJ da Companhia Técnica de Comercialização de Energia (“CTCE”), da QMRA Participações S/A. (“QMRA”), da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A. (“EEVP”) e da Denerge Desenvolvimento Energético S/A. (“Denerge”).

Em fevereiro de 2016, a administradora judicial protocolou petição informando que o plano de recuperação vinha sendo devidamente cumprido, requerendo o encerramento da Recuperação Judicial. Em agosto de 2016, o parecer da administradora foi acolhido, tendo sido proferida decisão decretando o encerramento da recuperação judicial, uma vez que cumpridas todas as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial dentro do período adequado. Alguns credores apresentaram embargos de declaração contra a decisão, os quais foram devidamente rejeitados pelo Juízo da recuperação. Na sequência, um dos credores interpôs Apelação contra a decisão de encerramento. Apesar do recurso, o Juízo da recuperação, autorizou a retirada da expressão “em recuperação judicial” da razão social das Recuperadas, o que já foi averbado junto às respectivas juntas comerciais. Em julgamento realizado no dia 29/07/2019, o Tribunal de Justiça de São Paulo negou provimento à Apelação, mantendo a sentença de encerramento. O credor interpôs Recurso Especial, o qual não foi admitido em exame de admissibilidade realizado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. No momento, monitora-se a interposição de Agravo em Recurso Especial contra esta última decisão.

A posição em 31 de março de 2020 do saldo remanescente das dívidas habilitadas na Recuperação Judicial totaliza R\$567.794, dos quais R\$450.436 refere-se a empréstimos, R\$63.663 a debêntures e R\$53.695 a fornecedores e outros contas a pagar é como segue:

Descrição	Rede Energia	Denerge	CTCE	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	203.536	278.124	61.775	543.435
(+) Atualização (1)	10.321	29.491	3.118	42.930
Reversão de provisão ajuste a valor presente (2)	22.468	5.858	5.114	33.440
(-) Liquidação/Cessão de Créditos	(27.611)	(29.491)	(13.802)	(70.904)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	208.714	283.982	56.205	548.901
(+) Atualização (1)	1.111	7.353	248	8.712
Reversão de provisão ajuste a valor presente (2)	6.530	1.788	1.863	10.181
Saldos em 31 de março de 2020	216.355	293.123	58.316	567.794

- (1) Ajustes realizados na rubrica de outras receitas financeiras na demonstração de resultado da REDE, Denerge e CTCE. Na Energisa esses valores foram registrados no resultado financeiro na demonstração do resultado do período/exercício.
- (2) Ajustes a Valor Presente: registrado pelas controladas Rede Energia, Denerge e CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções para os recebimentos de seus créditos - opções A e B. Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 15,19% a.a., que a Companhia considera como a taxa de retorno adequada para a realização dos créditos. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado e econômico-financeira no cenário da transação. A Administração da Companhia entende que essa taxa de desconto representava adequadamente o custo de capital na data de aquisição das empresas.

Capital Circulante - controladora:

A Companhia apresentou em 31 de março de 2020 capital circulante líquido negativo, no montante de R\$387.032 (R\$707.834 em 31 dezembro de 2019) na controladora. A Administração considera que os fluxos de dividendos oriundos dos resultados das operações das controladas, juntamente com o processo de refinanciamento e substituição das dívidas de curto prazo, que irão gerar os recursos financeiros suficientes para fazer frente ao restante dos compromissos financeiros e reequilíbrio do capital circulante líquido, factíveis e prontamente executáveis.

Efeitos COVID-19:

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de COVID-19 como uma pandemia, dado o fato que vários casos de contágio e disseminação da doença vem se espalhando por vários países ao redor do mundo. A grande capacidade de disseminação do vírus fez com que as autoridades de diversos países adotassem o distanciamento físico como medida de contenção do vírus, que têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID-19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

Em 25 de março de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 878/2020 em resposta às medidas de isolamento social e restrição à mobilidade, e autorizou a flexibilização, até 30 de junho de 2020, de algumas obrigações do contrato de concessão. Ao mesmo tempo, restringiu a suspensão do fornecimento de energia para clientes residenciais e serviços essenciais. As medidas de isolamento, combinado com as restrições a suspensão de fornecimento em razão de inadimplência a determinados grupo de consumidores, vem provocando queda no consumo e na arrecadação das concessionárias de distribuição de energia elétrica do Grupo Energisa.

Atenta aos efeitos causados pela pandemia na economia global e, notadamente no Brasil, o Grupo Energisa adotou medidas preventivas necessárias para minimizar tais efeitos em seus negócios, dentre as quais destacam-se:

Pessoas

- Criação de um Comitê de Crise para avaliar de forma contínua os possíveis impactos e a eficácia das medidas adotadas pela Companhia além de monitorar todas as determinações das autoridades competentes;
- Disponibilização de um canal de atendimento de saúde telefônico 24 horas por dia a todos os colaboradores e distribuição de máscaras para os colaboradores que atuam diretamente em contato com o público;
- Afastamento domiciliar monitorado em casos de colaboradores que apresentem os sintomas da Covid-19;
- Regime de teletrabalho para colaboradores cuja função possibilite esta modalidade de trabalho;
- Para os profissionais onde a modalidade do teletrabalho não foi possível, foram adotados sistema de revezamento de colaboradores com turnos alternados para evitar desta forma exposição a aglomerações;
- Suspensão das viagens internacionais e nacionais, exceção em casos de extrema necessidade;
- Reforço na higienização dos ambientes de trabalho;
- Redução da jornada de trabalho em 25% e suspensão temporária do contrato de trabalho para parte dos colaboradores como medida de prevenção ao emprego seguindo as orientações da Medida Provisória 936/2020.

Negócios

- Revisão do Plano de Investimentos para o ano de 2020 onde de forma prudente diante dos cenários de incertezas, o Grupo Energisa optou por postergar investimentos na ordem de R\$ 557.300 ressaltando que foram preservados os investimentos essenciais para a continuidade das operações. As obras em andamento nas controladas distribuidoras de energia elétrica não sofreram impactos relevantes;
- Busca pela redução das despesas gerenciáveis entre 7% a 12% do volume registrado em 2019;
- Como resultado das projeções de inadimplência dos mercados onde as controladas do Grupo Energisa operam, foi efetuado uma provisão para perdas esperadas de aproximadamente R\$ 25.232;
- Foram contratados novos empréstimos e liquidados outros que possuíam vencimentos ao longo do exercício de 2020;
- Considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia e suas controladas revisaram seus planejamentos estratégicos e sensibilizaram suas premissas quanto ao valor recuperável dos ativos em função dos novos cenários da pandemia, todavia, não foram identificados impactos relevantes em nossas informações financeiras trimestrais;
- As controladas EMT, EMS e ESE tiveram reajuste tarifário aprovados pela ANEEL em abril de 2020, todavia, tais reajustes foram suspensos até 30 de junho de 2020 e como contrapartida haverá o diferimento do

recolhimento das quotas mensais da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE dos próximos três meses em iguais montantes financeiros; e

- Medidas de Assistência Governamental: (i) postergação do recolhimento das contribuições do Pis, Cofins e da Previdência das competências março e abril para os meses de agosto e outubro de 2020; (ii) postergação do recolhimento do FGTS das competências de março, abril e maio para pagamento em 6 parcelas iniciando em julho de 2020; (iii) postergação da compensação ao consumidor pela violação dos limites de DEC e FEC; e (iv) determinação do desconto de 100% do consumo de energia elétrica até 220 KWh/mês no período de 01 de abril a 30 de junho de 2020 em que as controladas, distribuidoras de energia elétrica, serão ressarcidas integralmente pelos recursos originários da conta CDE.

O Grupo Energisa segue comprometido com a segurança de seus colaboradores, clientes, parceiros, acionistas e das comunidades das regiões onde atua, bem como é orientado pela transparência e pelas boas práticas de governança corporativa.

2. Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)

2.1 Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3.2 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019”), publicadas na imprensa oficial em 17 de março de 2020.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, foi autorizada pelo Conselho de Administração em 14 de maio de 2020.

2.2 Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor

As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB *International Accounting Standards Board*, não trouxeram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na nota explicativa nº 3.3 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019.

3. Informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) consolidadas

As informações financeiras intermediárias consolidadas incluem as informações financeiras intermediárias da Energisa e suas controladas. O controle é obtido quando a Energisa estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com as investidas e possuir a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação às investidas.

Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida).
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando o Grupo Energisa tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto.
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais.
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor).

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o período/exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

As informações financeiras intermediárias consolidadas incluem as informações financeiras intermediárias da Energisa e das controladas.

	Ramo de atividade	% de participação	
		31/03/2020	31/12/2019
Controladas diretas			
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE) (1)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB) (1)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (EMG) (1)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Nova Friburgo Distribuidora de Energia S/A (ENF)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (ERO) (2)	Distribuição de energia	95,52	95,52
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A (EAC) (2)	Distribuição de energia	95,09	95,09
Energisa Soluções S/A (ESO)	Serviços de geração e distribuição de energia	100	100
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A (ESER)	Inspeção termográfica aérea	100	100
Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda. (EPLA)	Corretagem de seguros	58,26	58,26
Energisa Comercializadora de Energia Ltda (ECOM)	Comercialização de energia	100	100
Parque Eólico Sobradinho Ltda. (3)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Usina Maurício S/A (GUM)	Geração de energia elétrica	100	100
Energisa Geração Central Solar Coremas S/A (3)	Geração solar de energia	100	100
Energisa Geração Eólica Boa Esperança S/A (3)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Eólica Mandacaru S/A (3)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Central Eólica Alecrim S/A (3)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Central Eólica Umbuzeiro - Muquim S/A (3)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Participações Minoritárias S/A	Holding	85,31	85,31
FIM Zona da Mata	Fundo de Investimento exclusivo	100	100
Caixa FI Energisa	Fundo de Investimento exclusivo	100	100
Dinâmica Direitos Creditórios	Securitização de créditos	100	100
Denerge Desenvolvimento Energético S/A	Holding	99,97	99,97
Energisa Transmissão de Energia S/A (1)	Holding	100	100
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A (a)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A (a)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Transmissora de Energia I S/A (3) (b)	Transmissão de energia	100	100
Energisa Transmissora de Energia II S/A (3) (b)	Transmissão de energia	100	100
Energisa Transmissora de Energia III S/A (3) (b)	Transmissão de energia	100	100

	Ramo de atividade	% de participação	
		31/03/2020	31/12/2019
Alsol Energias Renováveis S/A	Geração de energia distribuída	89,21	89,21
Controladas indiretas			
Rede Energia Participações S.A (1)	Holding	95,21	95,21
Rede Power do Brasil S/A	Holding	95,2	95,2
QMRA Participações S/A	Holding	95,2	95,2
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A (1)	Distribuição de energia	74,33	74,33
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S/A (1) (4)	Distribuição de energia	95,14	95,14
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A	Distribuição de energia	72,99	72,99
Multi Energisa Serviços S/A	Serviços	95,21	95,21
Energisa Sul - Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (1)	Distribuição de energia	94,49	94,49
Energisa Soluções Construções e Serviços em linhas e Redes S/A	Serviços de geração e distribuição de energia	100	100
Energisa Para Transmissora de Energia I S/A	Transmissão de energia	100	100
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	Transmissão de energia	100	100
Energisa Para Transmissora de Energia II S/A	Transmissão de energia	100	99,90
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	Transmissão de energia	99,90	100
Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda	Geração de energia distribuída	99,90	99,90

(a) Em Assembleia Geral de Constituição da Energisa Geração foi realizada no dia 10 de janeiro de 2019 aprovação da constituição da Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A e da Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A, respectivamente.

(b) A escritura pública declaratória de constituição menciona que no dia 20 de maio de 2019 ocorreu a constituição das empresas Energisa Transmissora de Energia I S/A; Energisa Transmissora de Energia II S/A e Energisa Transmissora de Energia III S/A, respectivamente.

(1) Companhias abertas.

(2) Em 1º de março de 2019, as sobras de ações da ERO e da EAC que não foram adquiridas pelos empregados e aposentados, sendo 128.665.217 ações ordinárias na ERO e 10.088.904.771 ações ordinárias e 3.768.032.911 ações preferenciais da EAC, foram integralizadas pela Companhia que passou a deter os novos percentuais de participação de 95,43% e 93,58%, respectivamente.

(3) Em fase pré-operacional.

(4) A Rede Power do Brasil S/A é controlada pela Rede Energia Participações S.A., e possui 35,92% de participação na EMS.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

(1) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;

(2) Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e resultados das empresas consolidadas; e

(3) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as empresas.

4. Informações por segmento - consolidado

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outras unidades da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras intermediárias individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia e suas controladas atuam nos segmentos econômicos de distribuição, geração, transmissão, comercialização e na prestação de serviços de manutenção e operação de empreendimentos de geração e distribuição de energia elétrica. Resumem-se a seguir as operações por segmento:

a) Informações sobre segmentos

	31/03/2020					
	Distribuição	Geração	Transmissão	Comercialização	Serviços e outros	Total
Receitas Externas	4.376.223	102	116.632	287.939	1.418	4.782.314
Receitas Intersegmentos	4.635	-	-	-	114.027	118.662
Total	4.380.858	102	116.632	287.939	115.445	4.900.976
Receitas Financeiras	141.492	7	241	651	78.695	221.086
Despesas Financeiras	(360.111)	(4)	(7.052)	(1.671)	271.850	(96.988)
Total	(218.619)	3	(6.811)	(1.020)	350.545	124.098
Amortização e depreciação	220.703	43	8	12	80.253	301.019
Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social	270.330	(224)	80.634	(31.169)	352.092	671.663

	31/03/2019					
	Distribuição	Geração	Transmissão	Comercialização	Serviços e outros	Total
Receitas Externas	4.473.639	-	78.353	189.763	22.330	4.764.085
Receitas Intersegmentos	4.223	-	-	-	71.333	75.556
Total	4.477.862	-	78.353	189.763	93.663	4.839.641
Receitas Financeiras	149.407	-	2.910	843	66.769	219.929
Despesas Financeiras	(203.249)	(1)	(3.732)	(880)	(245.267)	(453.129)
Total	(53.842)	(1)	(822)	(37)	(178.498)	(233.200)
Amortização e depreciação	290.263	13	8	10	10.239	300.533
Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social	379.170	(445)	44.167	(21.166)	(107.721)	294.005

	Distribuição	Geração	Transmissão	Comercialização	Serviços e outros	31/03/2020	31/12/2019
Ativos dos segmentos divulgáveis	37.308.832	11.939	1.243.397	499.033	4.547.318	43.610.519	41.224.171
Ativo circulante	9.395.838	287	144.855	225.520	2.006.615	11.773.115	10.240.247
Ativo não circulante	27.912.994	11.652	1.098.542	273.513	2.540.703	31.837.404	30.983.924
Passivos dos segmentos divulgáveis	29.328.091	198	864.578	487.333	5.893.439	36.573.639	34.761.951
Passivo circulante	8.022.827	119	50.357	216.349	1.627.153	9.916.805	7.916.276
Passivo não circulante	21.305.264	79	814.221	270.984	4.266.286	26.656.834	26.845.675

b) Conciliação de receitas, lucros, ativos e passivos por segmento

	31/03/2020	31/03/2019
Receita		
Receita líquida total de segmentos divulgáveis	4.900.976	4.839.641
Eliminação de receitas intersegmentos	(118.662)	(75.556)
Receita líquida consolidada	4.782.314	4.764.085
Amortização e depreciação		
Amortização e depreciação total de segmentos divulgáveis	301.019	300.533
Amortização e depreciação consolidada	301.019	300.533
Receita financeira		
Receita financeira total de segmentos divulgáveis	221.086	219.929
Eliminação de receitas intersegmentos	(74.920)	(38.111)
Receita financeira consolidada	146.166	181.818
Despesa financeira		
Despesa financeira total de segmentos divulgáveis	(96.988)	(453.129)
Eliminação de despesa intersegmentos	74.920	38.111
Despesa financeira consolidada	(22.068)	(415.018)
Lucros		
Total de lucros dos segmentos divulgáveis	671.663	294.005
Lucro antes dos impostos	671.663	294.005

	31/03/2020	31/12/2019
Ativo		
Ativo total dos segmentos divulgáveis	43.610.519	41.224.171
Outros valores não alocados	(2.108.602)	(1.904.357)
Total Ativo consolidado	41.501.917	39.319.814
Passivo		
Passivo total dos segmentos divulgáveis	36.573.639	34.761.951
Outros valores não alocados	(2.108.602)	(1.904.357)
Total passivo consolidado	34.465.037	32.857.594

5. Caixa, equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

A carteira de aplicações financeiras é constituída por Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e operações compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira no período findo em 31 de março de 2020 equivale a 100,7% do CDI (101,9 % do CDI em 31 de dezembro de 2019).

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Caixa e depósitos bancários à vista	7.358	6.345	186.488	255.955
Aplicações financeiras de liquidez imediata:	46.113	62.078	1.127.124	407.148
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	-	540.184	-
Compromissada	46.113	62.078	586.940	407.148
Total de caixa e equivalentes de caixa - Circulante	53.471	68.423	1.313.612	663.103

5.2 Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados (avaliadas ao valor justo por meio do resultado)

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDB's, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de março de 2020 equivale a 60,4% do CDI (106,6% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
1) Avaliadas ao valor justo por meio do resultado	2.509.600	2.486.362	2.847.111	2.373.194
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	14.161	14.022	83.126	36.277
Certificado de Depósito Bancário Garantias Comerciais (CDB) ⁽¹⁾	-	-	11.840	15.046
Operações compromissadas ⁽²⁾	-	-	21.494	18.891
Debêntures ⁽³⁾	1.848.254	1.811.399	-	-
Letra Financeira ⁽⁴⁾	19.962	-	19.962	-
Fundos de Investimentos ⁽⁵⁾	25	26	54.906	54.408
Fundos de Investimentos Exclusivos ⁽⁶⁾	627.198	660.915	2.542.912	2.137.703
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	21.546	22.795	51.015	50.311
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	2.093	2.560	4.956	5.652
Operações compromissadas	67.421	112.459	156.234	248.215
Títulos públicos	46.915	27.990	707.750	418.379
Fundo de Renda Fixa	169.506	235.183	393.079	468.521
Letra financeira do Tesouro (LFT)	248.778	255.993	1.043.521	892.115
Letra financeira (LF)	-	338	-	746
Letra financeira (LTN)	6.179	1.086	26.532	16.226
Nota do tesouro nacional (NTNB)	64.760	2.511	159.825	37.538

Títulos CCBs ⁽⁷⁾	74.219	74.591	74.219	74.591
(-) Provisão para perdas com os títulos CCBs ⁽⁷⁾	(74.219)	(74.591)	(74.219)	(74.591)
Outros instrumentos	-	-	-	252
Fundos de Investimentos em direitos creditórios ⁽⁸⁾	-	-	112.871	110.617
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados ⁽⁹⁾	2.509.600	2.486.362	2.847.111	2.373.194
Circulante	712.158	710.030	2.483.034	2.016.399
Não Circulante	1.797.442	1.776.332	364.077	356.795

- (1) Certificado de Depósito Bancário (CDB) - Garantias Comerciais - São aplicações referentes aos recursos vinculados às garantias comerciais de clientes, conforme contrato de venda de energia. Os recursos do mesmo montante foram reconhecidos em contrapartida na rubrica do passivo circulante e são remunerados de 99,0% a 100,0% (90,0% a 100,0% em 31 de dezembro de 2019) e média ponderada 99,9% (98,1% em 31 de dezembro de 2019) do CDI;
- (2) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante de revenda assumido pelo comprador. São remuneradas de 99,0% a 100% (R\$65,0% a 80,0% em 31 de dezembro 2019 e média ponderada 99,9% (65,5% em 31 de dezembro de 2019) do CDI e estão lastreadas em debêntures;
- (3) Debêntures privadas emitidas pelas distribuidoras do grupo;
- (4) Letra Financeira - LF com vencimento em 25/05/2020, remuneradas a 109% do CDI - BTG Pactual
- (5) Fundos de Investimentos - Inclui fundos classificados como Renda Fixa e são remunerados de -484,4% a 149,1% (34,4% a 114,3% em 31 de dezembro de 2019 e média ponderada 53,4% (103,5% em 31 de dezembro de 2019) do CDI.
- (6) Fundo de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDB, CCB, Compromissadas, Fundos de Renda Fixa, Títulos Públicos, LFT, LF, LTN e NTN são remuneradas 104,1% (105,2% em 31 de dezembro de 2019) do CDI Fundo FI Energisa, -10,3% (109,7% em 31 de dezembro de 2019) do CDI Fundo Cataguases e 15,1% (115,7% em 31 de dezembro de 2019) do CDI Fundo Zona da Mata.
- (7) Cédula de Crédito Bancária - títulos CCBs.
- (8) Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados: FIDC IV Energisa Centro Oeste com vencimento em 01/10/2034 e FIDC III Energisa 2008 com vencimento em 29/12/2020.
- (9) Inclui na controladora R\$15.269 (R\$15.118 em 31 de dezembro de 2019) e no consolidado R\$286.593 (R\$236.734 em 31 de dezembro de 2019) referente a recursos vinculados, conforme segue:

Recursos vinculados	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Depósito judicial credores	15.244	15.093	15.244	15.093
Bloqueio Judicial	25	25	6.457	5.563
Fundo de investimento em direitos creditórios - FIDC	-	-	112.871	110.617
Programa Luz para todos	-	-	108.943	62.853
Garantia com comercialização de energia	-	-	11.840	15.046
Conselho do consumidor	-	-	5.158	4.301
Outros	-	-	26.080	23.261
Total	15.269	15.118	286.593	236.734

6. Clientes, consumidores e concessionárias

Na controladora, inclui principalmente serviços especializados prestados as controladas, conforme detalhado na nota explicativa nº 13 - transações com partes relacionadas, enquanto no consolidado englobam, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das informações financeiras intermediárias.

	Controladora		Consolidado								Total	
			Saldos a vencer		Saldos vencidos				PPECLD (7)			
	31/03/2020	31/12/2019	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		31/03/2020	31/12/2019	
Valores correntes: ⁽¹⁾												
Residencial	-	-	395.980	-	503.485	78.467	54.119	33.969	(184.381)	881.639	859.720	
Industrial	-	-	151.557	-	48.443	10.160	12.325	39.383	(50.729)	211.139	233.911	
Comercial	-	-	282.583	-	132.370	21.593	23.807	38.930	(67.586)	431.697	434.832	
Rural	-	-	108.535	-	69.744	17.316	9.203	8.294	(20.040)	193.052	194.160	
Poder público	-	-	104.538	-	34.269	4.701	1.958	8.455	(13.582)	140.339	134.155	
Iluminação pública	-	-	40.942	-	19.805	2.198	3.512	10.857	(15.154)	62.160	59.558	
Serviço público	-	-	53.211	-	12.041	6.770	8.427	71.678	(89.634)	62.493	64.607	
Serviço taxado	-	-	3.464	-	-	-	-	-	-	3.464	3.264	
Fornecimento não faturado	-	-	1.002.938	-	-	-	-	-	-	1.002.938	958.987	
Fornecimento Liminar	-	-	1.632	-	-	-	-	-	-	1.632	1.649	
Arrecadação Processo Classificação	-	-	(23.796)	-	-	-	-	-	-	(23.796)	(10.859)	
Valores renegociados:												
Residencial	-	-	33.907	120.422	22.794	9.406	8.408	54.982	(86.761)	163.158	165.725	
Industrial	-	-	6.985	21.036	3.447	1.350	2.473	23.588	(34.576)	24.303	25.411	
Comercial	-	-	12.830	96.844	7.993	2.719	3.416	21.171	(44.677)	100.296	104.906	
Rural	-	-	7.109	24.352	4.185	1.617	1.247	5.395	(17.129)	26.776	27.844	
Poder público ⁽²⁾	-	-	18.842	360.094	5.184	695	307	7.928	(10.433)	382.617	400.896	
Iluminação pública	-	-	4.565	43.099	877	110	182	22	(1.372)	47.483	47.963	
Serviço público	-	-	1.062	13.349	135	40	3.090	421	(4.052)	14.045	14.701	
(-) Ajuste valor Presente ⁽³⁾	-	-	(634)	(106.569)	-	-	-	-	-	(107.203)	(118.452)	
Subtotal-clientes	-	-	2.206.250	572.627	864.772	157.142	132.474	325.073	(640.106)	3.618.232	3.602.978	
Suprimento energia a concessionárias-moeda nacional ⁽⁴⁾												
	-	-	332.470	-	-	-	-	34.589	(4.882)	362.177	359.354	
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	-	-	4.876	-	168	-	-	9.717	(10.219)	4.542	4.484	
Serviços Especializados	24.007	40.640	43.305	-	10.436	-	-	-	(2.303)	51.438	43.928	
Redução do uso do sistema de distribuição ⁽⁵⁾	-	-	-	-	-	-	-	12.201	-	12.201	12.201	
Energia Comercializadora com clientes livres	-	-	127.646	-	-	-	-	-	-	127.646	98.671	
Outros ⁽⁶⁾	-	-	75.738	63.431	244.497	29.354	2.284	369.549	(23.338)	761.515	712.425	
Total	24.007	40.640	2.790.285	636.058	1.119.873	186.496	134.758	751.129	(680.848)	4.937.751	4.834.041	
Circulante	24.007	40.640								3.856.575	3.783.469	
Não Circulante	-	-								1.081.176	1.050.572	

(1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.

(2) Reconhecido ajuste a valor presente sobre a dívida no montante de R\$3.886 (R\$4.175 em 31 de dezembro de 2019) contabilizado na demonstração de resultado do período na rubrica de outras despesas financeiras no consolidado, calculado pela aplicação da taxa anual de CDI 3,96% a.a. (4.60% a.a. em 31 de dezembro de 2019).

(3) Ajuste a valor presente: calculado para os contratos renegociados sem a incidência de juros e/ou para aqueles com taxa de juros de IPCA

ou IGPM. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa média anual de CDI 3,96% a.a. (4,6% a.a. em 31 de dezembro de 2019).

(4) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Composição dos créditos da CCEE	Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019
Saldos a vencer	332.470	328.033
Créditos vinculados a liminares ^(a)	34.589	34.589
Sub-total créditos CCEE ^(*)	367.059	362.622
(-) Aquisição de energia na CCEE	(412.181)	(456.126)
(-) Encargos de serviços do sistema	(2.853)	(3.257)
Total débitos CCEE	(47.975)	(96.761)

(*) O sub-total de R\$367.059 (R\$362.622 em 31 de dezembro de 2019) não inclui a provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa no valor de R\$4.882 (R\$3.264 em 31 de dezembro de 2019).

(a) Os valores que se encontram vinculados a liminares, podem estar sujeitos à alterações dependendo de decisões dos processos judiciais em andamento. As controladas ESE, EMG, ENF e ESS não constituíram provisão perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entenderem que os valores serão integralmente recebidos, quer seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente, ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

(5) Os valores objetivaram recompor a receita da controlada EMT referente à disponibilização da rede de distribuição aos consumidores livres, geradoras e fontes incentivadas. Para o saldo remanescente de R\$12.201 (R\$12.201 em 31 de dezembro de 2019), registrado no ativo não circulante, suspenso por liminares, tem-se o mesmo valor reconhecido em contrapartida na rubrica outras contas a pagar no passivo não circulante no consolidado.

(6) Na rubrica outros inclui o montante de R\$400.165 (R\$372.803 em 31 de dezembro de 2019) ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição aos consumidores livres incidentes sobre a demanda de energia, contabilizado no ativo não circulante e suspenso por liminares em contrapartida possui o mesmo valor contabilizado na rubrica de imposto sobre circulação de mercadoria e serviços - ICMS em tributos e contribuições sociais (nota explicativa nº 24) no passivo não circulante no consolidado, serviços taxados e outros valores a receber de consumidores.

(7) Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa a provisão é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração. A Administração, exceto quanto os valores incluídos na provisão de perdas esperadas, não visualiza riscos na realização dos créditos.

Cabe esclarecer de que na constituição de perdas esperadas, inclui-se variáveis de probabilidade futura de inadimplência que neste momento estão agravadas pelo cenário da pandemia do Covid-19 onde a suspensão do fornecimento de energia elétrica pelas concessionárias foi proibida pelo regulador como uma medida de proteção aos consumidores dado o caráter essencial do consumo de energia elétrica. Embora a previsão aponte um aumento da inadimplência pelo cenário exposto, a expectativa é de que esta variável possua alcance limitado de impacto nas análises de perdas esperadas, uma vez que as concessionárias voltarão a ter a possibilidade de suspensão da energia após 01/07/2020 já que o prazo para o desligamento da energia elétrica por não pagamento se encerra em 30/06/2020. Outro fator atenuante são as medidas de auxílio as concessionárias sinalizadas pelo regulador como contrapartida ao socorro dado aos consumidores como já anteriormente exposto. Em resumo, além da base histórica como métrica para a mensuração das perdas esperadas condições futuras relevantes de inadimplência também são analisadas pela Companhia para cálculo final das perdas esperadas.

Segue movimentação das provisões:

Movimentação das provisões	31/03/2020	31/12/2019
Saldo inicial - circulante - 31/12/2019 e 31/12/2018	703.949	605.063
Saldo de aquisição da combinação de novos negócios	-	220
Provisões constituídas no período/exercício	126.062	212.491
Baixa de contas de energia elétrica - incobráveis	(32.603)	(113.815)
Saldo final - circulante - 31/03/2020 e 31/12/2019	797.408	703.949
Alocação:		
Clientes, consumidores e concessionárias	680.848	587.124
Títulos de créditos a receber (nota explicativa nº 7)	74.901	75.220
Outros créditos (nota explicativa nº 12)	41.659	41.605
Saldo final	797.408	703.949

7. Títulos de créditos a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Processo execução de precatórios PM de Cuiabá (1)	-	-	10.109	10.943
Precatório de Órgãos Públicos Municipais (1)	-	-	67.780	67.780
Títulos de créditos a receber (2 e 3)	38	76	45.588	45.972
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (1,2 e 3)	-	-	(74.901)	(75.220)
Ajuste a valor presente (1,2 e 3)	-	-	(22.630)	(22.902)
Total	38	76	25.946	26.573
Circulante	38	76	15.814	16.116
Não circulante	-	-	10.132	10.457

Em 31 de março de 2020, os vencimentos dos títulos de créditos são como segue:

Vencimento dos títulos	Controladora	Consolidado (*)
	31/03/2020	31/03/2020
Vencidos	-	15.992
2021	38	5.084
2022	-	6.625
2023	-	861
2024 em diante	-	72.285
Total	38	100.847

(*) Apresentado líquido do ajuste a valor presente.

(1) Controlada indireta EMT

Processo execução de precatórios PM de Cuiabá - R\$10.109 (R\$10.943 em 31 de dezembro de 2019):

- (i) Títulos precatórios referente a Ação de Execução (processo nº 383/2001 - 3ª Vara de Fazenda Pública - Cuiabá) ajuizada em desfavor do Município de Cuiabá, que deu origem ao Precatório Requisitório nº 13.699/2004/TJMT. O montante dos títulos de R\$10.109 (R\$10.943 em 31 de dezembro de 2019) encontra-se em processo de recebimento, tendo sido já recebidos 44 parcelas, restando 22 parcelas fixas de R\$500, corrigidos pela taxa de 0,5% ao mês, e a última parcela, de nº 67, no valor de R\$183. A Administração da controlada, constituiu ajuste a valor presente positivo de R\$20 (R\$11 em 31 de dezembro de 2019), utilizando a taxa média anual de CDI 3,96% a.a. (4,60% a.a. em 31 de dezembro de 2019).

Outros Precatórios de Órgãos Públicos Municipais:

Prefeituras	31/03/2020	31/12/2019
Prefeitura Municipal de Alta Floresta (*)	3.042	3.042
Prefeitura Municipal de Cáceres	4.021	4.021
Prefeitura Municipal de Juscimeira	4.127	4.127
Departamento de água e Esgoto de Várzea Grande - DAE VG	56.590	56.590
Total	67.780	67.780

(*) Inclui ajuste a valor presente positivo no valor de R\$60 (R\$16 em 31 de dezembro de 2019) referente ao precatório de Alta Floresta.

- (ii) Referem-se a títulos precatórios de Órgãos Públicos Municipais, que após condenação judicial definitiva dos devedores resultou na expedição dos precatórios conforme ordem emanada do Poder Judiciário, e expedição de requisições de pagamentos, para cobrar dos municípios dívidas relacionadas a débitos de contas de energia elétrica, referente ao período de julho de 1998 a junho de 2014 no montante R\$67.780 (R\$67.780 em 31 de dezembro de 2019), vencidos a partir de 27 de julho de 1998. O montante foi transferidos da rubrica de clientes, consumidores e concessionárias e todos os processos tiveram instrução processual finalizada, transitada em julgado. Do montante, R\$64.738 (R\$64.738 em 31 de dezembro de 2019) encontra-se provisionado.

(2) Títulos de créditos a receber:

Controlada indireta EMT

Aquisição de crédito de carbono realizado em 16 de julho de 2008 junto a Companhia Técnica de Comercialização de Energia apresentando em 31 de março de 2020 saldo de R\$1.625 (R\$1.625 em 31 de dezembro de 2019) que se encontra totalmente provisionado.

Controlada indireta ESS:

- (i) A controlada ESS, adquiriu em 2003, R\$44.034 (R\$44.034 em 31 de dezembro de 2019), créditos de origem não tributária decorrentes da condenação da União Federal em ação indenizatória, com finalidade de compensação de impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado. Os referidos créditos estão sob discussão judicial, movida pela detentora do crédito contra a União Federal. A controlada indireta ingressou nesta ação com pedido de assistência o que foi indeferido pelo Juiz de Primeira Instância por fundamentos de ordem meramente processual. Contra a referida decisão, foi apresentado recurso, que aguarda apreciação pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Com a adesão ao Parcelamento Excepcional - PAEX, nos termos da Medida Provisória nº 303/2006, em 15/12/2006, a controlada ESS desistiu da compensação tributária dos referidos créditos e mantém a discussão judicial, com a finalidade de ver reconhecido seu direito ao crédito. A recuperação do crédito depende do sucesso da referida ação judicial, sendo considerado possível o êxito da ação pelos assessores jurídicos da Companhia. A Administração reconheceu provisão para perdas no valor recuperável desse ativo, registrada como redutora na rubrica títulos de créditos a receber no consolidado no montante de R\$21.400 (R\$21.400 em 31 de dezembro de 2019) e na rubrica de ajuste a valor presente o montante de R\$22.633 (R\$22.633 em 31 de dezembro de 2019).
- (ii) Inclui convênio de arrecadação, uso mutuo de postes e outros no montante de R\$3.112 (R\$3.231 em 31 de dezembro de 2019). A controlada constitui perdas de valor recuperável de uso mútuo de postes de R\$762 (R\$762 em 31 de dezembro de 2019).
- (iii) Refere-se a títulos precatórios de Prefeituras no montante de R\$852 (R\$852 em 31 de dezembro de 2019), que após condenação judicial definitiva dos devedores houve a expedição dos precatórios. A controlada constituiu perda do valor recuperável do precatório no montante de R\$290 (R\$290 em 31 de dezembro de 2019).

Controlada indireta ETO:

A controlada indireta ETO registrou o montante de R\$11.240 (R\$11.466 em 31 de dezembro de 2019), é como segue:

- (i) R\$7.862 (R\$8.088 em 31 de dezembro de 2019) refere-se a títulos precatórios de Prefeituras, que após condenação judicial definitiva dos devedores houve a expedição dos precatórios, conforme ordem emanada do Poder Judiciário, e expedição de requisições de pagamentos, para cobrar dos municípios dívidas relacionadas a débitos de contas de energia elétrica.

Todos os processos tiveram instrução processual finalizada, transitada em julgado, por consequência os precatórios foram formados e são como segue:

Prefeituras	31/03/2020	31/12/2019
Paraíso	1.527	1.527
Taguatinga	3.719	3.945
Divinópolis	258	258
Miranorte	386	386
Porto Nacional	651	651
Sítio Novo	-	771
Santa Fé do Araguaia	1.031	260
Outras	290	290
Total	7.862	8.088

A controlada constituiu perda de valor recuperável no montante de R\$2.227 (R\$2.227 em 31 de dezembro de 2019).

- (ii) Inclui R\$3.029 (R\$3.029 em 31 de dezembro de 2019) de créditos de contas de energia elétrica vencidas e não pagas, decorrentes de ação de cobrança ajuizada contra o devedor Itafós Mineração S/A, julgada procedente e transitada em julgado, sendo que os créditos foram integralmente habilitados nos autos do Processo de Recuperação Extrajudicial da devedora nº 0000459-40.2016.827.2709, homologado em 29 de agosto de 2016, e tramita perante a 1ª Vara Cível de Arraias - TO e o montante de R\$349 (R\$349 em 31 de dezembro de 2019) referente a outros títulos de créditos.

A Administração da controlada ETO, constituiu perda de valor recuperável no montante de R\$13 (R\$13 em 31 de dezembro de 2019) e provisão de ajuste a valor presente sobre os títulos de crédito a receber no valor de R\$77 (R\$137 em 31 de dezembro de 2019) registrados em outras despesas financeiras na demonstração do resultado do período no consolidado.

(3) Controladora e demais controladas:

- (i) Na controladora o montante de R\$38 e (R\$76 em 31 de dezembro de 2019) refere-se a títulos a receber junto a Raizen do Brasil e R\$6.087 (R\$6.088 em 31 de dezembro de 2019) são outros títulos a receber junto a terceiros, das controladas CTCE, EPB, EMG, ESE, Dinâmica e ERO.
- (ii) A controlada EMG constituiu no período perda do valor recuperável do precatório da Prefeitura Municipal de Manhuaçu no montante de R\$746 (R\$746 em 31 de dezembro de 2019).
- (iii) A controlada ERO constituiu no período perda do valor recuperável de R\$4.500 (R\$4.819 em 31 de dezembro de 2019) e ajuste a valor presente de (R\$105 em 31 de dezembro de 2019).

8. Dividendos a receber

Controladas	Controladora	
	31/03/2020	31/12/2019
Energisa Nova Friburgo Distribuidora de Energia S/A	3.234	1.289
Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	9.025	9.025
Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda	1.096	274
Energisa Sergipe Distribuidora de Energia S/A	22.230	-
Energisa Paraíba Distribuidora de Energia S/A	164.091	-
Energisa Borborema Distribuidora de Energia S/A	3.477	-
Energisa Minas Gerais Distribuidora de Energia S/A	8.834	-
Dinâmica Direitos de Créditos S/A	26	26
Total - Ativo Circulante	212.013	10.614

9. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	350.758	306.481
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	132.905	129.283	742.598	695.985
Contribuição social sobre o lucro - CSSL	5.402	4.221	175.133	167.575
Contribuições ao PIS e a COFINS	1.095	1.567	140.521	152.300
Efeitos da Redução do ICMS na base de Cálculo Pis e Cofins (*)	-	-	696.049	665.780
Outros	192	193	60.595	55.318
	139.594	135.264	2.165.654	2.043.439
Circulante	98.437	99.837	1.094.102	1.021.209
Não circulante	41.157	35.427	1.071.552	1.022.230

(*) As controladas EPB, EBO e ETO constituíram créditos de PIS e de COFINS a recuperar de R\$696.049 (R\$665.780 em 31 de dezembro de 2019), sendo R\$408.206 (R\$389.900 em 31 de dezembro de 2019), R\$65.887 (R\$63.176 em 31 de dezembro de 2019) e R\$221.956 (R\$212.704 em 31 de dezembro de 2019), das controladas EPB, EBO e ETO, respectivamente, referente a redução do ICMS na base de cálculo das contribuições em face das ações judiciais com trânsito em julgado, calculados com base na melhor estimativa da Administração. Os valores foram devidamente atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic. As controladas estabelecerão procedimentos de recuperação de créditos tributários de acordo com as normas legais, tão logo seja finalizado as apurações, conforme nota explicativa nº 30.

Os demais itens referem-se a créditos tributários de saldos negativos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo intangível/imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

10. Reajustes, Revisões Tarifárias e outros assuntos regulatórios - consolidado

10.1 Reajustes tarifários:

Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

As tarifas das controladas foram reajustadas conforme segue:

Distribuidoras	Resolução Homologatória	Efeito médio a ser percebido pelos consumidores (%)	Vigência (início)
ESS	Resolução 2.570, de 09/07/2019	1,30%	12/07/2019
EMG	Resolução 2.561, de 18/06/2019	6,73%	22/06/2019
EBO	Resolução 2.665, de 28/01/2020	1,78%	04/02/2020
ENF	Resolução 2.560, de 18/06/2019	9,26%	22/06/2019

EPB	Resolução 2.596, de 20/08/2019	4,27%	28/08/2019
ETO	Resolução 2.567, de 02/07/2019	-0,33%	04/07/2019
ESE	Resolução 2.531, de 16/04/2019	2,80%	22/04/2019
EMT	Resolução 2.527, de 02/04/2019	11,29%	08/04/2019
EMS	Resolução 2.525, de 02/04/2019	12,39%	08/04/2019
ERO (*)	Resolução 2.648, de 10/12/2019	0,11%	13/12/2019
EAC (*)	Resolução 2.649, de 10/12/2019	-4,24%	13/12/2019

(*) Como previsto no Edital do Leilão 02/2018, onde foram adquiridas ERO e EAC, o Grupo Energisa solicitou à ANEEL Revisão Tarifária Extraordinária para estas distribuidoras, entretanto, tal pedido foi negado pela Agência Reguladora, sendo homologado apenas o Reajuste Tarifário Anual. A administração das controladas protocolou pleito com objetivo de reverter a posição da Aneel.

10.2 Revisões tarifárias:

As revisões tarifárias periódicas das controladas ocorrem: (i) a cada quatro anos na EBO, EPB e, (ii) a cada cinco anos na ESE, EMT, EMS, EMG, ENF, ESS (*), ETO, ERO e EAC.

Nesse processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado das concessionárias, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. As Concessionárias também podem solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Resumem-se, a seguir, as revisões tarifárias em vigor:

Distribuidoras	Ato ANEEL	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (início)
ESS (*)	Resolução 2.071, de 03/05/2016	-0,94%	10/05/2016
EBO	Resolução 2.512, de 28/01/2019	4,36%	04/02/2019
EMG	Resolução 2.092, de 21/06/2016	2,16%	22/06/2016
EMS	Resolução 2.380, de 03/04/2018	9,87%	08/04/2018
EMT	Resolução 2.379, de 03/04/2018	11,53%	08/04/2018
ENF	Resolução 2.091, de 21/06/2016	8,86%	22/06/2016
EPB	Resolução 2.291, de 22/08/2017	14,55%	28/08/2017
ESE	Resolução 2.387, de 17/04/2018	11,30%	22/04/2018
ETO	Resolução 2.105, de 28/06/2016	12,81%	04/07/2016
ERO (**)	Resolução 1.657 de 26/11/2013	13,17%	30/11/2013
EAC (**)	Resolução 1.655 de 26/11/2013	10,73%	30/11/2013

(*) Em 30 de junho de 2017 a ESS, incorporou a CFLO, CNEE, EDEVP e EEB. A ANEEL através Resolução Autorizativa nº 6.318 e Resolução Homologatória 2.271, de 11 de junho de 2017, e aprovou o primeiro índice de reajuste tarifário da Energisa Sul Sudeste, que passou a ter uma tarifa única, sendo que, dado que as distribuidoras anteriormente possuíam tarifas distintas, o efeito médio percebido pelos consumidores da nova concessão agrupada neste primeiro ano foi diferenciado.

(**) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 31 de outubro de 2019, foi aprovada alteração da denominação social da Centrais Elétricas de Rondônia S/A (CERON) e da Companhia de Eletricidade do Acre (ACRE) passando a vigorar a seguinte redação: Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (ERO) e Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A (EAC), respectivamente.

10.3 Revisão Tarifária Extraordinária

Em 26 de março de 2019, a ANEEL aprovou por meio da Resolução 2.523 a revisão extraordinária que afetou as controladas diretas EBO, ERO e EAC, devido a antecipação do término do pagamento da cota da CDE Conta ACR. Os novos valores entrarão em vigor a partir do dia 1º de abril de 2019, afetando então os ativos e passivos financeiros setoriais das controladas diretas.

Distribuidoras	Ato ANEEL	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (início)
ERO ⁽¹⁾	Resolução 2.524, de 26/03/2019	17,87%	01/04/2019
EBO ⁽²⁾	Resolução 2.523, de 26/03/2019	1,75%	01/04/2019
EAC ⁽²⁾	Resolução 2.523, de 26/03/2019	18,13%	01/04/2019

⁽¹⁾ Na controlada ERO foi efetuado em 26/03/2019, redução média de 7,4% nas tarifas de energia elétrica da Companhia, resultando em uma diminuição do índice de reajuste médio de 25,34% (aprovados em dezembro de 2018) para 17,87%.

⁽²⁾ Nas controladas EBO e EAC foi efetuado em 26/03/2019, redução média de 2,5% e 2,6%, respectivamente, nas tarifas de energia elétrica das Companhias, devido ao abatimento da parcela do empréstimo da Conta ACR, na Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e ajustes nas parcelas referentes a outras rubricas da CDE (CDE USO e CDE Decreto), resultando em uma diminuição do índice de reajuste médio na EBO de 4,36%, aprovado em janeiro de 2019, para 1,75% e na EAC de 21,29%, aprovado em dezembro de 2018, para 18,13%.

Conforme previsto nos Contratos de Concessão da Energisa Rondônia e da Energisa Acre, as Companhias formalizaram, com 12 meses de antecipação, pedido de Revisão Tarifária Extraordinária em substituição ao reajuste anual que se processaria em 13 de dezembro de 2019. Na reunião da Diretoria Colegiada da Aneel de 15 de outubro de 2019, a Aneel decidiu negar o pedido. Atualmente encontra-se em análise na Aneel os pedidos administrativos de reconsideração da decisão daquela data.

10.4 Bandeiras tarifárias:

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional -SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia - TE.

O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:

Bandeira Tarifária Verde;

Bandeira Tarifária Amarela;

Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2;

A Bandeira Tarifária Verde indica condições favoráveis de geração de energia, não implicando acréscimo tarifário.

A Bandeira Tarifária Amarela indica condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$1,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de junho de 2019 o acréscimo da tarifa passou a ser de R\$1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). Em novembro de 2019 passa a ser R\$1,34 para cada 100 quilowatt-hora (kWh).

A Bandeira Tarifária Vermelha indica condições ainda mais custosas de geração. Essa bandeira é dividida em dois patamares, quais sejam:

Patamar 1: com a aplicação de uma tarifa de R\$3,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de junho de 2019 o acréscimo da tarifa passou a ser de R\$4,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). Em novembro de 2019 passa a ser R\$4,16 para cada 100 quilowatt-hora (kWh).

Patamar 2: com aplicação de uma tarifa de R\$5,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de junho de 2019 o acréscimo da tarifa passou a ser de R\$6,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). Em novembro de 2019 passa a ser R\$6,24 para cada 100 quilowatt-hora (kWh).

Em 21 de maio de 2019, a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.551, com vigência a partir de junho/2019, aprovou a alteração dos valores da Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha - Patamar 1 e Patamar 2, conforme mencionado acima.

Por meio da Resolução Homologatória nº 2.628, de 22 de outubro de 2019, a ANEEL alterou os valores da Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha - Patamar 1 e Patamar 2, a partir da competência novembro, conforme mencionado acima.

No período as bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

	31/03/2020	31/12/2019
Janeiro	Amarela	Verde
Fevereiro	Verde	Verde
Março	Verde	Verde

10.5 Outros assuntos regulatórios - sobrecontratação:

A sobrecontratação das distribuidoras do grupo Energisa é decorrente, principalmente, da obrigatoriedade que foi imposta às concessionárias de energia elétrica de adquirir energia no Leilão A-1 de 2015 e da migração de clientes especiais para o Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Independentemente da sua necessidade, as distribuidoras de energia elétrica do país estavam sujeitas à aquisição obrigatória de um mínimo de 96% dos seus Montantes de Reposição no último leilão de 2015, sendo que o descumprimento dessa regra configuraria riscos alheios à gestão dos agentes, inclusive com a imposição de prejuízos às controladas, distribuidora de energia elétrica, oriundos de atividade não remunerada (a aquisição de energia).

O Poder Concedente, diante do cenário de maior retração da economia e da renda, e, por conseguinte, da carga atendida pelos agentes de distribuição, editou o Decreto nº 8.828/16, alterando a obrigação de aquisição do montante mínimo obrigatório para futuros leilões, quando desnecessária. Quanto ao passado, foram mantidas as discussões e análise do tema junto aos agentes.

Da mesma forma, com relação à migração de clientes especiais do mercado cativo para o mercado livre, a ANEEL alterou a regulamentação permitindo a devolução da energia a eles correspondente, a partir de leilão A-1 de 2016. Não sendo possível a redução dos contratos existentes uma vez que esta possibilidade não estava clara para o vendedor no edital dos leilões anteriores, resta o reconhecimento destas sobras como involuntárias.

Por isso, o Grupo Energisa, recorreu a ANEEL para que essa sobrecontratação seja reconhecida como involuntária, afastando-se os prejuízos das controladas, distribuidoras de energia elétrica. Em reunião da Diretoria da ANEEL, realizada em 25 de abril de 2017, o regulador definiu que a aprovação da involuntariedade de cada distribuidora será avaliada individualmente, considerando o máximo esforço para atingimento do nível de cobertura contratual, conforme previsto na Resolução Normativa 453/2011. Cabe destacar que os processos administrativos abertos pelas empresas do setor de energia elétrica não foram deliberados pela ANEEL.

Para o exercício de 2020 em função da pandemia, algumas distribuidoras do Grupo Energisa vêm apresentando um excedente ao limite regulatório (100% e 105%), limite este que deve ser majorado pelo Poder Concedente, dada a involuntariedade do momento. De qualquer modo, o Grupo vem envidando seus melhores esforços utilizando-se dos mecanismos disponíveis, tais como a participação nos Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSDs) Mensais e de Energia Nova, bem como a realização de acordos bilaterais com geradores.

Os valores envolvidos de ganho do Grupo montam em R\$4.495 (R\$4.495 em 31 de dezembro de 2019) que deverão ser compensados.

11. Ativos e Passivos financeiros setoriais - Consolidado

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados pela Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros períodos tarifários ou extinção de concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização.

Os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

Os aditivos contratuais emitidos pela ANEEL, vem garantir que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

As controladas distribuidoras de energia elétrica, contabilizaram as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

Ativo financeiro setorial	Saldos em 31/12/2019	Receita Operacional		Resultado Financeiro	Transferência	Saldos em 31/03/2020	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
Itens da Parcela A (1)										
Energia elétrica comprada para revenda	585.987	17.837	(214.534)	(222)	(2.969)	386.099	125.707	260.392	339.007	47.092
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	113.649	38.136	(10.751)	926	-	141.960	14.414	127.546	124.077	17.883
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	13.556	-	(5.563)	-	(464)	7.529	7.529	-	7.529	-
Transporte de Energia Elétrica - Itaipu	12.875	2.795	(2.763)	95	-	13.002	899	12.103	12.116	886
Encargo de serviços de sistema ESS (2)	-									
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	115.991	16.394	(31.405)	1.125	2.280	104.385	20.802	83.583	96.504	7.881
Componentes financeiros										
Neutralidade da Parcela A (3)	5.854	4.339	(781)	46	(5.691)	3.767	703	3.064	2.208	1.559
Sobrecontratação de energia (4)	13.406	21.782	(4.185)	86	(3.482)	27.607	329	27.278	14.842	12.765
CUSD	569	402	(266)	(3)	(6)	696	221	475	622	74
Garantias financeiras (8)	4.649	988	(926)	39	-	4.750	1.131	3.619	3.945	805
Exposição de submercados (6)	327.934	(187)	(68.057)	1.743	2	261.435	93.146	168.289	252.716	8.719
Saldo a Compensar (9)	5.576	10.049	(1.973)	(98)	(3.910)	9.644	463	9.181	9.329	315
RGR Designadas (7)	695.569	-	-	5.422	-	700.991	-	700.991	-	700.991
Outros itens financeiros (10)	193.355	-	(51.348)	-	-	142.007	141.331	676	141.826	181
Total Ativo	2.088.970	112.535	(392.552)	9.159	(14.240)	1.803.872	406.675	1.397.197	1.004.721	799.151

		Receita Operacional		Resultado Financeiro						
Passivo financeiro setorial	Saldos em 31/12/2019	Adição	Amortização	Remuneração	Transferência	Saldos em 31/03/2020	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
Itens da Parcela A (1)										
Energia elétrica comprada para revenda	3.006	-	218	-	(2.969)	255	255	-	255	-
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	1.511	-	(1.232)	-	-	279	279	-	279	-
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	-	12.279	(12)	99	(464)	11.902	67	11.835	9.137	2.765
Encargo de serviços de sistema ESS (2)	355.192	83.352	(99.805)	1.851	-	340.590	76.624	263.966	297.207	43.383
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	18.106	(11.326)	(10)	121	2.280	9.171	-	9.171	2.378	6.793
Componentes financeiros										
Neutralidade da Parcela A (3)	72.882	25.518	(16.941)	805	(5.691)	76.573	12.815	63.758	71.574	4.999
Sobrecontratação de energia (4)	308.750	(20.168)	(85.341)	1.174	(3.482)	200.933	124.171	76.762	184.881	16.052
Devoluções Tarifárias (5)	231.560	28.075	(6.960)	1.503	-	254.178	12.459	241.719	12.460	241.718
CUSD	2.067	466	(965)	62	(6)	1.624	998	626	1.583	41
Exposição de submercados (6)	22	42	-	-	2	66	-	66	20	46
Saldo a Compensar (9)	26.199	7.284	(5.493)	(642)	(3.910)	23.438	10.088	13.350	21.251	2.187
Outros itens financeiros (10)	133	-	(133)	-	-	-	-	-	-	-
Total Passivo	1.019.428	125.522	(216.674)	4.973	(14.240)	919.009	237.756	681.253	601.025	317.984
Saldo líquido	1.069.542	(12.987)	(175.878)	4.186	-	884.863	168.919	715.944	403.696	481.167

- (1) Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A (CVA): A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativo aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC. Inclui-se R\$48 referente à devolução do saldo remanescente da conta ACR, sendo que este será devolvido no próximo reajuste tarifário ao consumidor final.
- (2) **Encargo de Serviço do Sistema - ESS:** representa um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços ancilares, prestados pelos usuários do Sistema Interligado Nacional - SIN.
- (3) **Neutralidade da Parcela A:** refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas.
- (4) **Repasse de sobrecontratação de energia (energia excedente):** as distribuidoras de energia devem garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado aos 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo.

- (5) **Devoluções tarifárias:** refere-se às receitas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos auferidos a partir do 4º ciclo de Revisão Tarifária Periódica (4CRTP), onde a partir de novembro de 2017, são apropriadas em passivos financeiros setoriais e atualizadas mensalmente com aplicação da variação da SELIC e serão amortizadas a partir do início do 5º ciclo de Revisão Tarifária Periódica (5CRTP).
- (6) **Exposição de submercados:** representa o ganho financeiro decorrente das diferenças entre o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) decorrente da transferência de energia entre Submercados.
- (7) **RGR Designada** - em julho de 2016, a 165ª Assembleia Geral Extraordinária - AGE da Eletrobrás, deliberou pela não prorrogação das concessões de serviço público de distribuição de energia elétrica da Companhia. Diante disso, o Ministério de Minas e Energia MME publicou a Portaria nº 388/2016, que definiu os termos e condições para a Prestação do Serviço Público Temporário e designou a Companhia como prestadora temporária de serviço público de distribuição, fazendo jus aos recursos da RGR para operar, corrigidos pela taxa de 111% da SELIC. A ANEEL por meio do ofício 242 de junho de 2018 definiu que o novo concessionário terá o direito de receber via tarifa os recursos referentes aos aportes da RGR, mediante a sinalização do regulador. A Companhia constituiu Ativo Regulatório no mesmo montante das parcelas recebidas até novembro de 2018. O contrato de concessão 003/2018 assinado em 6 de dezembro de 2018 prevê que os recursos recebidos da RGR serão pagos mensalmente, em parcelas iguais, entre o mês subsequente ao mês da primeira revisão tarifária ordinária e o prazo final do contrato de concessão.
- A Companhia ofertou 21% para ERO e 31% para EAC, de deságio sobre o saldo devedor dos empréstimos da RGR no montante de R\$169.205, sendo R\$101.038 e R\$52.454, respectivamente captados até maio de 2018 conforme edital do leilão.
- (8) **Garantias Financeiras:** repasse dos custos decorrentes da liquidação e custódia das garantias financeiras previstas nos contratos de que tratam os art. 15 (geração distribuída por chamada pública), art. 27 (CCEAR de leilões de energia nova e existente) e art. 32 (leilões de ajuste) do Decreto nº 5.163/2004.
- (9) **Saldo a Compensar da CVA do ciclo anterior:** conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, verifica-se se o saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada.
- (10) **Outros itens financeiros:** considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específico das Distribuidoras, tais como, Reversão do financeiro RTE2015, Diferencial Eletronuclear, Repasse de Compensação DIC/FIC. Inclui, em março de 2019 a Companhia reconheceu na rubrica Outros Itens Financeiros, o montante de R\$2.435 incluído na coluna "adição", referente ao ressarcimento de recursos pagos pelas concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (Lei nº 12.111 de 09 de dezembro de 2009) conforme consta do Ofício Circular 210/2018-SFF/ANEEL.

12. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Subvenção Baixa Renda ⁽¹⁾	-	-	73.885	72.740
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	-	-	205.895	204.134
Ordens de serviço em curso - outros	-	-	26.592	20.759
Ordens de desativação em curso	-	-	5.988	6.336
Ordens de dispêndio a reembolsar - ODR	-	-	2.636	1.377
Adiantamentos a fornecedores e empregados	1.399	866	71.313	78.767
Subvenção CDE - Desconto Tarifário ⁽²⁾	-	-	118.941	136.688
Banco Daycoval ⁽³⁾	-	-	176.791	176.791
Provisão para perdas Banco Daycoval ⁽³⁾	-	-	(176.791)	(176.791)
Outros créditos a receber - CELPA ⁽⁴⁾	-	-	83.545	90.106
(-) Ajuste a valor presente - CELPA ⁽⁴⁾	-	-	(28.960)	(29.635)
Sub-rogação da CCC ⁽⁵⁾	-	-	19.136	19.909
Padrão de baixa renda	-	-	3.260	3.260
Adiantamento de benefícios pós-emprego	-	-	8.704	8.704
Créditos a receber Banco Pine	-	-	1.663	1.663
Despesas pagas antecipadamente	9.022	12.705	56.248	65.771
Contas a receber de venda das empresas de geração ⁽⁶⁾	62.020	62.020	62.020	62.020
Créditos a receber de terceiros ⁽⁷⁾	-	-	56.449	53.603
Créditos a receber da Eletrobrás - LPT ⁽⁸⁾	-	-	18.365	18.365
Provisão de créditos a receber de terceiros	-	-	(13.138)	(13.138)
Créditos a receber Estado de Tocantins ⁽⁹⁾	-	-	-	-
Aquisição de combustível p/ conta CCC ⁽¹⁰⁾	-	-	78.461	99.069
Depósito para reinvestimentos - incentivo fiscais	-	-	8.539	8.539
Adiantamentos - Inergus ⁽¹¹⁾	-	-	74.196	68.914
CCC custo total de geração - Lei 12.111/2009 ⁽¹²⁾	-	-	95.511	66.310
Créditos CCC - ICMS a receber EAC ⁽¹³⁾	-	-	55.817	55.817
Contas a receber CCC Pis/Cofins ⁽¹⁴⁾	-	-	80.979	-
Outros ^(*)	27.486	26.102	70.588	81.458

Total	99.927	101.693	1.236.633	1.181.536
Circulante	37.907	39.673	838.148	873.156
Não circulante	62.020	62.020	398.485	308.380

(*) Inclui, na controladora R\$1.030 (R\$674 em 31 de dezembro de 2019) referente a transações entre as partes relacionadas dos serviços prestados de comissão de aval e no consolidado, R\$41.659 (R\$41.605 em 31 de dezembro de 2019) refere-se a provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa.

(1) Os créditos de subvenção baixa renda referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior 220 kWh, desde que cumprido certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da CCEE. Os saldos em aberto são referentes as provisões de fevereiro e março de 2020, o qual a Administração não espera apurar perdas em sua realização.

Segue a movimentação ocorrida no período/exercício:

Subvenção baixa renda	EMG	ENF	ESE	EPB	EBO	EMT	ETO	EMS	ESS	ERO	EAC	Total
Saldos consolidados em 31/12/2018	4.260	333	8.850	10.451	1.811	8.831	7.097	7.893	4.446	3.381	11.374	68.727
Subvenção baixa renda	17.458	1.922	47.862	95.452	9.461	43.494	40.276	39.581	19.213	18.148	13.959	346.826
Ressarcimento realizados pela CCEE	(17.236)	(1.915)	(48.256)	(89.768)	(9.532)	(44.018)	(40.399)	(39.865)	(19.327)	(18.329)	(14.168)	(342.813)
Saldos consolidados em 31/12/2019	4.482	340	8.456	16.135	1.740	8.307	6.974	7.609	4.332	3.200	11.165	72.740
Subvenção baixa renda	4.855	501	13.239	25.137	2.759	12.713	10.362	11.596	5.003	4.971	3.189	94.325
Ressarcimento realizados pela CCEE	(4.780)	(498)	(12.961)	(24.656)	(2.660)	(12.588)	(10.409)	(11.435)	(4.977)	(4.866)	(3.350)	(93.180)
Saldos consolidados em 31/03/2020	4.557	343	8.734	16.616	1.839	8.432	6.927	7.770	4.358	3.305	11.004	73.885

(2) O saldo de subvenção CDE - Desconto Tarifário - refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizadas pelo Governo Federal, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Os valores são reconhecidos mensalmente de acordo com os repasses do benefício aos consumidores em contrapartida a demonstração do resultado do período/exercício - receita operacional, enquanto os ressarcimentos, efetuados pela CCEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, calculados no início de cada exercício. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Os saldos apresentados, após validação da ANEEL, serão reembolsados ao longo do período seguinte.

Segue a movimentação ocorrida no período/exercício:

Subvenção CDE	EMG	ENF	ESE	EPB	EBO	EMT	ETO	EMS	ESS	ERO	EAC	Total
Saldos consolidados em 31/12/2018	10.198	374	1.653	26.176	(404)	54.442	12.864	27.099	20.359	21.508	3.852	178.121
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	55.735	4.048	44.525	89.625	8.397	283.960	73.552	164.698	112.470	77.481	15.932	930.423
Ressarcimento realizados pela CCEE	(58.053)	(3.831)	(44.223)	(98.714)	(8.061)	(298.746)	(71.898)	(171.548)	(102.908)	(94.677)	(19.197)	(971.856)
Saldos consolidados em 31/12/2019	7.880	591	1.955	17.087	(68)	39.656	14.518	20.249	29.921	4.312	587	136.688
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	14.785	772	7.255	25.038	1.767	76.120	17.695	40.017	11.368	15.457	3.578	213.852
Ressarcimento realizados pela CCEE	(12.529)	(988)	(11.613)	(23.559)	(2.176)	(74.558)	(18.535)	(44.107)	(24.999)	(15.300)	(3.235)	(231.599)
Saldos consolidados em 31/03/2020	10.136	375	(2.403)	18.566	(477)	41.218	13.678	16.159	16.290	4.469	930	118.941

(3) Banco Daycoval - refere-se ao valor transferido pelo Banco Daycoval S.A. para a conta corrente da Rede Energia Participações S.A, em 28 de fevereiro de 2012, para quitação de dívidas vencidas, conforme justificativa da Instituição Financeira. A Administração das controladas EMT, ESS e EMS consideram essas transferências indevidas e ajuizaram uma medida judicial para a recuperação desse valor. O saldo está provisionado por se tratar de um ativo contingente, visto que sua realização será confirmada apenas pela ocorrência ou não de eventos futuros, incertos, fugindo totalmente do controle da Administração das controladas.

(4) Crédito a receber da Celpa são valores que a Rede Energia e as controladas indiretas EMT, ETO, EMS, ESS e Multi Energisa tem a receber da Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA, oriundo de transações entre partes relacionadas, até a data de alienação para a Equatorial Energia S/A realizado em 25 de setembro de 2012. Os créditos intragrupo serão parcialmente assumidos pela Rede Power do Brasil S/A, até onde se compensarem, que passará a responder perante as Partes Relacionadas pela parcela do crédito assumido e serão compensados. Do saldo total, cerca de 69% foram assumidas pela Rede Power do Brasil S/A e o restante tiveram seus recebimentos iniciados em parcelas semestrais em 30 de setembro de 2019, com conclusão em setembro de 2034.

(5) Sub rogação CCC - a controlada EMT foi enquadrada na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais. Para fins de cálculo do benefício, foram aprovados os seguintes projetos com saldos a receber em aberto:

Obra	Status	Valor aplicado	Valor sub-rogado	Recebido	A receber	
					31/03/2020	31/12/2019
Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro	em serviço	36.225	32.254	16.676	15.578	16.204
Sistema de Transmissão Rondolândia	em serviço	10.203	4.613	4.574	39	39
Sistema de Transmissão Paranorte	em serviço	6.697	4.915	1.396	3.519	3.666
Total		53.125	41.782	22.646	19.136	19.909

Circulante (Principal)	3.893	5.481
Não circulante (Principal)	15.243	14.428

(6) Contas a receber de venda das empresas de geração refere-se ao montante que a Energisa possui a receber de R\$113.500 pela venda de seus ativos de geração de energia elétrica, referente a valor adicional de ajustes de preços sujeitos ao cumprimento de determinadas condições precedentes, conforme consta nos contratos de compra e venda firmados com a compradora. O recebimento desse valor faz parte de um processo arbitral iniciado pela Companhia contra a compradora no qual a Companhia entende que terá seus direitos contratuais consubstanciados.

A Companhia estimou a controvérsia em R\$51.480, valor que foi registrado pela Energisa como redutor aos resultados descontinuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

O recebimento desse valor faz parte de um processo arbitral iniciado pela Companhia contra a compradora com prováveis êxitos de realização.

(7) Refere-se a créditos com terceiros referentes a uso mútuo de poste e venda de sucatas.

(8) Créditos a receber das Centrais Elétrica Brasileiras:

- A controlada ETO reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, créditos a receber no montante de R\$16.166 referente às liberações finais da 4ª e 5ª Tranche da subvenção econômica do Programa Luz Para Todos prevista no Contrato Nº ECFS-343/2013 firmado em 19/12/2013 com Eletrobrás, em face da finalização do processo de prestação de contas, cujos recursos são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), e que se destinam a aplicação integral no âmbito do Programa, tendo como contra partida a conta de Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a controlada ETO efetuou a baixa na totalidade do valor a receber em contrapartida a rubrica de Obrigações vinculadas a concessão.
- A controlada EMT possui créditos a receber das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobrás, em função do Contrato nº ECFS-348/2014, firmando em 07 de agosto de 2014. O montante diz respeito às liberações finais da 6ª Tranche da subvenção econômica prevista no citado instrumento, cujos recursos são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), e que se destinam a aplicação integral no âmbito do Programa Luz Para Todos, tendo como contrapartida a conta de Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica.

(9) Créditos a receber do Estado de Tocantins refere-se a valores que a controlada ETO tem a receber do Governo do Estado do Tocantins, a saber:

	31/12/2019
Principal	95.561
Atualização monetária - IGPM	75.090
Amortização - Dividendos	(124.315)
Amortização - Ações	(33.063)
Reversão do valor em contrapartida da rubrica de obrigações vinculadas a concessão	(13.273)
Total	-

- **Programa Reluz Tocantins:** em 24 de junho de 2010, o Governo do Estado firmou contrato de financiamento com a controlada ETO, conforme autorizado pela Lei nº 2.305, de 24 de março de 2010. O referido contrato tem como objeto a contratação de financiamento de R\$82.423 do Governo do Estado junto à ETO e a execução, por parte da controlada, das obras e serviços necessários para à implantação do Programa Reluz Tocantins. A ETO executou todas as obras e serviços necessários do Programa Reluz e recebeu a aprovação da finalização do programa pela Eletrobrás, por meio da carta CTA-DF-5975/2013, de 11 de setembro de 2013. O saldo a receber referente a esse contrato foi totalmente liquidado em 04 de outubro de 2019, considerando os pagamentos realizados através da retenção de dividendos e a dação em pagamento pela transferência de 9% das ações.
- **Convênio 028/2008** - convênio firmado para a implementação de 125 km de linhas de transmissão interligando Tocantinópolis a Xambioá. A prestação de contas da conclusão da obra foi apresentada ao Governo do Estado por meio da correspondência CE - 003/2012-DFC, de 29 de fevereiro de 2012. Em 2019, o saldo foi integralmente liquidado.

(10) Aquisição de combustível da conta CCC - a controlada EMT possui saldos a receber referente a Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, sendo que à ANEEL através da Nota Técnica nº 01/2018-SFF de 03 de janeiro de 2018 e nº 36/2019-SFF de 12 de março de 2019 detalhou a metodologia estabelecida para a fiscalização e efetuou o reprocessamento mensal dos benefícios referente ao período de 30 de julho de 2009 a 30 de abril de 2017, demonstrou as análises técnicas das informações colhidas sobre contratos de compra de energia e potência, de combustíveis, as medições de grandezas elétricas e de combustíveis e os tratamentos regulatórios dados acerca das manifestações da empresa, no intuito de apurar eventual ativo ou passivo da beneficiária, no âmbito das regras da Resolução Normativa nº 427/2011. No exercício de 2019 foram reconhecidos o montante de R\$44.329, sendo: R\$30.885 reduzindo a rubrica custo do serviço de operação - outros e R\$13.444 registrado no resultado financeiro na rubrica de outras receitas financeiras. O total a ser ressarcido pela CCEE, foi dividido em 12 parcelas mensais e consecutivas de R\$8.163. No período findo em 31 de março de 2020 foram recebidas 3 parcelas e o saldo monta em R\$78.461 (R\$99.069 em 31 de dezembro de 2019).

(11) Adiantamento INERGUS - refere-se a recursos antecipados pela controlada Energisa Sergipe ao Instituto Sergipe de Seguridade Social ("INERGUS") para assegurar a liquidez e o fluxo financeiro do Plano de Benefício Definido (BD). Os valores transferidos ao Plano BD têm caráter de adiantamento por conta de cobertura de parte do déficit técnico, e que será objeto de Contrato de Confissão de Dívida, a ser celebrado entre a controlada ESE e o INERGUS.

(12) Os direitos de ressarcimento correspondentes aos custos com energia nos Sistemas Isolados e Contratos Bilaterais, cujos valores são custeados pelo Fundo CDE-CCC estão apresentados no ativo circulante e não circulante. Estes são reconhecidos com base na Lei 12.111/2009, cujas informações são prestadas pelas controladas ERO e EAC junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, que é gestora da Conta CDE. Esses valores após aprovados pela gestora são repassadas as controladas e direcionados para liquidação dos valores correspondentes

aos fornecedores envolvidos no processo. Em março de 2020 foi recebido o montante de R\$216.497, pela controlada ERO referente aos meses de janeiro a março/2020.

(13) Refere-se a créditos de CCC reconhecido pela controlada EAC de ICMS não recuperados incidentes sobre as aquisições de óleo diesel consumidos durante o processo de geração de energia elétrica nos sistemas isolados no interior do Estado do Acre, referente ao período de 2014 a outubro de 2016. Os valores de 31 de março de 2020 estão compondo a nota explicativa, nº 24.

(14) As controladas Energisa Rondônia e Energisa Acre, reconheceram em março de 2020, valores a receber da CCC junto a CCEE nos montantes de R\$49.844 e R\$31.135 respectivamente, apurados em revisões de seus processos internos em que se detectou que de acordo com a metodologia de cálculo aplicada até então para fins de recebimento do reembolso da CCC, deixou-se de considerar o repasse integral dos tributos (Pis e Cofins), contrariando as prerrogativas do inciso IV do § 1º do Art. 3º da Lei 12.111/2009 que, por sua vez, garante o repasse, às concessionárias, dos tributos incidentes dentro do Custo Total de Geração.

13. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada diretamente pela Gipar S/A (30,50% do capital total) que por sua vez é controlada pela Nova Gipar (83,35% do capital total). Esta última é controlada pela Itacatu S/A (67,27% do capital total) e pela Multisetor S/A (32,73% do capital total). A Itacatu S/A é controlada pela Multisetor S/A (72,15% do capital total).

A Multisetor é controlada por Ivan Muller Botelho (78,83% do capital votante).

Os saldos com partes relacionadas são apresentados como segue:

Controladora	31/03/2020		31/12/2019	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Clientes, consumidores e concessionárias - Serviços especializados	24.007	-	40.640	-
Outros Créditos - outros -Comissão de aval	1.030	-	674	-
Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados-Debêntures	1.848.254	-	1.811.399	-
Mútuos (1):				
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A (1)	1.085	-	1.068	-
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A (2)	32.291	-	30.906	-
. QMRA Participações S/A (créditos opção "C" - RJ) (3)	61	-	-	-
. Rede Energia Participações S/A (2) e (3)	70.022	-	66.876	-
. Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A (1)	101.280	-	99.654	-
. Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (1)	327.086	-	321.836	-
. Energisa Goiás Transmissora de Energia I (1)	99.864	-	92.515	-
. Energisa Para Transmissora de Energia I (1)	2.012	-	1.708	-
. Energisa Para Transmissora de Energia II (1)	50.006	-	39.712	-
. Energisa Tocantins Transmissora de Energia (1)	16.057	-	14.093	-
. Energisa Participações Minoritárias (1)	-	-	12	-
. Energisa Comercializadora de Energia Ltda (1)	3.154	-	-	-
Total - não circulante	702.918	-	668.380	-
Investimentos - Recursos destinados a futuro aumento de capital (4):				
. Energisa Geração Central Solar Coremas S/A	10	-	10	-
. Parque Eólico Sobradinho S/A	670	-	580	-
. Energisa Geração Usina Mauricio S/A	4.735	-	3.915	-
. Energisa Geração Central Eólica Boa Esperança S/A	12	-	11	-
. Energisa Geração Central Eólica Mandacaru S/A	12	-	12	-
. Energisa Geração Central Eólica Alecrim S/A	12	-	11	-
. Energisa Geração Central Eólica Umbuzeiro Muquim S/A	13	-	12	-
. Energisa Transmissora de Energia S/A	100	-	50	-
. Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	1.063	-	963	-
. Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	17	-	17	-
. Denerge Desenvolvimento Energético S/A	132.937	-	132.937	-
. Energisa serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A	606	-	350	-
. Energisa Transmissão de Energia I	10	-	10	-
. Energisa Transmissão de Energia II	10	-	10	-
. Energisa Transmissão de Energia III	10	-	10	-
	140.217	-	138.898	-
Total	2.716.426	-	2.659.991	-

(1) Os mútuos possuem prazo de 24 meses, nos termos de contratos, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. Os contratos de mútuos com partes relacionadas são remunerados pela taxa média de captação junto a terceiros, que no período foi em média de CDI +

0,4893 a.a (CDI + 0,6051 a.a em 31 de dezembro de 2019), e incluem o Instrumento particular de Cessão e aquisição de direitos de crédito e outras avenças firmado pela Energisa em 31 de dezembro de 2016 com as controladas Rede Energia e Rede Power.

- (2) Aquisição de créditos cedidos no processo de recuperação judicial da controlada indireta.
- (3) Os créditos a receber da Rede Energia Participações S/A, adquiridos dos credores, seriam pagos inicialmente pela Recuperanda nas seguintes condições: (i) o valor correspondente a 25% do montante total dos créditos cedidos seriam pagos em parcela única em até 1 ano da data de pagamento da cessão, com juros de 12,5% ao ano incidentes a partir da data da cessão; e (ii) o valor remanescente correspondente a 75% do montante total dos créditos cedidos serão pagos ao fim do prazo de 22 anos em parcela única, com juros capitalizados de 0,5% ao ano incidentes a partir da data de pagamento da cessão. Em 2014, foi acordada entre as partes a postergação pelo prazo de 10 anos o vencimento da parcela única que teria vencimento em julho de 2015, correspondente a 25% do montante total da dívida, entretanto ficou mantido o prazo de 22 anos para pagamento do valor remanescente correspondente a 75% do montante total da dívida com juros capitalizados de 0,5% ao ano, incidentes a partir da data de pagamento. No final do exercício as partes repactuaram a dívida com aplicação de taxa de juros equivalentes ao CDI + 2% ao ano com amortizações semestrais vencidas nas datas de 26 de junho e dezembro de cada ano.
- (4) Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados, estão registrados na rubrica investimentos.

Condições de contratos:

Controladas	Taxa	Vencimento
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	12/09/2020
. Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	31/10/2021
. Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	06/12/2021
. QMRA Participações S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	24/01/2020
. Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	01/01/2021
. Energisa Para Transmissora de Energia II S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	01/12/2021
. Energisa Para Transmissora de Energia I S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	01/12/2021
. Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	01/12/2021
. Energisa Participações Minoritárias S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	01/12/2021

Transações efetuadas durante o período/exercício pela Companhia e suas controladas:

Controladas diretas, indiretas e sua controladora	Serviços administrativos prestados (1)	Serviços contratados	Atualização mútuos/Comissão aval e rendimento de títulos (Receita (Despesa) financeira) (2 e 3)	Saldo a receber (Clientes, consumidores e concessionárias)	Saldo a receber Comissão de Aval e debentures (4)
. Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A	3.469	-	2.752	1.066	70.349
. Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	8.422	-	4.945	4.390	198.876
. Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	4.363	-	4.726	1.844	122.069
. Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A	1.397	-	326	1.192	77
. Energisa Soluções S/A	681	36	-	576	-
. Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A	341	-	334	103	33
. Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	13.539	-	6.898	6.194	329.480
. Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A	8.135	-	1.929	2.786	152.895
. Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A	5.712	-	4.140	2.018	222.603
. Energisa Sul-Sudeste Distribuidora de Energia S.A	6.781	-	4.171	2.340	216.354
. Energisa Soluções Construções e Serv em Linhas e Rede S.A.	331	-	-	262	-
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia	-	-	1.401	-	-
. Multi Energisa Serviços S/A	511	-	-	165	-
. Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda.	2	-	-	5	-
. Energisa Serviços Aéreos e Aero inspeção S/A	1	-	-	-	-
. Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	271	-	41	167	-
. Energisa Geração Usina Mauricio S/A	-	-	-	1	-
. Gipar S/A (2)	-	-	(3.131)	-	-
. Rede Energia Participações S/A	-	-	3.146	-	-
. Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A	6.813	-	13.649	1.361	348.756
. Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A	3.298	-	6.263	2.304	187.792
. Energisa Para Transmissora de Energia I S/A	-	-	28	-	-
. Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	-	-	1.424	-	-
. Energisa Para Transmissora de Energia II S/A	-	-	699	-	-
. Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	-	-	228	-	-
. QMRA Participações S/A	-	-	1	-	-
. Dinâmica Direitos Creditórios S/A	-	-	-	2	-
31/03/2020	64.067	36	53.970	26.776	1.849.284
31/12/2019	-	-	-	43.411	1.812.073
31/03/2019	53.205	-	34.840	-	-

(1) Refere-se a serviços administrativos e de compartilhamento de recursos humanos para execução de parcela dos macroprocessos, prestados às suas controladas. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. Os contratos foram aprovados pela ANEEL. Os contratos de compartilhamento foram firmados em 01 de março de 2017 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo que deverá conter anuência da ANEEL;

(2) Refere-se a comissão de aval sobre empréstimos com cobrança de 1,5% a.a. para empresas controladas - Distribuidoras de energia elétrica e para a controladora Gipar com taxa de juros 1% a.a.;

Os valores de comissão de Aval referente ao contrato firmado com a Gipar S/A, possuem juros de 1% a.a. e prevê pagamentos antecipados. No exercício de 2019, foram pagos e considerados como antecipação o montante de R\$12.199, registrados na rubrica de “despesas pagas antecipadamente” e reconhecidos no resultado a razão de 1/12 avos mês. No período findo em 31 de março de 2020 foram contabilizados R\$3.131 (R\$12.307 em 31 de dezembro de 2019) registrados em outras despesas financeiras - comissão de aval no resultado do período. O saldo a apropriar em 31 de março de 2020 é de R\$5.218 que será reconhecido até agosto de 2020;

(3) Refere-se aos custos dos juros dos contratos de mútuos, firmados com as controladas, referente ao período findo em 31 de março de 2020 os quais compõe os respectivos saldos de cada contrato;

(4) Em 2017 a Companhia adquiriu a totalidade de Debêntures de 1ª e 2ª séries incentivadas emitidas pelas controladas EMG, ESE, EPB, EMT, ESS, ETO e EMS, com vencimento em 15/06/2022 e remuneração de IPCA mais 5,60% ao ano para a 1ª Série e com vencimento 15/06/2024 e remuneração de IPCA mais 5,6601% ao ano para a 2ª Serie. Em 31 de março de 2020, o valor atualizado é de R\$1.848.254 (R\$1.811.399 em 31 de dezembro de 2019) de suas controladas diretas EMG, ESE, EPB e das controladas indiretas ESS, EMT, ETO e EMS, conforme segue: (i) EMG R\$70.068; EPB - R\$198.586; ESE - R\$121.720; EMT - R\$329.480; ETO - R\$222.603, ESS - R\$216.354, EMS R\$152.895, EAC R\$187.792 e ERO R\$348.756 (EMG R\$68.903; EPB - R\$195.572; ESE - R\$119.871; EMT - R\$322.582; ETO - R\$218.464, ESS - R\$212.185, EMS R\$150.965, EAC R\$183.000 e ERO R\$339.857 em 31 de dezembro de 2019).

Custo do contrato de comissão de aval, de garantias da controladora para contratos das controladas de empréstimos e financiamentos, com taxa a razão de 1,5% a.a. O saldo a pagar em 31 de março de 2020 monta em R\$1.030 (R\$674 em 31 de dezembro de 2019).

Remuneração dos administradores

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Remuneração Anual ^(a)	8.911	7.809	80.193	74.126
Remuneração dos membros do Conselho de Administração	254	133	1.277	964
Remuneração da Diretoria	349	425	4.825	4.898
Outros Benefícios ^(b)	294	203	2.847	2.348

(a) Limite global da remuneração anual dos administradores do exercício de 2019 foi aprovado em AGO/E de 30 de abril de 2019. Em AGO/E de 28 de abril de 2020 foi aprovado novo limite global de remuneração de R\$8.911.

(b) Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuída a dirigente e conselheiros, relativas ao mês de março de 2020, foram de R\$101 e R\$2 na controladora e R\$101 e R\$2 no consolidado (R\$121 e R\$1 na controladora e R\$192 e R\$2 no consolidado em 31 de março de 2019), respectivamente. A remuneração média no período findo em 31 de março de 2020 foi de R\$21 na controladora e R\$16 no consolidado (R\$16 na controladora e R\$44 no consolidado em 31 de março de 2019).

Programa de Remuneração Variável (ILP)

A Companhia e suas controladas ofereceram aos seus executivos um plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) Este plano tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em Units da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da Companhia, na data de aprovação do Plano, ou seja 1.729.827 units, a ser baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O benefício visa atrair e reter pessoas chaves e premiá-las em função do seu desempenho, aliado às metas de desempenho da Companhia. O plano foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018 e seu regulamento foi aprovado em 10 de maio de 2018.

Atualmente, as Controladas possuem um total de dois programas de concessão de ações e duas outorgas contratuais em andamento. Aos programas são associadas condições de performance (Total Shareholder Return (TSR) Relativo e Fluxo de caixa livre), que modificam o target em função das faixas atingidas.

O 1º programa foi aprovado em 10 de maio de 2018 com limite previsto de até 241.080 units e período de aquisição do direito (vesting) de 3 anos, a partir da data de outorga de 02 de maio de 2018. O 2º programa foi aprovado em 9 de maio de 2019 com limite de pagamento previsto de até 210.754 units e período de aquisição do direito (vesting) de 3 anos, a partir da data de outorga de 10 de maio de 2019. Não há opções exercíveis ou expiradas em 31 de março de 2020.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia e suas controladas apuraram o valor justo das ações (units) restritas com condições de performance (Performance Shares) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base “pro rata temporis”, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações.

Premissas e cálculo do valor justo das Ações Outorgadas:

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	1º programa ILP	2º programa ILP
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo
Total de opções de ações outorgadas ^(a)	241.080	210.754
Prazo de carência	3 anos	3 anos
Taxa de juros livre de risco ^(b)	8,2%	7,7%
Volatilidade ^(c)	25,61%	23,98%
Valor justo na data da outorga	R\$27,68	R\$34,07

- (a) Inclui redução de 11.983, referente prescrição de opções de ações outorgadas.
- (b) Para 1º programa taxa de juros = 8,2% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2021). Para 2º programa taxa de juros = 7,7% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2022).
- (c) Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE ("Índice de Energia Elétrica e seus pares")) para o Total Shareholder Return (TSR)) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa.

Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício associados.

No período findo de 31 de março de 2020, foram contabilizados R\$1.091 (R\$534 em 31 de março de 2019) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do período na rubrica de despesas operacionais, sendo R\$318 (R\$255 em 31 de março de 2019) e R\$773 (R\$279 em 31 de março de 2019) na controladora e nas controladas, respectivamente. O montante reconhecido como reserva de capital no patrimônio líquido em 31 de março de 2020 foi de R\$6.053 (R\$4.962 em 31 de dezembro de 2019).

14. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das informações financeiras intermediárias e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada período e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

A Companhia e suas controladas possuem prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecidos nas informações financeiras intermediárias de R\$340.513 (R\$201.720 em 31 de dezembro de 2019) na controladora e R\$3.296.836 (R\$3.199.359 em 31 de dezembro de 2019) no consolidado.

	Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019
Ativo		
Prejuízos fiscais	288.220	210.404
Base negativa da contribuição social	105.923	77.870
Diferenças temporárias	1.161.548	1.161.077
Total - ativo não circulante	1.555.691	1.449.351

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Passivo				
Diferenças Temporárias:				
Imposto de Renda	232.685	234.290	3.375.311	3.281.696
Contribuição Social	83.766	84.345	1.215.112	1.181.411
Total - passivo não circulante	316.451	318.635	4.590.423	4.463.107
Total líquido - ativo e passivo não circulante	(316.451)	(318.635)	(3.034.732)	(3.013.756)

A diferenças temporárias são como segue:

	Controladora			
	31/03/2020		31/12/2019	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo (*)	IRPJ + CSLL
Ativo/Passivo				
Ganho auferido na combinação de negócios	(818.693)	(278.356)	(818.693)	(278.356)
Ganho/perda investimentos	(124.352)	(42.280)	(124.352)	(42.280)
Outras exclusões/adições	12.309	4.185	5.885	2.001
Total - Passivo Não Circulante	(930.736)	(316.451)	(937.160)	(318.635)

(*) base de cálculo reduzida do limite fiscal de 30%.

	Consolidado			
	31/03/2020		31/12/2019	
	Base de Cálculo	IRPJ + CSSL	Base de Cálculo (*)	IRPJ + CSSL
Ativo/Passivo				
Prejuízos fiscais	1.152.878	288.220	841.614	210.404
Base negativa da contribuição social	1.176.918	105.923	865.225	77.870
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa - (PPECLD e Daycoval)	715.938	243.419	658.950	224.043
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	876.899	298.146	876.353	297.960
Créditos fiscais - ágio (1)	234.386	79.691	240.615	81.809
Provisão ajuste atuarial	817.269	277.871	807.132	274.425
Outras provisões (PEE, P&D, Honorários e Outras)	552.135	187.726	534.695	181.796
Marcação a mercado da dívida	179.043	60.875	220.287	74.898
Outras adições temporárias	42.337	14.394	76.886	26.146
Intangível - mais valia (2)	(7.505.330)	(2.551.812)	(7.585.952)	(2.579.224)
Resultado auferido na combinação de negócios (*)	(1.007.100)	(342.414)	(1.007.100)	(342.414)
Parcela do VNR - ativo financeiro indenizável da concessão e atualizações (3)	(1.137.760)	(386.838)	(1.115.840)	(379.386)
Ajustes a valor presente (4)	(2.366.911)	(804.750)	(2.367.238)	(804.861)
Marcação a mercados - derivativos	(1.154.391)	(392.493)	(726.704)	(247.080)
Encargos sobre reservas de reavaliação	(103.238)	(35.101)	(110.657)	(37.623)
Remuneração do ativo de contrato	(103.849)	(35.309)	(88.941)	(30.239)
Ganho/perda investimentos	(124.352)	(42.280)	(124.352)	(42.280)
Total	(7.755.128)	(3.034.732)	(8.005.027)	(3.013.756)
Total - Ativo Não Circulante	5.746.115	1.555.691	5.121.757	1.449.351
Total - Passivo Não Circulante	(13.501.243)	(4.590.423)	(13.126.784)	(4.463.107)

(*) base de cálculo reduzida do limite fiscal de 30%.

- (1) Os créditos fiscais - ágio no montante de R\$79.691 (R\$81.809 em 31 de dezembro de 2019) está sendo realizados pelo prazo remanescente de exploração das concessões das controladas: EBO (12 anos) e EPB (13 anos) pelo método linear.
- (2) Inclui R\$1.860.461(R\$1.876.717 em 31 de dezembro de 2019) de tributos diferidos de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre o montante da mais valia atribuída ao valor da concessão calculado na combinação de negócios de ERO e EAC, deduzido de R\$16.257 (R\$65.027 em 31 de dezembro de 2019) de amortização realizada no período.
- (3) Refere-se ao Imposto de renda e contribuição social, incidentes sobre a parcela do ativo financeiro indenizável da concessão - VNR das controladas EMG, ENF e ESS que por terem assinados os novos aditivos dos contratos de concessão que prorrogaram o prazo da concessão até 2045, transferiram o saldo do ativo financeiro indenizável da concessão apurado até assinatura daqueles aditivos para o ativo intangível a serem amortizados ao longo da vida útil remanescente dos bens de acordo com novo prazo de concessão e que resultará nas realizações dos créditos diferidos que serão realizados com base na amortização.
- (4) Refere-se basicamente ao valor, registrado pelas controladas Rede Energia Participações e CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções A e B.

Realizações dos créditos fiscais diferidos são como segue:

Exercícios	Consolidado
2021	76.056
2022	120.431
2023	114.583
2024	112.440
2025	105.618
2026 a 2027	235.538
2028 a 2030	791.025
Total	1.555.691

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como a compensação dos créditos tributários registrados podem ser assim demonstrados:

	Controladora	
	31/03/2020	31/03/2019
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	570.840	115.677
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas	(194.086)	(39.330)
Ajustes:		
Itens permanentes:		
Equivalência patrimonial	57.756	96.646
Marcação a mercado - bônus de subscrição (*)	149.768	(40.120)
Créditos tributários não constituídos no período	(11.255)	(19.351)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	2.183	(2.155)
Alíquota efetiva	0,38%	1,86%

	Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	671.663	294.005
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(228.365)	(99.962)
Ajustes:		
Itens permanentes:		
Incentivos do SUDENE e SUDAM (1)	29.220	50.228
Créditos tributários não constituídos no período	(52.291)	(77.094)
Marcação a mercado - bônus de subscrição (*)	149.768	(40.120)
Efeitos lucro real versus lucro presumido	11.553	-
Incentivos fiscais e outros itens permanentes	158	1.717
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(89.957)	(165.231)
Alíquota efetiva	13,39%	56,20%

(*) Refere-se aos valores do bônus de subscrição das debêntures de 7ª emissão, vide nota explicativa nº 22.

- (1) Em 2012 a ESE, EPB e EBO obtiveram aprovação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE dos novos pedidos de benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais calculados sobre o lucro da exploração, para o período de 01/01/2012 a 31/12/2021. Já as controladas ETO e EMT obtiveram aprovação de seus pleitos de redução do imposto de renda e adicionais (em 75%) da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM em dezembro/2014 para o período de 01/01/2014 a 31/12/2023.

Os valores de redução do imposto de renda e adicionais reconhecidos pelas controladas correspondem a R\$29.220 (R\$50.228 em 31 de março de 2019). Esses valores foram registrados diretamente no resultado do período na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" e serão destinados à reserva de incentivo fiscais nas controladas.

Em 2018, as controladas, amparadas pela legislação vigente, formalizaram novos pedidos para obtenção do benefício fiscal, a fim de ampliá-lo pelo período de 10 anos, a contar do momento da sua aprovação.

Neste sentido, a ESE e EBO tiveram seus benefícios ampliados para 31/12/2027 e 31/12/2028, respectivamente. As demais controladas ainda aguardam a análise de seus pedidos que foram formalizados junto à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM.

Com a publicação da Lei nº 13.799/2019, estendeu-se o prazo para aprovação e obtenção do Incentivo Fiscal de Redução de 75% do IRPJ e adicionais até 31/12/2023. Dessa forma, a previsão é que os projetos das controladas tenham os benefícios garantidos por parte da SUDENE até o ano calendário de 2028, após a emissão dos Laudos Constitutivos, aumentando o prazo de fruição em mais de 7 anos.

15. Ativo financeiro indenizável da concessão e concessão do serviço público (ativo de contrato) - consolidado

15.1 Ativo financeiro indenizável da concessão

Os contratos de distribuição de energia elétrica das controladas estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, estão classificados como ativos financeiros e mensurados ao valor justo por meio do resultado conforme previsto no marco regulatório do segmento e nos contratos de concessão assinados pelas controladas e Aneel.

A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão foi registrada em receitas operacionais como ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R\$27.925 (R\$232.689 em 31 de dezembro de 2019).

Segue as movimentações ocorridas no período/exercício:

	Saldos em 31/12/2019	Adições (1)	Baixas	Receitas operacionais -ativo financeiro indenizável da concessão (2)	Saldos em 31/03/2020
Energisa Minas Gerais (EMG)	31.232	200	(1)	166	31.597
Energisa Paraíba (EPB)	640.976	10.150	(145)	3.637	654.618
Energisa Sergipe (ESE)	466.695	7.723	(282)	2.529	476.665
Energisa Nova Friburgo (ENF)	3.927	54	-	21	4.002
Energisa Borborema (EBO)	74.014	659	(8)	416	75.081
Energisa Mato Grosso (EMT)	2.689.436	80.084	(3.844)	14.049	2.779.725
Energisa Tocantins (ETO)	28.297	6.272	(1)	162	34.730
Energisa Mato Grosso do Sul (EMS)	1.095.447	15.807	(750)	5.659	1.116.163
Energisa Sul Sudeste (ESS)	62.080	781	-	316	63.177
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (ERO)	29.027	7	-	838	29.872
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A (EAC)	9.829	-	-	132	9.961
Saldo Não Circulante	5.130.960	121.737	(5.031)	27.925	5.275.591

- (1) Transferência do intangível para o ativo financeiro indenizável da concessão.
- (2) Os ativos financeiros estão demonstrados e classificados a valor justo por meio de resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária reduzido pelo percentual a melhor expectativa da Administração e no histórico de glosas apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.

	Saldos em 31/12/ 2018	Adições (1)	Baixas	Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão (2)	Transferência para intangível - contrato de concessão (3)	Saldos em 31/12/2019
Energisa Minas Gerais (EMG)	23.791	6.377	(11)	1.075	-	31.232
Energisa Paraíba (EPB)	548.227	69.134	(681)	24.296	-	640.976
Energisa Sergipe (ESE)	412.032	39.968	(647)	15.342	-	466.695
Energisa Nova Friburgo (ENF)	3.409	369	-	149	-	3.927
Energisa Borborema (EBO)	63.360	7.938	(66)	2.782	-	74.014
Energisa Mato Grosso (EMT)	2.118.843	483.455	(10.874)	98.012	-	2.689.436
Energisa Tocantins (ETO)	1.152.116	246.664	(21.990)	40.739	(1.389.232)	28.297
Energisa Mato Grosso do Sul (EMS)	915.844	141.274	(3.059)	41.388	-	1.095.447
Energisa Sul Sudeste (ESS)	45.348	14.700	(37)	2.069	-	62.080
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (ERO)	15.419	12.179	(23)	1.452	-	29.027
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A (EAC)	3.020	1.424	-	5.385	-	9.829
Saldo Não Circulante	5.301.409	1.023.482	(37.388)	232.689	(1.389.232)	5.130.960

- (1) Transferência do intangível para o ativo financeiro indenizável da concessão.
- (2) Os ativos financeiros estão demonstrados e classificados a valor justo por meio de resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária reduzido pelo percentual a melhor expectativa da Administração e no histórico de glosas apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.
- (3) O contrato de concessão vigente da controlada ETO em 31 de dezembro de 2019 tem seu vencimento em 30 de janeiro de 2020. Contudo o mesmo teve sua renovação, através do Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, para o qual foi assinado em 06 de dezembro de 2019, o que concedeu à Companhia a prorrogação do prazo, por mais 30 anos, para distribuição de energia elétrica, tendo o novo vencimento em 31 de dezembro de 2049.

A Controlada Energisa Tocantins de acordo com o novo prazo de exploração da concessão ora renovada efetuou novos cálculos de seus ativos considerando os novos prazos de amortizações, tendo reclassificado o montante de R\$1.389.232 do Ativo financeiro indenizável da concessão para o intangível em serviço.

15.2 Concessão do serviço público (ativo de contrato)

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros,

com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47.

As concessões das Companhias de transmissão por não ser onerosas, não possuem obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Ao final do contrato de concessão, todos os bens e instalações passarão a ser de propriedade da União.

Os ativos contratuais, serão recebidos pelas controladas através da Receita Anual Permitida - RAP, correspondendo aos fluxos de caixa firmados no contrato da concessão.

Ademais, conforme previsto pelo CPC47/IFRS 15, as controladas passaram a avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o CPC48/IFRS 9, onde, para o período findo em 31 de março de 2020 não foi identificado necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo de contrato.

A taxa utilizada para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

Segue as movimentações do ativo de contrato ocorrida no período/exercício:

Descrição	EPA I	EGO I	EPA II	ETT	Consolidado
Linhas de Transmissão	LT 230 kV Xinguara II - Santana do Araguaia C1 e C2, CD e SE 230/138 kV Santana do Araguaia.	LT 230 kV Rio Verde Norte - Jataí, CD e ampliação da SE Rio Verde Norte.	LT 230 kV Xinguara II - Santana do Araguaia C1 e C2, CD e SE 230/138 kV Santana do Araguaia.	LT 230 kV Dianópolis II - Barreiras II C1, Gurupi C1, Palmas C1, SE 230/138-13,8Kv e SE 500/230kV Gurupi (novo setor 230 kV).	-
WACC Regulatório	0,85%	0,85%	0,71%	0,71%	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	136.547	154.536	3.775	-	294.858
Adições (i)	157.816	130.209	76.371	17.459	381.855
Remuneração do ativo de contrato (ii)	99.342	106.674	13.618	8.399	228.033
Atualização monetária	24.413	25.247	2.256	412	52.328
Saldos em 31 de dezembro de 2019	418.118	416.666	96.020	26.270	957.074
Adições (i)	20.948	25.128	22.803	3.353	72.232
Remuneração do ativo de contrato (ii)	11.550	3.476	3.990	1.651	20.667
Atualização monetária	12.331	13.328	2.233	596	28.488
Realização do ativo de contrato	-	(1.682)	-	-	(1.682)
Saldos em 31 de março de 2020	462.947	456.916	125.046	31.870	1.076.779
Circulante					34.372
Não circulante					1.042.407

(i) Refere-se à margem de construção reconhecida durante a obra para remunerar os saldos de recebíveis das concessões de serviços.

(ii) As adições, líquidas de Pis e Cofins, estão relacionadas ao investimento na infraestrutura do serviço público de transmissão de energia elétrica, onde será recuperada pelo fluxo de caixa a ser recebida diretamente dos usuários delegados pelo Poder Concedente, sendo o montante investido no período de R\$69.408 (R\$366.939 em 31 de dezembro de 2019).

16. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Participação em controladas	7.985.396	8.061.348	-	-
Outros	69.364	73.610	82.474	86.730
Total	8.054.760	8.134.958	82.474	86.730

Participação em controladas:

31/03/2020									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Distribuição de Energia Elétrica								48.580	2.831.330
Energisa Minas Gerais (EMG)	100	819	228.428	1.054.559	804.615	249.944	9.408	9.408	249.944
Energisa Sergipe (SE)	100	196	417.604	1.940.273	1.597.096	343.177	39.590	39.590	343.177
Energisa Paraíba (EPB)	100	918	571.865	3.069.878	2.207.363	862.515	95.931	95.931	862.515
Energisa Borborema (EBO)	100	293	82.532	359.689	224.627	135.062	7.874	7.874	135.062
Energisa Nova Friburgo (ENF)	100	30	63.343	208.873	122.688	86.185	2.991	2.991	86.185
Energisa Acre (EAC) ⁽¹⁾	95,09	230.096.300	863.943	3.594.078	2.538.850	1.055.228	16.514	15.704	1.003.418
Energisa Rondônia (ERO) ⁽¹⁾	95,52	4.004.678	3.440.348	7.668.096	7.509.991	158.105	(128.676)	(122.918)	151.029
Geração de Energia Elétrica								(2.649)	51.091
Parque Eólico Sobradinho	100	9.291	9.291	4.777	119	4.658	(30)	(30)	4.658
Energisa Geração Usina Maurício	100	1.789	1.789	5.506	13	5.493	(96)	(96)	5.493
Energisa Geração Solar Coremas	100	1.014	1.014	315	-	315	(1)	(1)	315
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	100	68	59	1	-	1	(1)	(1)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	100	69	60	1	-	1	(1)	(1)	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	100	69	60	1	-	1	(1)	(1)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	100	68	59	1	-	1	(1)	(1)	1
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	100	173	173	1.175	33	1.142	(49)	(49)	1.142
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	100	173	173	132	31	101	(48)	(48)	101
Alsol Energias Renováveis S/A	89,21	16	50.634	210.369	166.228	44.141	(2.714)	(2.421)	39.378
Transmissora de Energia Elétrica								-	30
Energisa Transmissora de Energia I S/A	100	1	1	10	-	10	-	-	10
Energisa Transmissora de Energia II S/A	100	1	1	10	-	10	-	-	10
Energisa Transmissora de Energia III S/A	100	1	1	10	-	10	-	-	10
Comercialização de Energia Elétrica								(20.583)	11.701
Energisa Comercializadora	100	5.119	5.119	499.033	487.332	11.701	(20.583)	(20.583)	11.701
Prestação de Serviços								1.932	134.634
Energisa Soluções	100	127.819	127.819	221.421	90.201	131.220	1.913	1.913	131.220
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	100	6.313	6.313	1.503	864	639	(376)	(376)	639
Energisa Planejamento	58,26	1.686	4.109	7.410	2.646	4.764	679	395	2.775
Holdings e demais Companhias								142.593	4.803.376
Dinâmica Direitos Creditórios	100	1.955	1.877	1.985	30	1.955	-	-	1.955
Denerge S/A	99,97	726	1.930.538	2.282.802	432.338	1.850.464	69.755	67.497	1.850.047
Energisa Transmissora de Energia S/A	100	32.657	32.657	1.243.397	864.578	378.819	34.154	34.154	378.813
Energisa Participações Minoritárias S/A	85,31	427.958	5.009.167	3.063.086	47.689	3.015.397	47.990	40.942	2.572.560
Volt Capital S.A.	99,90	1	1	1	-	1	-	-	1
Ágio pago na aquisição de controladas								(3.780)	153.234
Total								166.093	7.985.396

31/12/2019									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Distribuição de Energia Elétrica								(59.706)	3.027.209
Energisa Minas Gerais (EMG)	100	819	228.428	919.577	663.210	256.367	37.977	37.977	256.367
Energisa Sergipe (SE)	100	196	417.604	1.975.317	1.619.945	355.372	147.099	147.099	355.372
Energisa Paraíba (EPB)	100	918	571.865	2.841.801	1.911.238	930.563	314.225	314.225	930.563
Energisa Borborema (EBO)	100	293	82.532	358.964	223.352	135.612	36.675	36.675	135.612
Energisa Nova Friburgo (ENF)	100	30	63.343	220.099	132.384	87.715	12.795	12.795	87.715

Energisa Acre (EAC) (atual denominação social da Companhia de Eletricidade do Acre (ACRE)) ⁽¹⁾	95,09	230.096.300	863.943	3.371.290	2.332.620	1.038.670	(80.792)	(74.467)	987.672
Energisa Rondônia (ERO) (atual denominação Centrais Elétricas de Rondônia S/A (CERON)) ⁽¹⁾	95,52	4.004.678	3.440.348	7.668.461	7.381.721	286.740	(568.548)	(534.010)	273.908
Geração de Energia Elétrica								3.566	52.719
Parque Eólico Sobradinho	100	9.291	9.291	4.724	126	4.598	(148)	(148)	4.598
Energisa Geração Usina Maurício	100	1.789	1.789	5.124	355	4.769	(402)	(402)	4.769
Energisa Geração Solar Coremas	100	1.014	1.014	316	-	316	(12)	(12)	316
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	100	68	59	1	-	1	(11)	(11)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	100	69	60	1	-	1	(12)	(12)	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	100	69	60	1	-	1	(12)	(11)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	100	68	59	1	-	1	(12)	(12)	1
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	100	173	173	1.108	17	1.091	(45)	(45)	1.091
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	100	173	173	165	16	149	(41)	(41)	149
Alsol Energias Renováveis S/A	89,21	16	50.634	220.222	173.374	46.847	4.775	4.260	41.792
Transmissora de Energia Elétrica								(3)	30
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	-	-	-	10	-	10	-	-	-
Energisa Transmissora de Energia I S/A	100	1	1	10	-	10	(1)	(1)	10
Energisa Transmissora de Energia II S/A	100	1	1	10	-	10	(1)	(1)	10
Energisa Transmissora de Energia III S/A	100	1	1	10	-	10	(1)	(1)	10
Comercialização de Energia Elétrica								36.100	32.272
Energisa Comercializadora	100	5.119	5.119	524.383	492.111	32.272	36.100	36.100	32.272
Prestação de Serviços								14.861	133.234
Energisa Soluções	100	127.819	127.819	215.909	86.647	129.262	16.057	16.057	129.262
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	100	6.313	6.313	1.760	1.000	760	(2.292)	(2.292)	760
Energisa Planejamento	58,26	1.686	4.109	7.145	1.632	5.513	1.881	1.096	3.212
Holdings e demais Companhias								1.082.955	4.660.371
Dinâmica Direitos Creditórios	100	1.955	1.877	1.982	27	1.955	181	181	1.955
Denerge S/A	99,97	726	1.930.538	2.206.610	423.868	1.782.743	402.313	402.216	1.782.341
Energisa Transmissora de Energia S/A	100	32.657	32.657	1.027.142	682.545	344.597	259.381	308.751	344.592
Energisa Participações Minoritárias S/A	85,31	427.958	5.009.167	3.018.686	51.437	2.967.249	424.468	371.807	2.531.482
Volt Capital S.A	99,90	1	1	-	-	-	-	-	1
Ágio pago na aquisição de controladas								(15.118)	155.513
Total								1.062.655	8.061.348

(1) O aumento do percentual das empresas EAC e ERO, refere-se à integralização pela Companhia das sobras de ações não exercida o direito de compra pelos empregados.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 31 de outubro de 2019, foi aprovada alteração da denominação social da Companhia de Eletricidade do Acre (ACRE) e da Centrais Elétricas de Rondônia S/A (CERON) passando a vigorar a seguinte redação: Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A (EAC) e Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (ERO), respectivamente.

Movimentação dos investimentos realizadas no período:

Controladas	Saldo em 31/12/2019	Aquisição/Adiantamento para futuro aumento de capital	Ganho/Perda aquisição de ações (1)	Dividendos	Outros Resultados Abrangentes	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/03/2020
Distribuição de Energia Elétrica	3.027.209	-	332	(244.791)	-	48.580	2.831.330
Energisa Minas Gerais (EMG)	256.367	-	54	(15.885)	-	9.408	249.944
Energisa Sergipe (SE)	355.372	-	45	(51.830)	-	39.590	343.177
Energisa Paraíba (EPB)	930.563	-	114	(164.093)	-	95.931	862.515
Energisa Borborema (EBO)	135.612	-	24	(8.448)	-	7.874	135.062
Energisa Nova Friburgo (ENF)	87.715	-	14	(4.535)	-	2.991	86.185
Energisa Acre (EAC)	987.672	-	42	-	-	15.704	1.003.418
Energisa Rondônia (ERO)	273.908	-	39	-	-	(122.918)	151.029
Geração de Energia Elétrica	52.719	1.014	7	-	-	(2.649)	51.091
Parque Eólico Sobradinho	4.598	90	-	-	-	(30)	4.658
Energisa Geração Usina Maurício	4.769	820	-	-	-	(96)	5.493
Energisa Geração Solar Coremas	316	-	-	-	-	(1)	315
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	1	1	-	-	-	(1)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	1	1	-	-	-	(1)	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	1	1	-	-	-	(1)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	1	1	-	-	-	(1)	1
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	1.091	100	-	-	-	(49)	1.142
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	149	-	-	-	-	(48)	101
Alsol Energias Renováveis	41.792	-	7	-	-	(2.421)	39.378
Transmissora de Energia Elétrica	30	-	-	-	-	-	30
Energisa Transmissora de Energia I S/A	10	-	-	-	-	-	10
Energisa Transmissora de Energia II S/A	10	-	-	-	-	-	10
Energisa Transmissora de Energia III S/A	10	-	-	-	-	-	10
Comercialização de Energia Elétrica	32.272	-	12	-	-	(20.583)	11.701
Energisa Comercializadora	32.272	-	12	-	-	(20.583)	11.701
Prestação de Serviços	133.234	255	45	(822)	(10)	1.932	134.634
Energisa Soluções	129.262	-	45	-	-	1.913	131.220

Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	760	255	-	-	-	(376)	639
Energisa Planejamento	3.212	-	-	(822)	(10)	395	2.775
Holdings e demais Companhias	4.660.371	77	335	-	-	142.593	4.803.376
Dinâmica Direitos Creditórios	1.955	-	-	-	-	-	1.955
Denerge S/A	1.782.341	27	182	-	-	67.497	1.850.047
Energisa Transmissora de Energia S/A	344.592	50	17	-	-	34.154	378.813
Energisa Participações Minoritárias S/A	2.531.482	-	136	-	-	40.942	2.572.560
Volt Capital S.A	1	-	-	-	-	-	1
Ágio pago na aquisição de controladas	155.513	1.501	-	-	-	(3.780)	153.234
Total	8.061.348	2.847	731	(245.613)	(10)	166.093	7.985.396

(1) Refere-se; (i) transações entre sócios da Denerge, Energisa Participações e Energisa Transmissora de Energia reflexas (perda) no valor de R\$42; e (ii) um ganho de R\$773 de implementação do programa de remuneração variável, através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) das empresas do Grupo;

Movimentação dos investimentos realizadas no exercício:

Controladas	Saldo em 31/12/2018	Aquisição/Adiantamento Futuro aumento de capital (1)	Ganho/Perda aquisição de ações (2)	Transações de capital (3)	Dividendos	Outros Resultados Abrangentes (5)	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2019
Distribuição de Energia Elétrica	3.343.444	100.983	79.171	-	(396.540)	(40.143)	(59.706)	3.027.209
Energisa Minas Gerais (EMG)	275.905	-	158	-	(56.199)	(1.474)	37.977	256.367
Energisa Sergipe (SE)	346.353	-	114	-	(108.635)	(29.559)	147.099	355.372
Energisa Paraíba (EPB)	812.723	-	3.404	-	(190.330)	(9.459)	314.225	930.563
Energisa Borborema (EBO)	128.731	-	69	-	(29.914)	51	36.675	135.612
Energisa Nova Friburgo (ENF)	86.040	-	44	-	(11.462)	298	12.795	87.715
Energisa Acre (EAC) (atual denominação social da Companhia de Eletricidade do ACRE) (*)	949.463	64.693	47.983	-	-	-	(74.467)	987.672
Energisa Rondônia (ERO) (atual denominação social Centrais Elétricas de Rondônia S/A (CERON) (*)	744.229	36.290	27.399	-	-	-	(534.010)	273.908
Geração de Energia Elétrica	5.816	43.204	205	-	-	(72)	3.566	52.719
Parque Eólico Sobradinho	4.238	580	-	-	-	(72)	(148)	4.598
Energisa Geração Usina Maurício	1.256	3.915	-	-	-	-	(402)	4.769
Energisa Geração Solar Coremas	318	10	-	-	-	-	(12)	316
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	1	11	-	-	-	-	(11)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	1	12	-	-	-	-	(12)	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	1	11	-	-	-	-	(11)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	1	12	-	-	-	-	(12)	1
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	-	1.136	-	-	-	-	(45)	1.091
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	-	190	-	-	-	-	(41)	149
Alsol Energias Renováveis (6)	-	37.327	205	-	-	-	4.260	41.792
Transmissora de Energia Elétrica	113.920	(113.887)	-	-	-	-	(3)	30
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	60.201	(60.201)	-	-	-	-	-	-
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	52.771	(52.771)	-	-	-	-	-	-
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A	948	(948)	-	-	-	-	-	-
Energisa Transmissora de Energia I S/A	-	11	-	-	-	-	(1)	10
Energisa Transmissora de Energia II S/A	-	11	-	-	-	-	(1)	10
Energisa Transmissora de Energia III S/A	-	11	-	-	-	-	(1)	10
Comercialização de Energia Elétrica	18.476	-	14	-	(22.437)	119	36.100	32.272
Energisa Comercializadora	18.476	-	14	-	(22.437)	119	36.100	32.272
Prestação de Serviços	118.589	351	161	-	(1.014)	286	14.861	133.234
Energisa Soluções	112.604	-	161	-	-	440	16.057	129.262
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	2.934	351	-	-	-	(233)	(2.292)	760
Energisa Planejamento	3.051	-	-	-	(1.014)	79	1.096	3.212
Holdings e demais Companhias	3.324.402	747.803	73.580	(6.362)	(479.302)	(82.223)	1.082.955	4.660.371
Dinâmica Direitos Creditórios	1.800	-	-	-	(26)	-	181	1.955
Denerge S/A	1.164.971	747.233	3.756	(6.362)	(479.276)	(50.197)	402.216	1.782.341
Energisa Transmissora de Energia S/A	31.154	579	4.150	-	-	(42)	308.751	344.592
Energisa Participações Minoritárias S/A (4)	2.126.477	(10)	65.192	-	-	(31.984)	371.807	2.531.482
Volt Capital S.A	-	1	-	-	-	-	-	1
Ágio pago na aquisição de controladas	160.877	9.754	-	-	-	-	(15.118)	155.513
Total	7.085.524	788.207	152.649	(6.362)	(899.293)	(122.033)	1.062.655	8.061.348

(*) Em Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 31 de outubro de 2019, foi aprovada alteração da denominação social da Companhia de Eletricidade do Acre (ACRE) e da Centrais Elétricas de Rondônia S/A (CERON) passando a vigorar a seguinte redação: Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A (EAC) e Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (ERO), respectivamente.

(1) Refere-se; (i) aquisição da Alsol (R\$37.327); (ii) aumento de capital da controlada direta ERO e EAC R\$100.983; (iii) transferência realizada de AFAC para mutuo das controladas indiretas EPA I, EPA II e EGO I de R\$113.920; (iv); (iv) aumento de capital da controlada direta Denerge no montante de R\$747.233.

(2) Refere-se; (i) a ganho apurado no aporte de capital realizado da ERO de R\$27.244, EAC de R\$47.839 e Alsol de R\$194; (ii) transações entre sócios da Energisa Transmissora de Energia contabilizado diretamente no patrimônio líquido - Impacto da adoção do CPC 47/IFRS15, líquido de tributos (reflexo) no valor de R\$4.095; (iii) reserva de incentivo fiscal reflexa da EPB de R\$3.051; (iv) transações entre sócios da Denerge

e Energisa participações reflexas no valor de R\$3.075 (ganho), R\$64.745 (ganho); e (v) valor de R\$2.407 de implementação do programa de remuneração variável, através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) das empresas do Grupo.

(3) Refere-se a parcela reflexa do percentual de participação na controlada EEVP, referente a variação do instrumento financeiro derivativo de R\$6.362, apurado no período de 01 de janeiro a 08 de março de 2019, vide nota explicativa nº 35, contabilizado em contrapartida do Patrimônio Líquido.

(4) Em novembro de 2019, a EPM recebeu aporte primário de R\$260.000 relativo a subscrição de ações preferenciais por acionista minoritário. Com o aporte a participação passou a ser de 85,31% (87,70% em 2018) no capital social da EPM. Com resultado da operação a Companhia passou a deter indiretamente 95,21% (92,7% em 2018) do capital total da Rede Energia e 88,9% (88,4% em 2018) no capital social na EMT. A redução do percentual resultou na perda de participação R\$65.747 contabilizado na partida de transações entre sócios no patrimônio líquido.

A partir de dezembro de 2018 a Companhia mantém uma opção de compra da totalidade das ações preferencias adquirida por acionista minoritários. O preço da compra caso incorrido pela Companhia, será o valor do aporte do acionista minoritário acrescido pelo valor de variação (101% da taxa DI) reduzido dos dividendos distribuídos aos minoritários. O acionista minoritário não detém a opção de venda cabendo o *equity risk* do investimento do minoritário estando no controle da Companhia no exercício e não da sua opção de compra.

(5) Refere-se ao reflexo dos Outros Resultado abrangentes (ORA) contabilizado no patrimônio líquido nas subsidiárias;

(6) **Combinação de negócios 2019 - Alsol Energias Renováveis.**

Em 17 de junho de 2019, foi formalizada a transferência para Energisa de 87,01% do capital da Alsol Energias Renováveis S.A, sendo todas as condições suspensivas usuais para transações dessa natureza satisfeitas e/ou dispensadas.

A Administração da Companhia observa um crescimento significativo do mercado de geração distribuída, ainda fragmentado e imaturo no Brasil, e dado no seu histórico bem-sucedido de operações no setor, acredita que poderá adquirir escala e expandir a oferta de novos produtos e serviços no segmento de geração distribuída.

Período de mensuração do *Purchase Price Allocation* (PPA):

A Companhia apurou em caráter provisório os valores da combinação de negócio de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "Business Combination", que determina a contabilização inicial da combinação de negócios ao término do período de reporte em que a combinação ocorrer, em suas informações financeiras. A Companhia não possui expectativa de alterações que possam modificar a posição dos resultados obtidos na combinação de negócio.

Os valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos, na data da combinação de negócios, são os seguintes:

	Alsol
Valor justo dos ativos adquiridos	2.058
% de participação	87%
Valor da participação	1.792
Valor de aquisição	11.758
Ágio apurado	9.966

A contabilização da aquisição realizada em 17 de junho de 2019 foi mensurada pelo valor justo na data da transação, de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "Business Combination".

O ágio apurado na aquisição da Companhia foi de R\$9.966 reconhecido na rubrica "investimentos" na controladora e no "intangível" no consolidado. Ágio apurado na aquisição do negócio é devido a expectativa de crescimento do segmento de geração distribuída no Brasil.

Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias

A Companhia reconheceu o montante de R\$1.668, de provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias, com prognósticos de perdas possíveis e remotas e estão a valor justo dos passivos contingentes assumidos na contabilização inicial da combinação de negócios.

Segue as informações das demonstrações financeiras da empresa Alsol adquirida com posição em 31 de maio de 2019.

	Alsol
Caixa e equivalente de caixa	11.739
Clientes, consumidores e concessionárias	28.407
Estoques	4.703
Outros créditos	8.932
Imobilizado	5.622
Intangível	5.473
Fornecedores	12.100
Empréstimos e financiamentos	116
Arrendamentos operacionais	4.831
Tributos e contribuições sociais	2.910
Impostos de renda e contribuição social diferido	1.385

Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	2.177
Outros passivos	39.299
Participação de acionistas não controladores	266

A empresa adquirida contribuiu com uma receita líquida de R\$64.307 e Lucro do exercício de R\$5.165 desde a data de aquisição até 31 de dezembro de 2019 para o resultado consolidado da Companhia.

• Outras informações das participações:

Mais valia dos ativos intangíveis e ágio

A Companhia reconheceu a amortização dos bens intangíveis no período findo em 31 de março 2020, que tem sua contabilização efetuada na demonstração de resultado nas rubricas de amortização e depreciação e imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, são originados, conforme segue.

	EMT	ETO	EMS	ERO	EAC	Total	
						31/03/2020	31/12/2019
Amortização no período/exercício	(15.967)	(5.303)	(17.852)	(32.099)	(15.714)	(86.935)	(390.165)
IR e CSSL	5.429	1.803	6.070	10.914	5.343	29.559	132.657
Amortização Líquida de tributos	(10.538)	(3.500)	(11.782)	(21.185)	(10.371)	(57.376)	(257.508)

Participações indiretas:

A Companhia detém participações indiretas nas empresas distribuidoras de energia elétrica e serviços, controlada diretamente pela Rede Energia S/A, conforme segue:

31/03/2020					
Controladas indiretas	% indireto	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período
Distribuição de Energia Elétrica					
Energisa Tocantins	72,99	2.995.916	2.213.347	782.569	9.849
Energisa Mato Grosso	74,33	8.977.230	6.376.284	2.600.946	26.453
Energisa Mato Grosso do Sul	95,14	4.129.516	2.949.972	1.179.544	73.421
Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S/A	94,49	2.152.436	1.624.970	527.466	23.861
Multi Energisa Serviços S/A	95,21	32.840	22.879	9.961	1.687
QMRA Participações S.A.	95,20	2.681	312	2.369	20
Rede Power do Brasil S.A.	95,20	498.850	83.007	415.843	26.298
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	95,21	5.363	192.685	(187.322)	(1.567)

31/12/2019					
Controladas indiretas	% indireto	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício
Distribuição de Energia Elétrica					
Energisa Tocantins	72,99	2.854.749	2.069.352	785.397	141.215
Energisa Mato Grosso	74,33	8.021.896	5.610.822	2.411.074	391.755
Energisa Mato Grosso do Sul	95,14	3.940.328	2.705.860	1.234.468	196.577
Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S/A	94,49	2.064.383	1.490.935	573.448	82.195
Multi Energisa Serviços S/A	95,21	29.562	14.619	14.943	5.558
QMRA Participações S.A.	95,20	2.359	264	2.095	(99)
Rede Power do Brasil S.A.	95,20	460.600	48.289	412.311	75.823
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	95,21	17.952	202.967	(185.015)	(5.476)

17. Imobilizado

Os itens do imobilizado são registrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados do consolidado estão compostos da seguinte forma:

	Controladora
--	--------------

	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 31/12/2019	Adição	Transferências	Depreciação	Saldos em 31/03/2020
Imobilizado em Serviço						
Custo:						
Terrenos	-	606	-	-	-	606
Edificações e benfeitorias	3,39%	28.065	-	-	-	28.065
Máquinas e equipamentos	14,35%	25.072	-	787	-	25.859
Veículos	14,29%	16.990	-	197	-	17.187
Móveis e utensílios	7,19%	16.161	-	143	-	16.304
Total do imobilizado em serviço		86.894	-	1.127	-	88.021
Depreciação acumulada:						
Edificações e benfeitorias		(3.807)	-	-	(236)	(4.043)
Máquinas e equipamentos		(10.766)	-	-	(800)	(11.566)
Veículos		(11.022)	-	-	(333)	(11.355)
Móveis e utensílios		(13.426)	-	-	(82)	(13.508)
Total Depreciação acumulada		(39.021)	-	-	(1.451)	(40.472)
Subtotal Imobilizado		47.873	-	1.127	(1.451)	47.549
Imobilizado em curso		16.049	113	(1.127)	-	15.035
Total do Imobilizado		63.922	113	-	(1.451)	62.584

	Controladora						
	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 31/12/2018	Adição	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldos em 31/12/2019
Imobilizado em Serviço							
Custo:							
Terrenos	-	606	-	-	-	-	606
Edificações e benfeitorias	3,39%	27.348	-	717	-	-	28.065
Máquinas e equipamentos	14,22%	22.317	-	2.759	(4)	-	25.072
Veículos	14,29%	17.116	-	247	(373)	-	16.990
Móveis e utensílios	7,41%	15.577	-	584	-	-	16.161
Total do imobilizado em serviço		82.964	-	4.307	(377)	-	86.894
Depreciação acumulada:							
Edificações e benfeitorias		(2.885)	-	-	-	(922)	(3.807)
Máquinas e equipamentos		(7.837)	-	-	-	(2.929)	(10.766)
Veículos		(9.875)	-	-	191	(1.338)	(11.022)
Móveis e utensílios		(13.097)	-	-	-	(329)	(13.426)
Total Depreciação acumulada		(33.694)	-	-	191	(5.518)	(39.021)
Subtotal Imobilizado		49.270	-	4.307	(186)	(5.518)	47.873
Imobilizado em curso		1.798	18.558	(4.307)	-	-	16.049
Total do Imobilizado		51.068	18.558	-	(186)	(5.518)	63.922

	Consolidado						
	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 31/12/2019	Adição	Transferências	Baixas (*)	Depreciação	Saldos em 31/03/2020
Imobilizado em Serviço							
Custo:							
Terrenos	-	3.962	-	-	-	-	3.962
Reservatório, Barragens e Aduadoras	2,96%	4.552	-	-	-	-	4.552
Edificações e benfeitorias	3,23%	66.260	-	-	-	-	66.260
Máquinas e equipamentos	13,37%	264.985	-	4.718	(11)	-	269.692
Veículos	14,27%	77.557	-	601	-	-	78.158
Móveis e utensílios	6,34%	90.921	-	708	-	-	91.629
Total do Imobilizado em Serviço		508.237	-	6.027	(11)	-	514.253
Depreciação acumulada:							
Reservatório, Barragens e Aduadoras		(881)	-	-	-	(19)	(900)
Edificações e benfeitorias		(24.961)	-	-	-	(431)	(25.392)

Máquinas e equipamentos	(166.870)	-	-	-	(5.497)	(172.367)
Veículos	(49.032)	-	-	-	(1.979)	(51.011)
Móveis e utensílios	(63.222)	-	-	-	(784)	(64.006)
Total Depreciação acumulada	(304.966)	-	-	-	(8.710)	(313.676)
Subtotal Imobilizado	203.271	-	6.027	(11)	(8.710)	200.577
Imobilizado em curso	81.296	23.728	(6.027)	-	-	98.997
Total do Imobilizado	284.567	23.728	-	(11)	(8.710)	299.574

(*) O montante de R\$11, refere-se a baixas realizadas no período, inicialmente são contabilizados nas Ordens de desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do período na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais

	Consolidado							
	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 31/12/2018	Saldo de Aquisição	Adição	Transferências (*)	Baixas (**)	Depreciação	Saldos em 31/12/2019
Imobilizado em Serviço								
Custo:								
Terrenos	-	2.550	-	-	1.412	-	-	3.962
Reservatório, Barragens e Adutoras	2,68%	2.774	-	-	1.778	-	-	4.552
Edificações e benfeitorias	2,92%	58.821	19	-	7.420	-	-	66.260
Máquinas e equipamentos	13,19%	279.268	5.656	1.245	(20.579)	(605)	-	264.985
Veículos	14,26%	74.275	242	-	4.011	(971)	-	77.557
Móveis e utensílios	6,31%	83.721	188	-	7.034	(22)	-	90.921
Total do Imobilizado em Serviço		501.409	6.105	1.245	1.076	(1.598)	-	508.237
Depreciação acumulada:								
Reservatório, Barragens e Adutoras		(824)	-	-	7	2	(66)	(881)
Edificações e benfeitorias		(21.972)	(5)	-	(4.470)	10	1.476	(24.961)
Máquinas e equipamentos		(175.061)	(414)	-	41.725	229	(33.349)	(166.870)
Veículos		(43.704)	(835)	-	1.880	754	(7.127)	(49.032)
Móveis e utensílios		(58.279)	(55)	-	(1.834)	2	(3.056)	(63.222)
Total Depreciação acumulada		(299.840)	(1.309)	-	37.308	997	(42.122)	(304.966)
Subtotal Imobilizado		201.569	4.796	1.245	38.384	(601)	(42.122)	203.271
Imobilizado em curso		8.043	826	107.715	(35.288)	-	-	81.296
Total do Imobilizado		209.612	5.622	108.960	3.096	(601)	(42.122)	284.567

(*) O montante de R\$3.096 refere-se a reclassificações entre o imobilizado e o intangível das controladas EAC e ERO, efetuado após análise dos itens que compõe os ativos elétricos das controladas

(**) O montante de R\$601 refere-se a baixas realizadas no exercício, inicialmente são contabilizados nas Ordens de desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais

18. Intangível

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Intangível - contrato de concessão	-	-	14.313.789	14.420.747
Intangível - Outros	26.368	25.316	36.088	35.319
Direto de uso	659	694	47.494	50.812
Direito de concessão	-	-	325.610	334.046
Total	27.027	26.010	14.722.981	14.840.924

18.1 Intangível - controladora

	Controladora					
	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 31/12/ 2019	Adições	Transferências	Amortização	Saldos em 31/03/2020

Custo dos softwares						
Em serviço	20,00%	36.983	-	4.090	-	41.073
Amortização Acumulada		(18.146)	-	-	(1.447)	(19.593)
Em Curso		6.479	2.499	(4.090)	-	4.888
Subtotal		25.316	2.499	-	(1.447)	26.368
Direito de Uso - Imóveis (*)						
Custo		795	-	-	-	795
Amortização Acumulada		(101)	-	-	(35)	(136)
Subtotal		694	-	-	(35)	659
Total Geral		26.010	2.499	-	(1.482)	27.027

(*) Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

	Controladora						
	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 31/12/2018	Adoção Inicial CPC 06 (R2)	Adições	Transferências	Amortização	Saldos em 31/12/2019
Custo dos softwares							
Em serviço	20,00%	27.376	-	-	9.607	-	36.983
Amortização Acumulada		(14.030)	-	-	-	(4.116)	(18.146)
Em Curso		341	-	15.745	(9.607)	-	6.479
Subtotal		13.687	-	15.745	-	(4.116)	25.316
Direito de Uso - Imóveis (*)							
Custo		-	777	18	-	-	795
Amortização Acumulada		-	-	-	-	(101)	(101)
Subtotal		-	777	18	-	(101)	694
Total Geral		13.687	777	15.763	-	(4.217)	26.010

(*) Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

18.2 Intangível - Outros - Consolidado

	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 31/12/2019	Adição	Transferências	Amortização (1)	Saldos em 31/03/2020
Intangível						
Em serviço:	20,00%	58.147	134	4.714	-	62.995
Amortização Acumulada		(33.288)	-	-	(2.063)	(35.351)
Em curso		10.460	2.698	(4.714)	-	8.444
Subtotal		35.319	2.832	-	(2.063)	36.088
Direito de Uso - Imóveis (2)						
Custo		66.588	21	-	-	66.609
Amortização Acumulada		(15.776)	-	-	(3.339)	(19.115)
Subtotal		50.812	21	-	(3.339)	47.494
Total Intangível		86.131	2.853	-	(5.402)	83.582

- (1) A Companhia registrou no período, crédito de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$25 (R\$82 em 31 de dezembro de 2019).

Do total de depreciação de R\$5.402, R\$3.339 refere-se à amortização do direito de uso referente a adoção do CPC 06 (R2) a partir de 01 de janeiro de 2019.

- (2) Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 31/12/ 2018	Saldo de aquisição	Adoção Inicial CPC 06 (R2)	Adição	Transferências	Baixas	Amortização (1)	Saldos em 31/12/2019
Intangível									
Em serviço:	20,00%	45.304	992	-	-	11.851	-	-	58.147
Amortização Acumulada		(26.093)	(274)	-	-	-	(1)	(6.920)	(33.288)

Em curso	4.353	-	-	17.814	(11.707)	-	-	10.460
Subtotal	23.564	718	-	17.814	144	(1)	(6.920)	35.319
Direito de Uso - Imóveis (2)								
Custo	-	4.829	39.693	24.196	-	(2.130)	-	66.588
Amortização Acumulada	-	(74)	-	-	-	-	(15.702)	(15.776)
Subtotal	-	4.755	39.693	24.196	-	(2.130)	(15.702)	50.812
Total Intangível	23.564	5.473	39.693	42.010	144	(2.131)	(22.622)	86.131

- (1) A Companhia registrou no exercício, crédito de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$82 (R\$76 em 31 de dezembro de 2018).

Do total de depreciação de R\$22.622, R\$15.702 refere-se à amortização do direito de uso referente a adoção do CPC 06 (R2) a partir de 01 de janeiro de 2019.

- (2) Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

18.3 Intangível - contrato de concessão - Consolidado

	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 31/12/2019	Transferências (1)	Baixas (2)	Amortização (3)	Saldos em 31/03/2020
Intangível						
Em serviço:	10,37%	28.823.193	209.995	(42.628)	-	28.990.560
		(11.263.120)				
Amortização Acumulada		)	-	29.500	(345.430)	(11.579.050)
Total Intangível		17.560.073	209.995	(13.128)	(345.430)	17.411.510
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Em Serviço						
Custo	3,84%	5.773.053	20.524	-	-	5.793.577
Amortização Acumulada		(2.633.727)	-	-	(62.129)	(2.695.856)
Total das Obrigações vinculadas à concessão		3.139.326	20.524	-	(62.129)	3.097.721
Total Intangível		14.420.747	189.471	(13.128)	(283.301)	14.313.789

- (1) Transferência oriunda do ativo contratual - Infraestrutura em construção.

- (2) As baixas no montante de R\$13.128 referem-se às baixas realizadas no período, inicialmente contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do período na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

- (3) A Companhia registrou no período, crédito de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$9.174 (R\$36.499 em 31 de dezembro de 2019), não inclui o montante de 2.868 referente a despesa de depreciação de provisão de incorporação de redes.

	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 31/12/2018	Adição	Adição - Ativo financeiro indenizável da concessão (1)	Transferências	Baixas (2)	Amortização (3)	Saldos 31/12/2019
Intangível								
Em serviço:	10,36%	25.079.398	-	2.323.350	1.637.677	(217.232)	-	28.823.193
Amortização Acumulada		(10.006.175)	-	-	(99.879)	170.986	(1.328.052)	(11.263.120)
Total Intangível		15.073.223	-	2.323.350	1.537.798	(46.246)	(1.328.052)	17.560.073
(-) Obrigações vinculadas à concessão								
Em Serviço								
Custo	3,79%	4.606.612	-	934.118	232.323	-	-	5.773.053
Amortização Acumulada		(2.378.095)	(16.408)	-	(1.135)	-	(238.089)	(2.633.727)
Total das Obrigações vinculadas à concessão		2.228.517	(16.408)	934.118	231.188	-	(238.089)	3.139.326
Total Intangível		12.844.706	16.408	1.389.232	1.306.610	(46.246)	(1.089.963)	14.420.747

- (1) Adição - Ativo financeiro indenizável da concessão - referem-se aos valores do ativo financeiro indenizável da concessão transferidos para o intangível R\$2.323.350 e de obrigações vinculadas à concessão - R\$934.118, em face da renovação do contrato de concessão, conforme detalhado na nota explicativa nº 16.
- (2) Aas baixas no montante R\$46.246 referem-se às baixas realizadas no exercício, inicialmente contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais e R\$4 refere-se as baixas do direito de uso.
- (3) A Companhia registrou no exercício, crédito de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$36.499 (R\$35.478 em 31 de dezembro de 2018).

A infraestrutura utilizada pelas controladas nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº 691/2015, de 08 de dezembro de 2015, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do ativo intangível reflete a forma na qual os benefícios futuros referentes à utilização dos ativos são esperados que sejam consumidos pela Companhia ou limitado ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. O padrão de consumo destes ativos está relacionado às vidas úteis estimadas de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 10,37% (10,36% em 31 de dezembro de 2019).

O saldo do intangível e do ativo financeiro indenizável da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que são como segue:

Obrigações vinculadas à concessão:	31/03/2020	31/12/2019
Contribuições do consumidor ⁽¹⁾	3.828.814	4.415.160
Participação da União - recursos CDE ⁽²⁾	2.621.355	1.926.170
Participação do Governo do Estado ⁽²⁾	336.031	336.031
Reserva para reversão ⁽³⁾	8.251	8.442
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	329.713	329.713
(-) Amortização acumulada	(2.695.856)	(2.633.727)
Total	4.428.308	4.381.789
Alocação:		
Ativo financeiro indenizável da concessão	1.018.755	1.009.751
Infraestrutura - Intangível em serviço	3.097.721	3.139.326
Ativo contratual - infraestrutura em construção e intangível em curso	311.832	232.712
Receitas de Ultrapassagem	-	-
Total	4.428.308	4.381.789

- (1) As contribuições de consumidores representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.
- (2) A participação da União (recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE) e a participação do Governo do Estado, estão destinados ao programa Luz para Todos. O saldo contempla o efeito da devolução da 4ª Tranche de LPT da controlada EAC em dezembro/2019.
- (3) A reserva para reversão constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia, incidindo juros de 5 % a.a. pagos mensalmente.

18.4 Direito de concessão - consolidado

	Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019
Reconhecido por controladas ⁽¹⁾	538.012	538.012
Reconhecido pela controladora ⁽²⁾	298.589	298.589
Aquisição participação ⁽³⁾	78.613	77.112
Amortização acumulada	(589.604)	(579.667)
Subtotal	325.610	334.046

A movimentação é como segue:

	Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019
Saldo inicial	334.046	364.038
Aquisição participação	1.501	9.754
Amortização no período/exercício	(9.937)	(39.746)
Saldo final	325.610	334.046

(1) Intangível reconhecido por controlada:

Corresponde ao direito de concessão incorporado pela controlada ESE que está sendo amortizado a partir de abril de 1998 até o término de concessão de distribuição de energia elétrica (dezembro de 2027).

A amortização gera uma redução de imposto de renda e contribuição social da ordem de 34%. Em 31 de março de 2020, o saldo a amortizar pela controlada é de R\$172.375 (R\$178.533 em 31 de dezembro de 2019).

(2) Intangíveis reconhecidos pela controladora:

Correspondem aos direitos de concessão das participações societárias nas controladas EBO, ESE e EPB, no montante de R\$103.606 (R\$106.071 em 31 de dezembro de 2019). Desde 01 de janeiro de 2017, a Companhia de acordo com o IAS 16 passou a registrar a amortização do ativo da concessão pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração da concessão, pelo método linear.

A Companhia detém o controle acionário da empresa de propósitos específicos Parque Eólico Sobradinho, localizada no município Sobradinho - BA, que é detentora de projetos eólicos, pelo montante de R\$7.022 (R\$7.022 em 31 de dezembro de 2019). Os valores pagos na aquisição do parque eólico estão alocados como concessão, a serem amortizados em 35 anos a partir da entrada em operação comercial.

(3) Combinação de negócio - Aquisição de participação

Em 11 de abril de 2014, foi formalizada a transferência das participações societárias que asseguram o controle acionário das sociedades integrantes do Grupo Rede para a Energisa, nos termos do Compromisso de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças.

O valor do ágio apurado na aquisição das Companhias montou em R\$165.552 foi reconhecido na rubrica "investimentos" na controladora e no "intangível" no consolidado. O preço da aquisição no valor simbólico de R\$1,00 (um real), baseado nas avaliações do patrimônio líquido das empresas adquiridas a valor de mercado. O ágio apurado na aquisição decorre principalmente pela não consideração nas premissas de cálculos do PPA da renovação das concessões de distribuição de energia elétrica prevista pela Lei nº 12.783/2013, que mesmo com a edição do Decreto nº 8.461/2015, que regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica, suspenso pelo Tribunal de Contas da União o que impossibilitou a assinatura do novo contrato de concessão e da variação entre a média considerada no processo de definição de preço e a melhor estimativa do patrimônio líquido a valor justo na data efetiva da aquisição.

Do montante do ágio de R\$165.552, foram deduzidos os ganhos de capital por aumento de participação nos aportes de capital realizados nas controladas JQMJ, BBPM, Denerge e Rede Energia no montante de R\$96.345, totalizando o montante de R\$69.207. Em maio de 2015, em face da alienação dos ativos da controlada indireta Tangará S/A, foram transferidos para bens destinados em alienação o montante de R\$6.361. Até 31 de março de 2020 foram amortizados R\$36.006 (R\$34.692 em 31 de dezembro de 2019).

Em 14 de maio de 2015, a Companhia adquiriu o controle acionário da controlada Dinâmica Direitos Creditórios apurando um ágio de R\$4.512.

Em 17 de junho de 2019, foi formalizada a transferência para Energisa de 87,01% do capital da Alsol Energias Renováveis S.A, com apuração de ágio de R\$9.754 e em 31 de março de 2020 foi formalizada uma apuração de ágio de R\$1.501.

A previsão de amortização dos direitos de concessão e a redução do imposto de renda e da contribuição social é como segue:

Período de amortização	Consolidado	Redução do imposto de renda e contribuição social
2021 e 2022	64.441	14.652
2023 e 2024	74.289	16.745
2025 e 2026	74.289	16.745
2027 e 2028	55.484	10.466
2029 e 2030	24.145	-
2031 e 2032	13.572	-
2033 em diante	19.390	-
Total	325.610	58.608

19. Ativo contratual - Infraestrutura em construção - Consolidado

No ativo contratual são registrados, os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i) O custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii) os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura, apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20.

	Saldos 31/12/2019	Adição	Transferências (*)	Baixas (**)	Saldos 31/03/2020
Ativo contratual - infraestrutura em construção					
Em construção	1.701.625	618.075	(209.995)	(130.741)	1.978.964
Obrigações Vinculadas à Concessão					
Em construção	232.712	108.648	(20.524)	(9.004)	311.832
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	1.468.913	509.427	(189.471)	(121.737)	1.667.132

(*) Montante de R\$189.471 transferido para o ativo intangível.

(*) As baixas no montante de R\$121.737 referem-se as bifurcações do ativo contratual líquido das obrigações especiais para o ativo financeiro indenizável da concessão.

	Taxa média de depreciação (%)	Saldos 31/12/2018	Adição	Transferências	Baixas (*)	Saldos 31/12/2019
Ativo contratual - infraestrutura em construção						
Em construção		1.651.479	2.676.043	(1.534.832)	(1.091.065)	1.701.625
Obrigações Vinculadas à Concessão						
Em construção		314.168	211.109	(224.982)	(67.583)	232.712
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção		1.337.311	2.464.934	(1.309.850)	(1.023.482)	1.468.913

(*) As baixas no montante de R\$1.023.482, refere-se as bifurcações do ativo contratual líquido das obrigações especiais para o ativo financeiro indenizável da concessão.

20. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Ampla - CUSD	-	-	3.902	3.805
CCEE ^(1 e 2)	-	-	412.181	456.126
Contratos Bilaterais ⁽²⁾	-	-	1.122.874	1.088.994
Uso de rede básica ⁽²⁾	-	-	76.382	73.548
Conexão à rede ⁽²⁾	-	-	17.601	17.352
Encargo de serviços do sistema	-	-	2.853	3.257
Uso do sistema de distribuição (CUSD) ⁽²⁾	-	-	23.029	22.013
Materiais, serviços e outros ⁽²⁾	1.918	17.462	302.539	423.079
Total	1.918	17.462	1.961.361	2.088.174
Circulante	1.918	17.462	1.861.855	1.988.149
Não Circulante	-	-	99.506	100.025

(1) No primeiro trimestre de 2020 a conta CCEE sofreu uma grande redução em consequência das condições hidrológicas mais favoráveis do Sistema Interligado Nacional (SIN), aliadas à um PLD (Preço das Liquidações das Diferenças) mais baixo. Em novembro e dezembro de 2019 a geração das usinas hidrelétricas foi abaixo da média e as distribuidoras foram obrigadas a assumir um custo maior em decorrência do Risco hidrológico associado a um PLD elevado. Está previsto na Lei nº 12.783/2013, que as despesas relacionadas ao Risco hidrológico são assumidas pelas distribuidoras com direito ao repasse para o consumidor final através do reajuste tarifário.

(2) Referem-se a aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de geração, distribuição e comercialização de energia elétrica, cujo prazo médio de liquidação é de 40 dias.

21. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Controladora			
	Saldos em 31/12/2019	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Marcação mercado da dívida	Saldos em 31/03/2020
Mensuradas ao custo				
Moeda nacional				
CDI	460.574	5.452	-	466.026
Gastos com captação	(424)	75	-	(349)
Total do custo	460.150	5.527	-	465.677
Mensuradas ao valor justo				
Moeda estrangeira				
Dólar	324.115	98.914	-	423.029
Marcação a mercado	4.058	-	5.802	9.860
Total ao valor justo	328.173	98.914	5.802	432.889
Total	788.323	104.441	5.802	898.566
Circulante	175.190			235.738
Não Circulante	613.133			662.828

	Consolidado							
	Saldos em 31/12/2019	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 31/03/2020
Mensuradas ao custo								
Moeda nacional								
Pré Fixado	932.744	-	(4.197)	(509)	11.799	-	-	939.837
Pós Fixado								
TJLP e TLP	3.263	-	(500)	(74)	72	-	-	2.761
Selic	890	-	(105)	(10)	19	-	-	794
CDI	2.384.337	1.055.000	(253.693)	(15.416)	31.669	-	-	3.201.897
TR	928.876	-	-	(10.534)	19.848	-	-	938.190
Gastos com captação	(3.024)	-	-	-	427	(2.172)	-	(4.769)
Cesta de moedas	405	-	(105)	(9)	104	-	-	395
Outros	259.042	-	(4.384)	(6.577)	6.377	-	-	254.458
Total do custo	4.506.533	1.055.000	(262.984)	(33.129)	70.315	(2.172)	-	5.333.563
Mensuradas ao valor justo								
Moeda estrangeira								
Dólar	3.119.021	390.000	(1.100.913)	(23.882)	889.210	-	-	3.273.436
Euro	598.586	122.972	-	(671)	190.608	-	-	911.495
Gastos com captação	(1.850)	-	-	-	189	-	-	(1.661)
Marcação a mercado	27.691	-	-	-	-	-	45.365	73.056
Total ao valor justo	3.743.448	512.972	(1.100.913)	(24.553)	1.080.007	-	45.365	4.256.326
Total	8.249.981	1.567.972	(1.363.897)	(57.682)	1.150.322	(2.172)	45.365	9.589.889
Circulante	1.413.791							2.523.697
Não Circulante	6.836.190							7.066.192

	Controladora							
	Saldos em 31/12/2018	Captação	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Custos apropriados	Marcação mercado da dívida	Saldos em 31/12/2019
Mensuradas ao custo								
Moeda nacional								
CDI	-	450.000	-	-	10.574	-	-	460.574
Gastos com captação	-	-	-	-	168	(592)	-	(424)
Total do custo	-	450.000	-	-	10.742	(592)	-	460.150
Mensuradas ao valor justo								
Moeda estrangeira								
Dólar	467.308	-	(162.052)	(19.761)	38.620	-	-	324.115
Marcação a mercado	2.054	-	-	-	-	-	2.004	4.058
Total ao valor justo	469.362	-	(162.052)	(19.761)	38.620	-	2.004	328.173
Total	469.362	450.000	(162.052)	(19.761)	49.362	(592)	2.004	788.323
Circulante	158.008							175.190
Não Circulante	311.354							613.133

	Consolidado								
	Saldos em 31/12/2018	Aquisição	Captação	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Custos apropriados	Marcação mercado da dívida	Saldos em 31/12/2019
Mensuradas ao custo									
Moeda nacional									
Pré Fixado	1.249.918	116	-	(358.091)	(9.152)	49.953	-	-	932.744
Pós Fixado									
TJLP e TLP	8.283	-	-	(4.541)	(531)	52	-	-	3.263
Selic	22.793	-	-	(19.112)	(3.220)	429	-	-	890
CDI	2.337.094	-	1.034.900	(972.831)	(174.407)	159.581	-	-	2.384.337
TR	922.846	-	-	-	(72.667)	78.697	-	-	928.876
Gastos com captação	(984)	-	-	-	-	1.348	(3.388)	-	(3.024)

Cesta de Moedas	762	-	-	(375)	(54)	72	-	-	405
Outros	232.786	-	132.488	(108.332)	(12.553)	14.653	-	-	259.042
Total do custo	4.773.498	116	1.167.388	(1.463.282)	(272.584)	304.785	(3.388)	-	4.506.533
Mensuradas ao valor justo									
Moeda estrangeira									
Dólar	3.117.921	-	385.000	(508.874)	(137.753)	262.727	-	-	3.119.021
Euro	351.794	-	240.000	(3.028)	(3.771)	13.591	-	-	598.586
Gastos com captação	(2.606)	-	-	-	-	756	-	-	(1.850)
Marcação a mercado	20.017	-	-	-	-	-	-	7.674	27.691
Total ao valor justo	3.487.126	-	625.000	(511.902)	(141.524)	277.074	-	7.674	3.743.448
Total	8.260.624	116	1.792.388	(1.975.184)	(414.108)	581.859	(3.388)	7.674	8.249.981
Circulante	1.649.423								1.413.791
Não Circulante	6.611.201								6.836.190

A composição da carteira de empréstimos, financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Venciment o	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (3)		Garantia s (*)	
	31/03/2020	31/12/2019							
Energisa S/A									
Nota Promissória 4ª Emissão (1)	313.613	310.043	CDI +0,55% a.a.	jun/21	Final		1,15%		-
FRN Santander - 4130335	71.328	70.447	CDI +0,8948% a.a.	nov/22	Final		1,23%		-
FRN Santander - 4132130 (1)	81.085	80.084	CDI +0,90% a.a.	nov/24	Semestral a partir de nov/21		1,23%		-
Custo de captação incorrido na contratação	(349)	(424)							
Total em Moeda Nacional	465.677	460.150							
Resolução 4131 - Itaú (1)	423.029	324.115	4,0375% a.a.	mai/21	Anual		29,98%		A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	9.860	4.058	-	-	-				-
Total em Moeda Estrangeira	432.889	328.173							
Total Energisa S/A	898.566	788.323							
Energisa Sergipe									
FIDC Grupo Energisa III	4.483	5.794	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal		1,18%		R
FINAME - Itaú BBA	7.579	8.243	2,50% a 8,70% a.a. (Pré)	jan/25	Mensal	0,62%	a	2,11%	A
Parcelamento INERGUS	12.432	12.520	IPC +5,5% a.a.	dez/39	Mensal		1,85%		F
Parcelamento INERGUS - Migração	105.850	110.200	IPCA +5,78% a.a.	jun/26	Mensal		1,94%		F
Nota Promissória 6ª Emissão (1)	148.818	147.034	CDI + 0,80%	mar/22	Final		1,21%		A
Custo de captação incorrido na contratação	(293)	(333)	-	-	-		-		-
Total em Moeda Nacional	278.869	283.458							
Resolução 4131 - Citibank (1,4)	-	286.476	Libor + 0,72% a.a 0,73% a.a.	abr/21	Final	30,85%	a	30,85%	A
Resolução 4131 - Bank of America ML (1)	179.540	139.230	Libor + 1,20% a.a.	jan/21	Final		30,97%		A
Resolução 4131 - Citibank (1,4)	-	44.849	Libor + 0,82% a.a.	set/21	Final		30,87%		A
Resolução 4131 - JL Morgan (1)	18.763	14.587	Libor + 1,30% a.a.	set/21	Final		30,99%		A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	1.910	489	-	-	-		-		-
Total em Moeda Estrangeira	200.213	485.631							
Total Energisa Sergipe	479.082	769.089							
Energisa Paraíba									
FIDC Grupo Energisa III	18.231	23.564	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal		1,18%		R
FINAME - Itaú	13.725	15.125	2,50% a 8,70% a.a. (Pré)	jan/25	Mensal	0,62%	a	2,11%	A
Parcelamento FUNASA	3.405	3.492	IPCA + 5,94%	dez/29	Mensal		1,98%		-
CCB Bradesco 24032020 (1)	132.215	-	CDI + 4,8005	mar/21	Final		2,19%		A
CCB Itaú 25032020	20.025	-	CDI + 4,10	mar/21	Final		2,02%		A
Custo de captação incorrido na contratação	(679)	(97)	-	-	-		-		-
Total em Moeda Nacional	186.922	42.084							
Resolução 4131 - Itaú BBA (1)	134.090	102.803	3,7995%a.a. (Pré)	jun/20	Final		29,92%		A
Resolução 4131 -Citibank (1,4)	-	75.242	Libor + 0,73% a.a.	jan/21	Final		30,85%		A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	1.287	208	-	-	-		-		-
Total em Moeda Estrangeira	135.377	178.253							
Total Energisa Paraíba	322.299	220.337							
Energisa Minas Gerais									
FIDC Grupo Energisa III	4.481	5.791	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal		1,18%		R
Repasse BNDES I - Itaú BBA	392	510	TJLP + 4,75% a.a.	jan/21	Mensal		2,42%		A
Repasse BNDES II - Itaú BBA	291	296	UMBND + 3,75% a.a. (*)	jan/21	Mensal		1,00%		A
Repasse BNDES III - Itaú BBA	164	213	TJLP + 5,95% a.a.	jan/21	Mensal		2,71%		A
Repasse BNDES IV - Itaú BBA	249	324	5,50% a.a. (Pré)	jan/21	Mensal		1,35%		A
FINAME - Itaú BBA	5.869	6.406	2,50% a 10,0% a.a. (Pré)	dez/24	Mensal	0,62%	a	2,41%	A
Nota Flutuante de Juros - Santander (1)	74.362	73.367	CDI + 1,3248%	dez/20	Semestral		1,34%		A
CCB Bradesco 24032020 (1)	75.122	-	CDI + 4,8005%	mar/21	Final		2,19%		A
CCB Itaú 25032020	40.069	-	CDI + 4,00%	mar/21	Final		2,00%		A
Custo de captação incorrido na contratação	(363)	(24)	-	-	-		-		-
Total em Moeda Nacional	200.636	86.883							
Resolução 4131 - Itaú BBA (1)	47.326	36.283	3,7995%a.a. (Pré)	jun/20	Final		29,92%		A
Resolução 4131 II - Citibank (1,4)	-	71.183	Libor + 0,72% a.a.	mai/21	Final		30,85%		A

Resolução 4131 - BBM Loan	82.033	63.019	2,77%a.a. (Pré)	abr/21	Final		29,67%		A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	2.646	861	-	-	-		-		-
Total em Moeda Estrangeira	132.005	171.346							
Total Energisa Minas Gerais	332.641	258.229							
Energisa Nova Friburgo									
FIDC Grupo Energisa III	1.195	1.545	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal		1,18%		R
Repasse BNDES I - Itaú	143	191	TJLP + 4,75% a.a.	dez/20	Mensal		2,42%		A
Repasse BNDES II - Itaú	104	109	UMBND + 3,75% a.a.	dez/20	Mensal		1,00%		A
Repasse BNDES III - Itaú	60	79	TJLP + 5,95% a.a.	dez/20	Mensal		2,71%		A
Repasse BNDES IV - Itaú	94	126	5,50% a.a. (Pré)	dez/20	Mensal		1,35%		A
FINAME - Itaú	628	683	2,50% a 6,00% a.a. (Pré)	nov/24	Mensal	0,62%	a	1,47%	A
Nota Flutuante de Juros - Santander (1)	23.661	23.344	CDI + 1,3248% a.a.	dez/20	Semestral		1,34%		A
					Semestral a partir de				
FRN 4131519	15.228	15.044	CDI + 0,80% a.a.	nov/22	nov/21		1,21%		A
Custo de captação incorrido na contratação	(4)	(7)	-	-	-		-		-
Total em Moeda Nacional	41.109	41.114							
			LIBOR + 0,65 a.a 1,62% a.a.	set/22	Final		30,83 %	31,07 %	A
Resolução 4131 - Citibank (1,4)	-	51.557	-	-	-		a	-	-
Marcação à Mercado de Dívida (2)	-	743	-	-	-		-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	-	52.300							
Total Energisa Nova Friburgo	41.109	93.414							
Energisa Borborema									
FIDC Grupo Energisa III	1.494	1.931	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal		1,18%		R
FINAME - Itaú BBA	1.301	1.417	2,50% a 8,70% a.a. (Pré)	nov/24	Mensal	0,62%	a	2,11%	A
Nota Flutuante de Juros - Santander (1)	27.041	26.679	CDI + 1,3248%	dez/20	Semestral		1,34%		A
Nota Flutuante de Juros - Santander (1)	20.853	20.595	CDI + 0,92%	jul/20	Final		1,24%		A
					Semestral a partir de				
Nota Flutuante de Juros - Santander (1)	15.228	15.044	CDI + 0,80% a.a.	nov/22	nov/21		1,21%		A
Custo de captação incorrido na contratação	(6)	(8)	-	-	-		-		-
Total em Moeda Nacional	65.911	65.658							
Resolução 4131 - Citibank (1,4)	-	24.840	Libor + 0,97% a.a.	nov/20	Final		30,91%		A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	-	55							
Total em Moeda Estrangeira	-	24.895							
Total Energisa Borborema	65.911	90.553							
Energisa Mato Grosso									
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	353.497	353.402	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal a partir de out/29		1,71%		R
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	482.520	482.682	CDI + 0,70% a.a.	abr/31	Mensal a partir de abr/21		1,18%		R
			CDI + 1,25% a.a 1,3248% a.a.		Semestral a partir de dez/19				
Nota Flutuante de Juros - Santander (1,4)	135.203	450.626	a.a.	dez/20	Final	1,32%	a	1,34%	A
Nota Promissória 2ª Emissão (1)	297.387	293.823	CDI + 0,80% a.a.	mar/22	Final		1,21%		A
					Semestral a partir de				
Santander FRN 4133870	191.273	-	CDI + 0,95% a.a.	fev/23	fev/22		1,25%		A
CCB BRADESCO 24032020 (1)	130.211	-	CDI + 4,8005% a.a.	mar/21	Final		2,19%		A
CCB ITAÚ 1011200300114	30.037	-	CDI + 4,10% a.a.	mar/21	Final		2,02%		A
Santander FRN 4135786	315.104	-	CDI + 4,60% a.a.	mar/21	Final		2,14%		A
Custo de captação incorrido na contratação	(1.166)	(641)							
Total em Moeda Nacional	1.934.066	1.579.892							
			Libor + 1,20% a 1,60% a.a.	jan/21	Final		30,97 %	31,07 %	A
Resolução 4131-Bank of America ML (1)	275.931	214.059			Anual a partir de				
Citibank Loan - 4131 (1)	74.663	57.899	Libor + 1,70% a.a.	jun/22	2021		31,09%		A
					Anual a partir de				
Citibank EDC Loan - 4131 (1)	74.656	57.892	Libor + 1,80% a.a.	jun/22	2021		31,12%		A
Citibank Loan - 4131 (1,4)	-	128.422	Libor + 0,82% a.a.	set/21	Final		30,87%		A
J P MORGAN Loan (1)	139.454	108.167	Libor + 1,05% a.a.	nov/21	Final		30,93%		A
Merryl Lynch Loan (1)	61.159	48.387	0,6870% a.a.	dez/22	Final		26,57%		A
Scotiabank Loan (1)	257.468	198.327	2,1964% a.a.	dez/22	Final		29,53%		A
Citibank Loan 56416 (1)	60.505	-	Libor + 0,60% a.a.	fev/23	Final		30,82%		A
Custo de captação incorrido na contratação	(492)	(547)							
Marcação à Mercado de Dívida (2)	15.878	3.238							
Total em Moeda Estrangeira	959.222	815.844							
Total Energisa Mato Grosso	2.893.288	2.395.736							
Energisa Mato Grosso do Sul									
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	291.570	291.492	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal a partir de out/29		1,71%		R
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	220.176	220.250	CDI + 0,70% a.a.	abr/31	abr/21		1,18%		R
Nota Flutuante de Juros - Santander	67.432	66.602	CDI + 0,89% a.a.	ago/20	Final		1,23%		A
Nota Promissória (1)	70.143	-	CDI + 0,95% a.a.	mar/23	Final		1,25%		A
Custo de captação incorrido na contratação	(162)	-							
Total em Moeda Nacional	649.159	578.344							
Loan Citi - 4131 (1)	75.286	58.398	Libor + 1,70% a.a.	mai/22	Anual após 2021		31,09%		A
Loan Citi EDC - 4131 (1)	75.253	58.367	Libor + 1,80% a.a.	mai/22	Anual após 2021		31,12%		A
Loan Citi - 4131 (1,4)	-	69.151	Libor + 0,825% a.a.	set/21	Final		30,88%		A
Resolução 4131 - Bank of America ML (1)	64.897	51.345	0,99% a.a. Pré	mai/22	Final		26,65%		A
Custo de captação incorrido na contratação	(480)	(535)	-	-	-		-		-
Marcação à Mercado de Dívida (2)	3.653	2.339	-	-	-		-		-
Total em Moeda Estrangeira	218.609	239.065							
Total Energisa Mato Grosso do Sul	867.768	817.409							
Energisa Tocantins									
Luz para Todos I - Eletrobrás	7.390	8.486	6,0% a.a.	abr/22	Mensal		1,47%		R
CCB ITAÚ 101120030007500	20.034	-	CDI + 4,00% a.a.	mar/21	Final		2,00%		R
Total em Moeda Nacional	27.424	8.486							
Resolução 4131 - Itaú (1)	273.773	209.563	4,352% a.a. (Pré)	jun/21	Final		30,05%		R

Loan Citi - 4131 (1)	58.484	45.358	Libor + 1,70% a.a.	mai/22	Anual a partir de 2021	31,09%			A
Loan Citi EDC - 4131 (1)	58.449	45.329	Libor + 1,80% a.a.	mai/22	Anual a partir de 2021	31,12%			A
Merrill lynch Loan (1)	162.297	125.885	Libor + 1,20% a.a.	jan/21	Final	30,97%			A
Custo de captação incorrido na contratação	(454)	(507)							
Marcação à Mercado de Dívida (2)	15.213	6.729	-	-	-	-			-
Total em Moeda Estrangeira	567.762	432.357							
Total Energisa Tocantins	595.186	440.843							
Energisa Sul Sudeste									
CCB ITAÚ 101120030007400	40.069	-	CDI + 4,00%	mar/21	Final	2,00%			A
Total em Moeda Nacional	40.069	-							
Loan Citi - 4131 (1)	35.672	27.663	Libor + 1,70% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	31,09%			A
Loan Citi EDC - 4131 (1)	35.674	27.663	Libor + 1,80% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	31,12%			A
Merrill lynch Loan (1,4)	-	120.883	Libor + 1,10% a.a.	abr/20	Final	30,94%			A
Loan Citi Loan - 4131 (1,4)	-	64.834	Libor + 1,27% a.a.	jul/23	Anual a partir de 2022	30,99%			A
Merrill lynch Loan (1)	102.676	79.656	Libor + 1,20% a.a.	ago/21	Final	30,97%			A
Merrill lynch Loan (1)	140.014	110.774	0,87% Pré a.a	jun/22	Final	26,62%			A
Scotiabank Loan (1)	64.367	49.582	2,1964% Pré a.a	dez/22	Final	29,53%			A
Merrill lynch Loan (1)	153.020	-	0,7257% Pré a.a	jan/23	Final	29,16%			A
Custo de captação incorrido na contratação	(235)	(261)							
Marcação à Mercado de Dívida (2)	7.727	3.622	-	-	-	-			-
Total em Moeda Estrangeira	538.915	484.416							
Total Energisa Sul Sudeste	578.984	484.416							
Energisa Rondônia									
CCEE - Eletrobrás	657.524	649.693	5,00% a.a	out/48	Mensal a partir de 2024	1,23%			R
FRN 4131614	50.674	50.048	CDI + 0,90% a.a.	nov/24	Semestral a partir de dez/21	1,23%			R
Total em Moeda Nacional	708.198	699.741							
Scotiabank Loan	64.367	49.582	2,1964% a.a.	dez/22	Final	29,53%			R
Citibabk Loan 56545 (1)	71.301	-	Libor + 0,60% a.a.	fev/23	Final	30,82%			R
Citibabk Loan 56737 (1)	150.840	-	Libor + 0,74% a.a.	mar/23	Final	30,85%			R
Marcação à Mercado de Dívida (2)	4.884	(155)							
Total em Moeda Estrangeira	291.392	49.427							
Total Energisa Rondônia	999.590	749.168							
Energisa Acre									
CCEE - Eletrobrás	217.635	215.043	5,00% a.a	dez/48	Mensal a partir de 2024	1,23%			R
CCB BRADESCO 24032020 (1)	63.102	-	CDI + 4,8005% a.a.	mar/21	Final	2,19%			R
Custo de captação incorrido na contratação	(289)	-							
Total em Moeda Nacional	280.448	215.043							
Merrill lynch Loan (1)	455.710	359.045	1,40% a.a.	dez/23	Mensal a partir de 2020	26,75%			R + A
Merrill lynch Loan (1)	36.695	29.035	0,7619% a.a.	dez/21	Final	26,59%			R + A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	9.846	5.281							
Total em Moeda Estrangeira	502.251	393.361							
Total Energisa Acre	782.699	608.404							
Energisa Soluções									
FINAME - Itaú BBA	1.675	1.779	2,50 a 6,00% a.a. (Pré)	set/24	Mensal	0,62%	a	1,47%	A
Total em Moeda Nacional	1.675	1.779							
Banco BBM Loan 4131	27.364	21.420	2,96% a.a.	mar/21	Final	29,71%			A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	716	220							
Total em Moeda Estrangeira	28.080	21.640							
Total Energisa Soluções	29.755	23.419							
Energisa Soluções Construções									
FINAME - Itaú BBA	2.299	2.422	6,00% a.a. (Pré)	nov/24	Mensal		1,47%		A
FINAME - Itaú BBA	794	890	SELIC + 5,14% a 5,20% TJLP + 4,80% a 4,87% a.a.	abr/22	Mensal	2,27%	a	2,29%	A
FINAME - Itaú BBA	2.002	2.270		abr/22	Mensal	2,43%	a	2,45%	A
Total em Moeda Nacional	5.095	5.582							
Total Energisa Soluções Construções	5.095	5.582							
Energisa Transmissão									
ETE X CITIBANK LOAN 56417	163.364	-	Libor + 0,60% a.a.	fev/23	Final	30,82%			A + R + S
Marcação à Mercado de Dívida (2)	(806)	-							
Total em Moeda Estrangeira	162.558	-							
Total Energisa Transmissão	162.558	-							
Energisa Pará I									
BASA - CCB 048-19/0002-0	132.771	132.830	IPCA + 1,8854% a.a	jul/39	Mensal a partir de 2023	1,00%			A + R + S
Custo de captação incorrido na contratação	(1.458)	(1.490)							
Total em Moeda Nacional	131.313	131.340							
Total Energisa Pará I	131.313	131.340							
Energisa Comercializadora									
SANTANDER - 4131	55.181	42.208	4,5883% a.a. (Pré)	jun/20	Final	30,11%			-
BBM Loan - 4131	31.630	24.529	Libor + 0,56% a.a.	set/22	Final	30,81%			F
Marcação à Mercado de Dívida (2)	242	3							

Total em Moeda Estrangeira	87.053	66.740							
Total Energia Comercializadora	87.053	66.740							
Rede Energia S.A.									
Credores "RJ" - Bicbanco	6.007	5.788	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final		0,25%		R
Credores "RJ" - BNB	13.241	12.757	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final		0,25%		R
Total em Moeda Nacional	19.248	18.545							
Total Rede Energia S.A.	19.248	18.545							
Denerge									
FI-FGTS (Reestruturado)	293.123	283.982	TR + 4,00% a.a.	nov/35	Final		0,99%		-
Total em Moeda Nacional	293.123	283.982							
Total Denerge	293.123	283.982							
Cia Téc.de Comercialização de Energia									
Credores "RJ" - BMG	4.621	4.452	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final		0,25%		-
Total em Moeda Nacional	4.621	4.452							
Total Cia Téc.de Comerc.de Energia	4.621	4.452							
Em Moeda Nacional	5.333.563	4.506.533							
Em Moeda Estrangeira	4.256.326	3.743.448							
Energisa Consolidada	9.589.889	8.249.981							

(*) A=Aval Energisa S/A, F=Fiança, R=Receíveis, S= Seguro

Condições restritivas financeiras (Covenants):

- (1) Condições de covenants - O contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela Energisa S/A., sendo os principais listados abaixo:

Controladora:

- ✓ Endividamento Líquido dividido pelo EBITDA, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinquenta centésimos) com relação às demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (inclusive), 4,25 (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos) com relação às informações financeiras/demonstrações financeiras relativas aos períodos/exercício a findar-se entre em 31 de março de 2020 a 31 de dezembro de 2020 (inclusive), passando para 4,0 (quatro inteiros) com relação às informações financeiras/demonstrações financeiras relativas aos períodos/exercícios a findar-se a partir de 31 de março de 2021 (inclusive) até a respectiva data de vencimento dos contratos;
- ✓ EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro, sendo maior ou igual a 2,5 (dois inteiros e cinquenta centésimos) até a respectiva data de vencimento dos contratos.

Controladas:

- ✓ Endividamento Líquido dividido pelo EBITDA, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinquenta centésimos) com relação às demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (inclusive), 4,25 (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos) com relação às informações financeiras/demonstrações financeiras relativas aos períodos/exercício a findar-se entre em 31 de março de 2020 a 31 de dezembro de 2020 (inclusive), passando para 4,0 (quatro inteiros) com relação às informações financeiras/demonstrações financeiras relativas aos períodos/exercícios a findar-se a partir de 31 de março de 2021 (inclusive) até a respectiva data de vencimento dos contratos;
- ✓ EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro, sendo maior ou igual a 2,5 (dois inteiros e cinquenta centésimos) até a respectiva data de vencimento dos contratos.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 35 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de março de 2020, as exigências contratuais foram cumpridas.

- (2) Estas operações estão sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option" (vide nota explicativa nº 35 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).
- (3) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no período findo em 31 de março de 2020. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na Nota Explicativa nº 35 - Instrumentos Financeiros e gerenciamento de riscos.
- (4) Em 17 de janeiro, 16 e 31 de março de 2020 as controladas abaixo efetuaram a liquidação dos contratos de empréstimos no valor total de R\$1.425.361, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Controladas	Valor liquidado
Energisa Mato Grosso	474.878
Energisa Mato Grosso do Sul	83.075
Energisa Sul Sudeste	201.140
Energisa Sergipe	397.998
Energisa Minas Gerais	85.519
Energisa Paraíba	90.378
Energisa Nova Friburgo	62.535
Energisa Borborema	29.838
Total	1.425.361

Garantias:

Para garantia do pagamento das parcelas, as controladas mantêm aplicações financeiras no montante de R\$112.871 (R\$110.617 em 31 de dezembro 2019), registrado na rubrica “Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados” no ativo não circulante, consolidado.

Os contratos de financiamentos em moeda estrangeira possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 35 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no período/exercício:

Moeda/indicadores	31/03/2020	31/12/2019
US\$ x R\$	28,98%	4,02%
TJLP	1,25%	6,17%
SELIC	1,01%	5,96%
CDI	1,01%	5,96%
IPCA	0,53%	4,31%
IGP-M	1,69	7,32%
LIBOR	1,69%	2,33%
UMBNB	0,08%	0,08%
TR	0,00%	0,00%
IPC-FIPE	0,50%	4,38%
Euro	26,40%	2,06%

Os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidado
2021	547.590	1.653.036
2022	69.524	1.843.748
2023	22.857	1.017.303
2024	22.857	134.630
Após 2024	-	2.417.475
Total	662.828	7.066.192

22. Debêntures

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora							
	Saldos em 31/12/2019	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 31/03/2020
Mensuradas ao custo - pós fixado								
CDI	1.230.730	-	-	-	14.368	-	-	1.245.098
IPCA	2.306.799	-	-	(58.448)	75.304	-	-	2.323.655
Gastos com captação	(2.514)	-	-	-	545	-	-	(1.969)
Total ao custo	3.535.015	-	-	(58.448)	90.217	-	-	3.566.784
Circulante	969.384							973.565
Não Circulante	2.565.631							2.593.219

	Consolidado							
	Saldos em 31/12/2019	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 31/03/2020
Mensuradas ao custo - pós fixado								
Pré Fixado	55.507	-	-	-	2.105	-	-	57.612

Pós Fixado								
CDI	4.917.344	721.300	-	(32.212)	64.570	-	-	5.671.002
IPCA	3.736.006	-	-	(85.909)	112.932	-	-	3.763.029
Gastos com captação	(53.566)	-	-	-	4.011	(1.968)	-	(51.523)
Marcação a mercado	283.335	-	-	-	-	-	(125.596)	157.739
Total ao custo	8.938.626	721.300	-	(118.121)	183.618	(1.968)	(125.596)	9.597.859
Circulante	1.167.067							2.144.923
Não Circulante	7.771.559							7.452.936

(*) Emissão de debêntures realizadas pelas controladas no período, conforme segue:

Empresa	Captação	Data	Série	Nº da Emissão	Taxa efetiva de juros
EMT	130.000	15/02/2020	Única	11ª	1,25%
EMS	75.000	22/01/2020	Única	13ª	1,19%
EBO	20.000	15/02/2020	Única	1ª	0,77%
ENF	41.300	15/02/2020	1ª e 2ª	1ª	0,70% e 0,75%
EPB	60.000	15/02/2020	Única	7ª	1,25%
ESE	275.000	15/02/2020	Única	8ª	1,25%
EMG	60.000	15/02/2020	Única	12ª	1,25%
ESS	60.000	15/02/2020	Única	5ª	1,30%
Total	721.300				

	Controladora							
	SalDOS em 31/12/2018	Captação	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Custos apropriados	Marcação a mercado da dívida	SalDOS em 31/12/2019
Mensuradas ao custo - pós fixado								
CDI	1.466.938	-	(233.333)	(101.846)	98.971	-	-	1.230.730
IPCA	1.916.183	500.000	(195.586)	(170.122)	256.324	-	-	2.306.799
Gastos com captação	(4.849)	-	-	-	2.335	-	-	(2.514)
Total ao custo	3.378.272	500.000	(428.919)	(271.968)	357.630	-	-	3.535.015
Circulante	492.103							969.384
Não Circulante	2.886.169							2.565.631

	Consolidado							
	SalDOS em 31/12/2018	Captação (*)	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Custos apropriados	Marcação a mercado da dívida	SalDOS em 31/12/2019
Mensuradas ao custo - pós fixado								
Pré Fixado	51.089	-	-	(3.340)	7.758	-	-	55.507
Pós Fixado								
CDI	4.152.522	1.000.000	(233.333)	(331.404)	329.559	-	-	4.917.344
IPCA	3.277.293	500.000	(195.586)	(221.068)	375.367	-	-	3.736.006
Gastos com captação	(53.439)	-	-	-	16.762	(16.889)	-	(53.566)
Marcação a mercado	99.809	-	-	-	-	-	183.526	283.335
Total ao custo	7.527.274	1.500.000	(428.919)	(555.812)	729.446	(16.889)	183.526	8.938.626
Circulante	526.593							1.167.067
Não Circulante	7.000.681							7.771.559

(*) A Companhia e suas controladas ao longo do ano de 2019 efetuaram emissão de debêntures, conforme segue:

Empresa	Captação	Data	Série	Nº da Emissão	Taxa efetiva de juros
ESA	500.000	15/04/2019	Única	11ª	8,93%

EMT	150.000	10/06/2019	1ª e 2ª	10ª	6,69% e 7,01%
EMS	110.000	10/06/2019	Única	12ª	6,69%
ETO	400.000	10/06/2019	1ª e 2ª	5ª	6,91% e 7,11%
EPB	120.000	10/06/2019	1ª e 2ª	6ª	6,69% e 6,79%
ESE	50.000	10/06/2019	Única	7ª	6,69%
EMG	70.000	10/06/2019	1ª e 2ª	11ª	6,69% e 6,79%
ALSOL	100.000	07/10/2019	Única	1ª	7,16%
Total	1.500.000				

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros
	31/03/2020	31/12/2019						
ENERGISA S/A								
7ª Emissão/1ª Série (**)	207.653	209.218	15/08/15	166.667 / 117.001	IPCA+8,75% a.a.	ago / 20	Final	2,65%
7ª Emissão/2ª Série (**)	207.653	209.218	15/08/15	166.667 / 117.001	IPCA+8,75% a.a.	ago / 21	Final	2,65%
7ª Emissão/3ª Série (**)	207.653	209.218	15/08/15	166.667 / 117.001	IPCA+8,75% a.a.	ago / 22	Final	2,65%
7ª Emissão/4ª Série	207.979	210.312	15/08/15	166.667 / 117.001	IPCA+10,25% a.a.	ago / 20	Final	3,00%
7ª Emissão/5ª Série	207.979	210.312	15/08/15	166.667 / 117.001	IPCA+10,25% a.a.	ago / 21	Final	3,00%
7ª Emissão/6ª Série	207.979	210.312	15/08/15	166.667 / 117.001	IPCA+10,25% a.a.	ago / 22	Final	3,00%
8ª Emissão/1ª Série	228.459	222.106	15/06/17	197.598 / 197.598	IPCA+5,60% a.a.	jun / 22	Final	1,90%
8ª Emissão/2ª Série	205.139	199.407	15/06/17	177.348 / 177.348	IPCA+5,6601% a.a.	jun / 24	Final	1,92%
Debentures 9ª Emissão 1ª Série	69.276	67.526	15/10/17	7.126 / 7.126	IPCA+4,4885% a.a.	out / 22	Final	1,63%
Debentures 9ª Emissão 2ª Série	12.925	12.591	15/10/17	1.328 / 1.328	IPCA+4,7110% a.a.	out / 24	Final	1,69%
Debentures 9ª Emissão 3ª Série	24.094	23.451	15/10/17	2.472 /2.472	IPCA+5,1074% a.a.	out / 27	Final	1,78%
Debentures 9ª Emissão 4ª Série	771.816	763.463	15/10/17	87.074 / 87.074	107,75% CDI	out / 22	Anual após out/20	1,09%
10ª Emissão	473.282	467.266	20/06/18	70.000 / 70.000	CDI+1,10% a.a.	jun / 21	Anual após Jun/19	1,28%
11ª Emissão	536.866	523.130	15/04/19	500.000 / 500.000	IPCA+4,6249% a.a.	abr / 26	Final	1,67%
Custos de captação	(1.969)	(2.515)	-	-	-	-	-	-
Total ENERGISA S A	3.566.784	3.535.015						
ENERGISA SERGIPE								
6ª Emissão	68.558	68.393	15/09/18	65.000 / 65.000	IPCA+5,0797% a.a.	set / 25	Anual após set/23	1,78%
7ª Emissão	50.742	50.143	10/06/19	50.000 / 50.000	CDI + 0,73% a.a.	jun / 24	Final	1,19%
Debentures 8ª Emissão	275.562		15/02/20	275.000 / 275.000	CDI + 0,95% a.a.	fev / 23	Final	1,25%
Custos de captação	(1.128)	(1.194)						
Total ENERGISA SERGIPE	393.734	117.342						
ENERGISA PARAÍBA								
Debentures 4ª Emissão	181.025	184.243	15/02/18	18.000 / 18.000	CDI+1,00% a.a.	fev / 21	Final	1,26%
Debentures 5ª Emissão	142.390	142.048	15/09/18	135.000 / 135.000	IPCA+5,0797% a.a.	set / 25	Anual após set/23	1,78%
Debentures 6ª Emissão 1º Série	73.068	72.204	10/06/19	72.000 / 72.000	CDI + 0,73% a.a.	jun / 24	Final	1,19%
Debentures 6ª Emissão 2º Série	48.725	48.139	10/06/19	48.000 / 48.000	CDI + 0,83% a.a.	jun / 26	Final	1,22%
Debentures 7ª Emissão	60.122	-	15/02/20	60.000 / 60.000	CDI + 0,95% a.a.	fev / 23	Final	1,25%
Custos de captação	(2.586)	(2.822)						
Total ENERGISA PARAÍBA	502.744	443.812						
REDE ENERGIA								
4ª Emissão	57.612	55.507	22/12/09	370.000 / 0	1% a.a.	nov / 35	Final	1,00%
Total REDE ENERGIA	57.612	55.507						
EMS								
Debentures 8ª Emissão	300.524	304.713	15/09/17	30.000 / 30.000	107,50% CDI	set / 22	Anual após set/20	1,09%

Debentures 10ª Emissão	150.845	153.506	15/02/18	15.000 / 15.000	CDI +0,95%	fev / 21	Final	1,25%
Debentures 11ª Emissão	163.485	163.092	15/09/18	155.000 / 155.000	IPCA+5,0797% a.a.	set / 25	Anual após set/23	1,78%
Debentures 12ª Emissão	111.631	110.312	10/06/19	110.000 / 110.000	CDI + 0,73% a.a.	jun / 24	Final	1,19%
Debentures 13ª Emissão	75.621	-	22/01/20	7.500 / 7.500	CDI + 0,70% a.a.	jan / 22	Semestral	1,19%
Custos de captação	(2.195)	(2.844)	-	-	-	-	-	-
Total EMS	799.911	728.779						
EMT								
Debentures 8ª Emissão	472.727	481.259	15/02/18	47.000 / 47.000	CDI+1,10% a.a.	fev / 21	Final	1,28%
Debentures 9ª Emissão	406.076	405.099	15/09/18	385.000 / 385.000	IPCA+5,0797% a.a.	set / 25	Anual após set/23	1,78%
Debentures 10ª Emissão 1ª Série	119.242	117.833	10/06/19	117.500 / 117.500	CDI + 0,73% a.a.	jun / 24	Final	1,19%
Debentures 10ª Emissão 2ª Série	33.014	32.598	10/06/19	32.500 / 32.500	CDI + 1,05% a.a.	jun / 29	Anual após jun/27	1,27%
Debentures 11ª Emissão	130.265	-	15/02/20	130.000 / 130.000	CDI + 0,95% a.a.	fev / 23	Final	1,25%
Custos de captação	(8.076)	(8.742)						
Total EMT	1.153.248	1.028.047						
EMG								
Debentures 10ª Emissão	52.736	52.609	15/09/18	50.000 / 50.000	IPCA+5,0797% a.a.	set / 25	Anual após set/23	1,78%
Debentures 11ª Emissão 1º Série	34.505	34.098	10/06/19	34.000 / 34.000	CDI + 0,73% a.a.	jun / 24	Final	1,19%
Debentures 11ª Emissão 2º Série	36.545	36.104	10/06/19	36.000 / 36.000	CDI + 0,83% a.a.	jun / 26	Final	1,22%
Debentures 12ª Emissão	60.122		15/02/20	60.000 / 60.000	CDI + 0,95% a.a.	fev / 23	Final	1,25%
Custos de captação	(1.190)	(1.257)						
Total ENERGISA MINAS GERAIS	182.718	121.554						
ETO								
Debentures 4ª Emissão	253.139	252.529	15/09/18	240.000 / 240.000	IPCA+5,0797% a.a.	set / 25	Anual após set/23	1,78%
Debentures 5ª Emissão 1ª Série	241.276	238.300	10/06/19	237.596 / 237.596	CDI + 0,95% a.a.	jun / 24	Final	1,25%
Debentures 5ª Emissão 2ª Série	165.019	162.902	10/06/19	162.404 / 162.404	CDI + 1,15% a.a.	jun / 26	Final	1,30%
Custos de captação	(5.363)	(5.669)						
Total ENERGISA TOCANTINS	654.071	648.062						
ESS								
Debentures 4ª Emissão	73.832	73.655	15/09/18	70.000 / 70.000	IPCA+5,0797% a.a.	set / 25	Anual após set/23	1,78%
Debentures 5ª Emissão	60.128		15/02/20	60.000 / 60.000	CDI+1,15% a.a.	fev / 25	Final	1,30%
Custos de captação	(1.286)	(1.362)						
Total ENERGISA SUL SUDESTE	132.674	72.293						
ETE								
Debentures 1ª Emissão 1ª Série	84.235	82.022	15/12/18	75.500 / 75.500	IPCA+4,9238% a.a.	dez / 25	Final	1,74%
Debentures 1ª Emissão 2ª Série	57.565	56.025	15/12/18	51.462 / 51.462	IPCA+5,1410% a.a.	dez / 28	Anual após dez/26	1,79%
Debentures 1ª Emissão 3ª Série	137.358	133.733	15/12/18	123.038 / 123.038	IPCA+4,9761% a.a.	dez / 25	Final	1,75%
Custos de captação	(2.571)	(2.676)						
Total ENERGISA TRANSMISSÃO	276.587	269.104						
ENF								
Debentures 1ª Emissão 1ª Série	15.031	-	15/02/20	15.000 / 15.000	CDI + 0,95% a.a.	fev / 23	Final	0,77%
Debentures 1ª Emissão 2ª Série	26.356	-	15/02/20	26.300 / 26.300	CDI + 1,15% a.a.	fev / 25	Final	0,82%
Custos de captação	(161)	-						
Total ENERGISA NOVA FRIBURGO	41.226	-						
EBO								
Debentures 1ª Emissão	20.041	-	15/02/20	20.000 / 20.000	CDI + 0,95% a.a.	fev / 23	Final	0,77%
Custos de captação	(62)	-						
Total ENERGISA BORBOREMA	19.979	-						
CERON								
Debentures 1ª Emissão 1ª Série (*)	1.581.332	1.559.152	26/11/18	155.000 / 155.000	CDI+1,65% a.a.	nov / 23	Final	1,42%
Custos de captação	(2.685)	(2.868)						
Total ENERGISA RONDÔNIA	1.578.647	1.556.284						
ALSOL								
Debentures 1ª Emissão	102.436	101.109	23/10/19	100.000 / 100.000	CDI+1,20% a.a.	out / 24	Final	1,31%
(-) custos de captação (*)	(351)	(370)						

Total ENERGISA RONDÔNIA	102.085	100.739					
TOTAL	9.491.643	8.708.857					
Custos de captação	(21.900)	(21.247)					
Custos de captação	(29.623)	(32.319)					
Total dos custos de captação	(51.523)	(53.566)					
Marcação à Mercado de Dívida	157.739	283.335					
Total em moeda nacional	9.597.859	8.938.626					
CONSOLIDADO	9.597.859	8.938.626					

(*) Debêntures emitidas com garantias da controladora.

(**) Debêntures simples conjugadas com bônus de subscrição.

No último trimestre do exercício de 2015 a Companhia emitiu três séries de debêntures simples, conjugadas com bônus de subscrição (parte da 7ª Emissão de Debêntures da Energisa), o que corresponde a conversibilidade dessas debêntures em ações da Energisa. Na data de emissão, os somatórios dessas três séries correspondiam a R\$500.001. O valor das debêntures foi contabilizado como dívida, ao mesmo tempo, o IFRS9/CPC48 determina que a opção de conversibilidade seja precificada e contabilizada, o que representou o reconhecimento na despesa financeira até o exercício de 2018 o montante de R\$422.906. No exercício de 2019 foram reconhecidos mais R\$627.823 de perdas com os títulos. No período findo 31 de março de 2020 foram contabilizados ganhos com os títulos de R\$440.494 (perda R\$118.000 em 31 de março de 2019) registrados na demonstração do resultado do período na despesa financeira - Marcação a mercado derivativo, totalizando o saldo do instrumento financeiro em R\$610.235 (R\$1.050.729 em 31 de dezembro de 2019).

O direito do período do bônus de subscrição (a conversibilidade), pelos debenturistas, se daria ao preço da unit (ENGI11) a R\$17,58, enquanto estava negociada a R\$37,85/unit em 31 de março de 2020. Trata-se de uma opção “dentro do dinheiro”, o que reflete elevada probabilidade de conversão. A despeito dessa elevada probabilidade de exercício de direito de conversão, o que restaria a redução da dívida e aumento do Capital Social, mantido o registro da dívida, acrescida do efeito do instrumento financeiro derivativo. Os recursos captados com a emissão foram destinados para os projetos de investimentos em Infraestrutura de Distribuição de Energia Elétrica que compreende a expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.

Condições de covenants:

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais listados abaixo:

Controladora:

- ✓ Endividamento Líquido dividido pelo EBITDA, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinquenta centésimos) com relação às demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (inclusive), 4,25 (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos) com relação às informações financeiras/demonstrações financeiras relativas aos períodos/exercício a findar-se entre em 31 de março de 2020 a 31 de dezembro de 2020 (inclusive), passando para 4,0 (quatro inteiros) com relação às informações financeiras/demonstrações financeiras relativas aos períodos/exercícios a findar-se a partir de 31 de março de 2021 (inclusive) até a respectiva data de vencimento dos contratos.
- ✓ EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro, sendo maior ou igual a 2,5 (dois inteiros e cinquenta centésimos) até a respectiva data de vencimento dos contratos.

Controladas:

- ✓ Endividamento Líquido dividido pelo EBITDA, sendo menor ou igual a 4,25 (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos) com relação às demonstrações financeiras relativas aos períodos encerrados entre 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2020 (inclusive), passando para 4,0 (quatro inteiros) com relação às demonstrações financeiras relativas aos períodos encerrados a partir de 31 de março de 2021 (inclusive) até a respectiva data de vencimento dos contratos.
- ✓ EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro, sendo maior ou igual a 2,5 (dois inteiros e cinquenta centésimos) até a respectiva data de vencimento dos contratos

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de março de 2020, as exigências contratuais foram cumpridas.

Vencimentos

Em 31 de março de 2020, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

Ano	Controladora	Consolidado
2021	895.994	1.394.370
2022	949.578	1.592.550
2023	-	1.439.227
2024	209.024	1.357.372
Após 2024	538.623	1.669.417
Total	2.593.219	7.452.936

23. Arrendamentos operacionais

A Companhia e suas controladas atuam como arrendatárias em contratos referentes imóveis não residenciais para a instalação de agências de atendimentos a clientes, estabelecimentos para desenvolver suas atividades comerciais e centros de distribuição. Os arrendamentos referentes aos terrenos são referentes a controlada Alsol que contrata para construção dos projetos de usinas fotovoltaicas.

Em 18 de dezembro de 2019, a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") emitiu o ofício circular CVM/SNC/SEP/nº 02/2019.

A Companhia e suas controladas, em conformidade com o CPC 06 (R2) e em sua avaliação quanto ao ofício emitido, concluiu que: (i) as políticas contábeis acerca do tratamento contábil de contratos de arrendamentos estão em consonância àquilo que é requerido pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16, a taxa incremental de empréstimos - IBR é determinada com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Companhia e suas controladas, os fluxos projetados não consideram efeitos inflacionários, conforme orientado pelos pronunciamentos em questão; e (ii) a Companhia e suas controladas não apresentam obrigações de arrendamentos líquidos de PIS e COFINS, adicionalmente, os créditos de PIS e COFINS oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica.

Em atendimento ao ofício, o quadro a seguir proporciona os inputs mínimos necessários para que os efeitos inflacionários sejam adicionados à informação divulgada.

Os reflexos oriundos da adoção da nova norma CPC 06 (R2) são como segue:

Controladora						
	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a (%)	Saldo em 31/12/2019	Amortização	Juros	Saldo em 31/03/2020
Arrendamentos operacionais - imóveis	6	8,89	719	(35)	6	690
Total			719			690
Circulante			112			183
Não circulante			607			507

Consolidado							
	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a (%)	Saldos em 31/12/2019	Adição	Amortização	Juros	Saldos em 31/03/2020
Arrendamentos	4,57	8,89	48.208	20	(3.329)	506	45.405
Arrendamentos operacionais - terrenos	25	8,89	4.260	-	(15)	172	4.417
Total			52.468	20	(3.344)	678	49.822
Circulante			22.407				25.663
Não circulante			30.061				24.159

No período findo em 31 de março de 2020, os valores de arrendamento operacional, classificados no passivo não circulante, têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora 31/03/2020	Consolidado 31/03/2020
2021	61	7.849
2022	57	3.514
2023	55	2.987
2024	55	1.592
Após 2024	279	8.217
Total	507	24.159

24. Impostos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Imposto s/Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (a)	1	-	824.873	694.669
Encargos Sociais	3.182	3.194	52.991	56.046
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	-	44.402	41.273
Contribuição Social s/ o Lucro - CSSL	-	-	28.753	29.635
Contribuições ao PIS e a COFINS	1.385	2.623	206.768	203.439
Pis e Cofins- sobre atualização efeitos da redução do ICMS na base de cálculo	-	-	7.015	6.752
Imposto Sobre Serviços - ISS	1.079	1.186	20.177	24.011
Imposto s/ Operações Financeiras - IOF	823	4.711	7.734	7.017
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	684	1.268	14.659	17.416
Contribuição Previdenciária s/ Receita Bruta - CPRB	-	-	695	1.109
Outros	458	603	28.733	31.579
Total	7.612	13.585	1.236.800	1.112.946
Circulante	6.927	13.021	722.845	640.023
Não Circulante	685	564	513.955	472.923

- a. ICMS - A controlada indireta ESS, possui liminar suspendendo a cobrança do ICMS sobre os valores faturados com subvenção do “baixa renda” no montante de R\$35.055 (R\$34.486 em 31 de dezembro de 2019), com depósito judicial, enquanto as controladas EMT, ESS, ETO, EMS, EPB, ESE, EBO, EMG e ENF possuem R\$400.165 (R\$372.803 em 31 de dezembro de 2019), referente ao ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição e transmissão aos consumidores livres e ICMS sobre a demanda de energia, que se encontram suspenso por liminares dos consumidores (vide nota explicativa nº 6, item nº 6). Todos os valores citados encontram-se demonstrados no passivo não circulante.

• Programa de Parcelamento - Refis estadual - Energisa Acre

Em 28/06/2019 e 21/12/2018, a controlada direta EAC aderiu ao plano de parcelamento de débitos fiscais do ICMS, publicado pela Secretaria de Estado da Fazenda do Acre, autorizado pela Lei nº 3.479 de 24 de maio de 2018 e pelo convênio ICMS 79/18, onde optou para pagamento à vista de débitos fiscais no montante de R\$71.339 e R\$102.044, em 06/2019 e 12/2018 respectivamente, conforme segue:

Descrição	31/12/2019
ICMS - Valor principal	55.817
Multas e juros	105.118
Redução de juros e multas	(89.596)
Pagamento à vista de créditos fiscais	(71.339)
	-

Em 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$55.817 do valor principal de ICMS foi registrado pela controlada EAC na rubrica de outras contas a receber no ativo não circulante, por se tratar de créditos de ICMS recuperar, incidentes sobre as aquisições de óleo diesel consumidos durante o processo de geração de energia elétrica nos sistemas isolados no interior do Estado do Acre a serem ressarcidos junto a CCC.

As multas e juros no montante de R\$105.118 em 31 dezembro de 2019, foram contabilizadas em outras despesas financeiras no resultado do exercício no consolidado, deduzidas da redução de R\$89.596.

A controlada possuía em junho de 2019 provisão de contingências fiscais de R\$46.380 que em razão dos pagamentos realizados, foram revertidas no resultado operacional do exercício, no consolidado, na rubrica de provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios no montante de R\$14.973 e, R\$31.407 em outras despesas financeiras, reduzindo o impacto dos juros e multas. O efeito líquido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no consolidado foi de R\$27.658, líquido de Pis e Cofins.

25.Parcelamento de impostos - consolidado

A controlada ESS possui parcelamentos ordinários e de dívida ativa junto a Secretaria da Fazenda Estadual de São Paulo no montante R\$47.354 (R\$50.517 em 31 de dezembro de 2019). Os parcelamentos federais são corrigidos pela variação da Taxa Selic e os estaduais através dos índices próprios de cada Estado, são como segue.

A controlada Denerge, possui resíduo de parcelamento ordinário de débitos junto a Receita Federal do Brasil no montante de R\$999 em 60 parcelas mensais, corrigidas pela variação da Taxa Selic. No período foram efetuados pagamentos de R\$748 (R\$550 até 31 de dezembro de 2019). Em 31 de março de 2020, o saldo do parcelamento é de R\$256 (R\$449 em 31 de dezembro de 2019) e o número de parcelas a serem quitadas são 18 (21 em 31 de dezembro de 2019).

A controlada ERO, em março de 2020, parcelou débitos de ICMS junto ao Estado de Rondônia de processos tributários de créditos de faturas canceladas, no montante de R\$44.914, a ser pago em 60 parcelas mensais corrigidos pela Unidade Padrão Fiscal-UPF/RO. Em 31 de março de 2020 o saldo é de R\$44.166. Os valores foram reconhecidos na demonstração do resultado do período, no consolidado nas rubricas de dedução da receita operacional - ICMS de R\$2.784 e em outras despesas financeiras de R\$42.130 pelo valor de juros, multas e atualizações monetárias. Adicionalmente foram revertidos provisões de contingências fiscais de R\$16.899.

	Controladas			Consolidado	
	ERO	ESS	DENERGE	31/03/2020	31/12/2019
ICMS	44.166	47.354	-	91.520	50.517
COFINS/PIS - PRT	-	-	256	256	450
Total	44.166	47.354	256	91.776	50.967
Circulante	8.983	17.313	49	26.345	17.555
Não Circulante	35.183	30.041	207	65.431	33.412

	Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019
ICMS, COFINS/PIS-PRT e INSS RETIDO NA FONTE		
Principal	31.139	22.351
Multa	5.953	24.640
Juros	54.684	3.976
Total	91.776	50.967
Circulante	26.345	17.555
Não Circulante	65.431	33.412

Os saldos consolidados dos impostos parcelados estão assim programados:

	Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019
2020	-	17.555
2021	22.208	15.598
2022	27.263	-
Após 2022	42.305	17.814
Total	91.776	50.967
Circulante	26.345	17.555
Não Circulante	65.431	33.412

26. Encargos setoriais - consolidado

	31/03/2020	31/12/2019
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE ⁽¹⁾	3.438	3.456
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico-FNDCT	5.173	5.421
Ministério de Minas e Energia - MME	2.567	2.691
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica-PROCEL	35.431	31.527
Pesquisa e Desenvolvimento-P&D ⁽²⁾	194.171	185.461
Programa de Eficiência Energética-PEE ⁽²⁾	252.711	256.609
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	1.480	1.479
Total	494.971	486.644
Circulante	254.662	245.903
Não circulante	240.309	240.741

⁽¹⁾ A partir de setembro de 2019, a quota da CDE Energia (Conta- ACR), segue a Resolução Homologatória Aneel nº 2.521, de 20 de março de 2019 e Despacho 871/2019 da mesma data.

⁽²⁾ Os encargos setoriais correspondem a 1% da receita operacional líquida e visam financiar e a combater o desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de ordem de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa, enquanto a realização das obrigações por aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

27. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, trabalhista, fiscal e regulatória.

Perdas prováveis:

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa a do período. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer.

A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o período de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Segue demonstrativo das movimentações das provisões:

	Trabalhistas
--	--------------

Controladora	31/03/2020	31/12/2019
Saldos iniciais - não circulante -31/12/2019 e 31/12/2018	3.164	1.286
Constituições de provisões	2.484	2.668
Reversões de provisões	(2.275)	(382)
Pagamentos realizados	(2.470)	(451)
Atualização monetária	20	43
Saldos finais - não circulante -31/03/2020 e 31/12/2019	923	3.164
Depósitos e cauções vinculados (*)	(1.037)	(360)

(*) A Companhia possui depósitos e cauções vinculados registrados no ativo não circulante, no montante de R\$1.089 (R\$382 em 31 de dezembro de 2019). Deste total, R\$52 (R\$22 em 31 de dezembro de 2019) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de perda ser possível ou remoto.

Consolidado	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	31/03/2020	31/12/2019
Saldos iniciais - não circulante -31/12/2019 e 31/12/2018	218.481	615.106	1.229.870	106.268	2.169.725	2.393.125
Saldo de Combinação de negócios	-	-	-	-	-	2.177
Constituições de provisões	27.410	73.726	178.939	-	280.075	606.609
Reversões de provisões	(19.265)	(45.552)	(211.962)	(3.886)	(280.665)	(625.894)
Pagamentos realizados	(13.891)	(29.721)	-	-	(43.612)	(216.812)
Atualização monetária	1.728	3.796	14.254	1.137	20.915	10.520
Saldos finais - não circulante -31/03/2020 e 31/12/2019	214.463	617.355	1.211.101	103.519	2.146.438	2.169.725
Depósitos e cauções vinculados (*)					(62.204)	(93.772))

(*) As controladas diretas e indiretas possuem depósitos e cauções vinculados registrados no ativo não circulante, no montante de R\$585.540 (R\$576.694 em 31 de dezembro de 2019). Deste total, na controlada indireta ESS R\$39.855 (R\$38.407 em 31 de dezembro de 2019), correspondem aos depósitos ao ICMS incidentes sobre a subvenção econômica do baixa renda que encontra-se em discussões judiciais, com contrapartida reconhecida na rubrica de impostos e contribuições sociais R\$483.481 (R\$444.515 em 31 de dezembro de 2019) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de perda ser possível ou remoto.

• Trabalhistas

A maioria das ações tem por objeto discussões sobre: (i) Acidentes de trabalho; (ii) Horas extras e reflexos; (iii) Sobreaviso e reflexos; (iv) Equiparação salarial e reflexos; (v) Adicional de gratificação para dirigir veículos; (vi) FGTS (40% sobre o expurgo inflacionário); (vii) adicional de periculosidade. Foram provisionadas as contingências representadas pelas citadas ações judiciais trabalhistas com chances prováveis de perda pela Companhia e controladas, conforme avaliação de seus advogados. De maneira geral, estima-se em cerca de 3 a 5 anos, em média, o prazo para que as referidas ações com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o efetivo desembolso dos valores provisionados, na hipótese de a Companhia ser vencidas nas ações.

• Cíveis

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, tais como (i) corte indevido de energia elétrica; (ii) inscrição indevida (SPC/Serasa); (iii) cancelamento/Revisão de fatura de irregularidade de consumo; (iv) cancelamento/Revisão de fatura de consumo normal; (v) ressarcimento de danos elétricos; (vi) ligação ou troca de titularidade de UC; (vii) programa luz no campo/programa luz para todos; (viii) incorporação/ indenização por construção de rede particular de energia elétrica; (ix) acidentes com terceiros; e (x) indenizações.

Existem ainda ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos às controladas resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída provisão pelo valor da tarifa majorada.

• Fiscais

Referem-se às discussões relacionadas a COFINS, INSS, PIS, ISS, ICMS, IRPJ e CSLL. Os processos se encontram com a exigibilidade de seus créditos suspensa, quer seja por estarem em trâmite, os processos administrativos, quer seja porque se encontram devidamente garantidas às execuções fiscais em andamento.

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas estão sujeitas a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas, que advêm do curso normal das atividades de negócios.

O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

- **Regulatórias**

As controladas EMT, EMS, ETO, ESS, ERO e EAC possuem processos juntos à ANEEL, referente descumprimento de preceito regulatório.

Perdas possíveis

A Companhia e suas controladas possuem processos das naturezas trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias em andamento cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue demonstrativo das movimentações:

Controladora	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	31/03/2020	31/12/2019
Saldos iniciais -31/12/2019 e 31/12/2018	1.127	44.192	77.531	122.850	151.708
Novos processos	59	-	-	59	18.044
Mudança de prognóstico e valor do pedido	-	-	-	-	(53.221)
Encerramento	-	-	-	-	(101)
Atualização monetária	10	399	682	1.091	6.420
Saldos finais 31/03/2020 e 31/12/2019	1.196	44.591	78.213	124.000	122.850

Consolidado	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	31/03/2020	31/12/2019
Saldos iniciais -31/12/2019 e 31/12/2018	224.211	2.379.253	2.943.398	32.302	5.579.164	7.763.205
Saldo de combinação de negócios	-	-	-	-	-	586
Novos processos	20.972	98.659	6.998	-	126.629	743.820
Mudança de prognóstico e valor pedido	8.511	(18.562)	(477.355)	-	(487.406)	(2.065.006)
Encerramento	(7.769)	(33.145)	(100.681)	-	(141.595)	(1.175.317)
Atualização monetária	2.001	21.314	27.301	283	50.899	311.876
Saldos finais 31/03/2020 e 31/12/2019	247.926	2.447.519	2.399.661	32.585	5.127.691	5.579.164

Seguem os comentários de nossos consultores jurídicos referente as ações consideradas com riscos possíveis.

- **Trabalhistas**

Ações judiciais de natureza trabalhistas referem-se aos seguintes objetos: discussões de empregados que requerem recebimento de horas extras, adicional de periculosidade, sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pelas controladas, reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias, bem como a cobrança de contribuição sindical, sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, concursos públicos, plano de incentivo ao desligamento, transposição ao quadro federal.

- **Cíveis**

As ações judiciais de natureza cível têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia.

Controladora

Em 25 de abril de 2016, a Companhia e sua controlada Energisa Soluções (“Requeridas”) foram comunicadas sobre o requerimento de instauração de arbitragem em curso perante o Centro de Mediação e Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil Canadá, formulado pela São João Energética (“Requerente”).

O pedido formulado pela Requerente tem por base a suposta violação do contrato de compra e venda de ações e/ou quotas, assinado em 19 de novembro de 2014, mediante o qual as Requeridas pactuaram a venda à Requerente de três fundos de investimentos, contratualmente denominados FIP Eólicas, FIP Biomassa e FIP PCH.

Em 21 de agosto de 2019, o tribunal arbitral, por unanimidade, julgou improcedentes todos os pedidos apresentados pela Requerente e a condenou a pagar às Requeridas o reembolso dos custos e despesas incorridas com a defesa na arbitragem ("Sentença Arbitral"). A Administração avaliou as melhores estimativas possíveis e concluiu como sendo o provável o êxito da controladora e da controlada Energisa Soluções S/A, tendo sido obtido a vitória na sentença arbitral final.

Em 23 de outubro de 2019, a Sentença Arbitral foi mantida por seus próprios fundamentos após o indeferimento, por unanimidade, do pedido de esclarecimentos da Requerente, tendo o tribunal arbitral declarado encerrada a sua jurisdição com a prolação da decisão sobre o pedido de esclarecimentos da Requerente.

Principais processos:

Controladas

. Principais processos:

EPB

. Ação 0002664-83.2015.815.0131 com valor envolvido de R\$55.376 (R\$54.881 em 31 de dezembro de 2019), processo onde se discute questões relacionadas a rescisão contratual (ação anulatória proposta pela Cooperativa de Eletrificação Rural). O autor questiona a transferência da rede de eletrificação realizada entre a Cervap e a Energisa, requerendo a nulidade da escritura pública de transação entre as empresas e de todos os atos decorrente da mesma.

EMS

. Ação cível coletiva 00651268720144013800, no montante de R\$176.546 (R\$174.968 em 31 de dezembro de 2019), por meio da qual a Associação de Defesa dos Consumidores de Energia, objetivando a devolução em dobro de valores supostamente cobrados de forma indevida. O impacto no caso de perda do processo é eventual recálculo das tarifas praticadas, implicando na alteração das bases contratuais do contrato de concessão e toda metodologia de fixação das tarifas elaboradas pelo Poder Concedente.

. Ação cível pública 00081923720034036000, no montante de R\$65.467 (R\$64.881 em 31 de dezembro de 2019), por meio da qual o Ministério Público Federal, pleiteia a anulação da Resolução ANEEL nº167, que fixou o índice de reposicionamento tarifário Companhia, para em seu lugar, fixar outro índice que não o IGPM.

EMT

. Ação 1004068-45.2018.4.01.3600 no montante de R\$315.582 (R\$312.760 em 31 de dezembro de 2019) relacionada ação de cobrança envolvendo indenização pela passagem. Autor requer declaração de legalidade e exigibilidade da cobrança de contraprestação pelo uso das faixas de domínio da rodovia concedida à CRO, com a condenação da EMT ao pagamento das parcelas vencidas e vincendas em razão do referido uso, bem como a assinar os contratos pendentes e a apresentar o projeto executivo da área de ocupação.

. Ação de indenização 17436-75.2014.811.0041, no montante de R\$73.039 (R\$72.386 em 31 de dezembro de 2019), ajuizada por Conel Construções Elétricas Ltda, objetivando o ressarcimento por danos materiais e morais, fundamentada em suposta rescisão imotivada pela ré do contrato de prestação de serviços.

. Ação de indenização 54570-73.2013.811.0041, no montante de R\$41.391 (R\$41.021 em 31 de dezembro de 2019), objetivando o ressarcimento de valores em razão de onerosidade excessiva dos contratos de prestação de serviço e de descumprimento de obrigações previstas nos contratos.

. Ação de indenização 13549-66.2015.811.0003 no montante de R\$35.749 (R\$35.429 em 31 de dezembro de 2019), onde se discute matéria relacionada a danos morais e materiais.

ETO

. Processo 0007336-94.2008.4.01.3400 com valor envolvido de R\$34.816 (R\$34.505 em 31 de dezembro de 2019) onde se discute questões contratuais envolvendo reintegração/desapropriação de área para construção de linhas de distribuição de alta tensão e subestações.

ERO

. Ação de indenização 0013664-30.2015.401.4100 no montante de R\$473.560 (R\$469.326 em 31 de dezembro de 2019) objetivando o ressarcimento de valores em razão de onerosidade excessiva dos contratos de prestação de serviço e de descumprimento de obrigações previstas nos contratos.

. Ação de indenização 7040117-63.2016.8.22.0001 no montante de R\$110.525 (R\$109.537 em 31 de dezembro de 2019) ajuizada pela Petrobrás Distribuidora S.A. objetivando a ação de cobrança pelo fornecimento de óleo diesel. A redução no valor pedido foi realizada tendo como base reavaliação de risco, que prevê apenas discussão sobre honorários de sucumbência.

. Ação Civil Pública 0011930-44.2015.401.41000 no montante de R\$51.936 (R\$51.472 em 31 de dezembro de 2019) ajuizada pela Ordem dos advogados do Brasil, objetivando discutir questões relacionadas a falta de energia.

. Ação Ordinária 0008746-40.2015.822.0001 no montante de R\$50.474 (R\$50.122 em 31 de dezembro de 2019) ajuizada pela Ordem dos advogados do Brasil, objetivando discutir questões relacionadas a falta de energia.

Rede Energia

. Ação de execução por quantia certa 01415375820128260100 com montante envolvido de R\$37.982 (R\$37.462 em 31 de dezembro de 2019), para a cobrança dos supostos créditos consubstanciados em Cédulas de Crédito Bancário, emitidas pelas Centrais Elétricas do Pará - CELPA. Na hipótese da CELPA vir a ser condenada, esse débito poderá ter de se sujeitar ao Plano de Recuperação Judicial.

• Fiscais

As ações de natureza fiscais e tributárias referem-se basicamente a discussões sobre: (i) PIS e COFINS incidentes sobre as faturas de energia elétrica; (ii) ICMS incidente sobre a demanda de energia; (iii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iv) diferencial de alíquota; e (v) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro; (vi) cobrança de ISS sobre prestação de serviços oriundos da concessão; (vii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS de equipamentos para prestação dos serviços de distribuição e transmissão de energia alocados no ativo permanente da empresa, (viii) crédito de ICMS, (ix) escrituração de documento fiscal, (x) multa não escrituração CIAP, (xi) ICMS em razão da glosa de créditos nas operações de aquisição de óleo diesel para industrialização por encomenda.

Principais processos:

Controladora

. Auto de infração 18471.000772.2008-26, no montante de R\$61.187 (R\$60.555 em 31 de dezembro de 2019), objetivando a cobrança de IOF no período de 2003 a 2005, sobre adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC em favor da controlada Energisa SE.

Controladas:

ETO

. Processo 5003614-42.2012.827.2729 - cobrança de débito tributário apurado por meio do auto de infração relativo a ICMS incidente sobre operações de compra de bens destinados ao ativo imobilizado da empresa no montante envolvido de R\$156.896 (R\$155.276 em 31 de dezembro de 2019). A redução no valor pedido está associada ao pagamento do valor envolvido no risco declarado. Questões relacionadas ao mérito estão sendo discutidas na ação anulatória nº 0013057-97.2015.8.27.2729, proposta pela Companhia previamente à cobrança do Estado.

ESE

. Auto de infração 10.510.724763/2011-12 com montante envolvido de R\$194.037 (R\$192.033 em 31 de dezembro de 2019), pelo qual a Receita Federal sustenta a suposta falta de adição na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social, de despesas consideradas indedutíveis relativas à amortização do ágio referente à privatização da Companhia, bem como a suposta compensação indevida de prejuízos fiscais e da base de cálculo da contribuição social.

. Auto de Infração 0801303-84.2019.4.05.8500, com montante envolvido de R\$78.608 (R\$77.797 em 31 de dezembro de 2019), onde se discute a base de cálculo IRPJ/CSLL envolvendo valor da receita oriunda de recomposição tarifária extraordinária-RTE, teve em dezembro de 2019 o valor pedido alterado, baseado em parecer de risco emitido pelos juristas contratados, recebido em agosto de 2019.

. Auto de Infração 20194243 com montante envolvido de R\$35.125 (R\$34.763 em 31 de dezembro de 2019), no qual o Estado de Sergipe sustenta a suposta falta de recolhimento de ICMS incidente sobre operações de venda de energia elétrica aos órgãos da administração pública direta e suas fundações e autarquias, recebido em agosto de 2019.

EMS

. Auto de infração 10140720806201057, com montante envolvido de R\$55.152 (R\$51.613 em 31 de dezembro de 2019), lavrado pela Receita Federal para cobrança de créditos tributários de PIS e COFINS, das competências de dezembro de 2007 a fevereiro de 2008, decorrentes da glosa de créditos apropriados no regime não cumulativo sobre os valores que seriam restituídos aos consumidores por força de determinação da ANEEL.

EMT

. Processos 5044000/2015, 1189910010000012009-19, 5069184/2013, 167410016000122008-11, 5028005/2011, envolvendo ICMS incidente sobre demanda de energia ("ICMS Demanda") no montante de R\$640.260 (R\$633.648 em 31 de dezembro de 2019), para o qual a Companhia não constituiu provisão, com base na avaliação de seus consultores jurídicos. Os processos referentes a ICMS Demanda, decorrem de autuação em virtude de falta de arrecadação e recolhimento do tributo, decorrente do cumprimento de decisões judiciais que suspendem a exigência do imposto.

. Destaca-se também os processos 1000985-84.2016.811.0041, 1189910010000092010-19, 122752000142016115, 1035343/630/96/2014, 5205023/2012 e 5095376/2016, referentes à tomada de crédito do diferencial de alíquota de ICMS, nas operações de aquisição de bens destinados ao ativo permanente no valor total de R\$237.020 (R\$234.575 em 31 de dezembro de 2019), dentre os quais vale destacar: (i) execução fiscal 1000985-84.2016.811.0041 no valor de R\$77.803 (R\$76.999 em 31 de dezembro de 2019); em divergência com preceitos constitucionais e com a Lei Complementar nº 87/96, a Lei Estadual nº 7.098/98 do Estado de Mato Grosso veda em seu art. 25, §6º, a tomada deste crédito; o tema é objeto da ADI nº 4.623/MT, em trâmite perante o STF, já com parecer favorável da Advocacia Geral da União e (ii) auto de infração 011178550.20128130699 lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de Mato Grosso, com cobrança de ICMS relativo ao período de janeiro de 2010 a janeiro de 2012, sob o fundamento de que a Companhia supostamente teria se apropriado indevidamente de crédito fiscal relativo ao diferencial de alíquota pelas aquisições de bens destinados ao ativo permanente, que após apresentação de manifestação - teve a autuação transferida para o processo 5205023/2012, no valor de R\$81.780 (R\$80.936 em 31 de dezembro de 2019).

. Processo 0010774-95.2017.4.01.3600, no montante de R\$128.792 (R\$127.462 em 31 de dezembro de 2019), envolvendo discussão sobre execução fiscal proposta pela União Federal, em razão da exclusão da empresa no parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09 com a respectiva perda dos benefícios concedidos.

. Processo administrativo nº 14094.720008/2018-36 no montante de R\$75.025 (R\$74.250 em 31 de dezembro de 2019) relacionado a não homologação das alterações realizadas nas DCTF do período de 2014 a 2016.

ERO

. Auto de Infração 2016-2700100711 (CDA20160600058378) com valor envolvido de R\$137.611 em 31 de dezembro de 2019 onde se discute questões relacionadas a Apropriação indébita de créditos fiscais de aquisição de óleo. Em março de 2020 este processo teve o prognóstico alterado de possível para provável, com intuito de espelhar a materialização da provisão pelo avanço da negociação com o estado sobre a questão do passivo fiscal.

. Auto de Infração 201922700100392, com valor envolvido de R\$133.203 (R\$132.210 em 31 de dezembro de 2019) onde se discute questões relacionadas a ICMS (Glossa de Crédito Óleo Diesel 2014), recebido em dezembro de 2019.

. Auto de Infração 2009.31.00100058 (CDA nº 20180200007119) com valor envolvido de R\$96.426 em 31 de dezembro de 2019 onde se discute questões relacionadas a estorno do crédito do óleo diesel 2005. Em março de 2020 este processo teve o prognóstico alterado de possível para provável, com intuito de espelhar a materialização da provisão pelo avanço da negociação com o estado sobre a questão do passivo fiscal.

Auto de Infração 20162700100692 (CDA nº 20161700242462) com valor envolvido de R\$95.544 em 31 de dezembro de 2019 onde se discute questões relacionadas a falta de Escrituração no Livro de Ent. Fiscal Dig. EFD/SPED os doc. fiscais relacionados 2011. Em março de 2020 este processo teve o prognóstico alterado de possível para provável, com intuito de espelhar a materialização da provisão pelo avanço da negociação com o estado sobre a questão do passivo fiscal.

. Auto de Infração 20192700100393, com valor envolvido de R\$30.963 (R\$30.732 em 31 de dezembro de 2019) onde se discute questões relacionadas a Glosa de ICMS suposto erro na escrituração contábil, recebido em dezembro de 2019.

EAC

. Processo administrativo 46.743/2018, referente ao Auto de Infração nº 11.314/2018, no montante de R\$53.164 em 31 de dezembro de 2019, onde se discute questões relacionadas à cobrança de diferença de base de cálculo, diferencial de alíquota, livro CIAP e estorno de crédito de óleo diesel. Aos 28/06/2019 ocorreu adesão ao REFIS Estadual de parte do auto de infração, onde foi reconhecido pela empresa o valor de débito parcial referente somente ao objeto de óleo diesel. O processo foi arquivado devido a inclusão no Refis, em fevereiro de 2020.

. Auto de Infração 2019/81/33314 (AI 12.097) lavrado pelo Estado do Acre, no montante de R\$34.697 (R\$34.469 em 31 de dezembro de 2019) que formaliza lançamento de crédito tributário de ICMS por “recolhimento a menor de ICMS em relação ao exercício de 2015 decorrente de apropriação indevida de créditos fiscais, diferença na base de cálculo das operações de venda de energia elétrica e recolhimentos mensais inferiores ao realmente devido pelo contribuinte”. De acordo com a fiscalização, a Contribuinte incorreu nas seguintes ocorrências: (i) estornos de créditos de ICMS do Óleo Diesel; (ii) parcela isenta (inc. I do art. 35 da LCE 55/1997); (iii) perda de energia (inc. IV do art. 35 da LCE 55/1997); (iv) valor de venda inferior ao custo de aquisição (inc. V do art. 35 da LCE 55/1997); (v) valor referente a provisão (débito) e compensação (crédito) do diferencial de alíquota; (vi) não homologação da totalidade dos cancelamentos conforme ocorrências verificadas e previstas no inc. VIII da Cláusula Primeira do Conv. ICMS 30/2004, pela verificação de créditos prescritos (§1º do art. 33 da LCE 5/1997), situações que impem a manutenção de tais créditos fiscais na escrituração do contribuinte; (vii) diferenças na base de cálculo em relação a energia elétrica efetivamente vendida ao consumidor final; e (viii) diferença de ICMS a recolher para o exercício de 2015. Empresa apresentou impugnação em 20 de setembro de 2019.

Regulatórias

Processos de contingências regulatórias junto à ANEEL, referente a suposto descumprimento de preceito regulatório.

28. Taxas regulamentares - consolidado

Movimentação	31/12/2019
Saldo inicial -31/12/2019 e 31/12/2018	39.494
Juros	(1.212)
Amortização no exercício	(38.282)
Saldo Final -31/12/2019 - circulante	-

Refere-se a Quota Reserva Global de Reversão - RGR e a Quota - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.

Os valores das taxas regulamentares foram integralmente parcelados, em 01 de julho de 2014, junto à Eletrobrás pelas controladas indiretas EMT e ETO. Pagamentos finalizados no exercício de 2019.

29. Incorporação de redes - consolidado

Com a finalidade de viabilizar o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras, o solicitante, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pelas controladas EMT, EMS, ETO, ESS e ERO até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadram aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

O prazo de universalização de energia elétrica da controlada EMT, em áreas rurais no Mato Grosso, foi prorrogado para 2020. A revisão do cronograma foi aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Sobre os saldos das incorporações de redes particulares incidem encargos calculados pela variação do IGPM, acrescido de 0,5% a 1% ao mês de juros.

Segue as movimentações ocorridas no período/exercício:

Descrição	31/03/2020	31/12/2019
Saldo em 31/12/2019 e 31/12/2018	198.522	260.145
Adição no período/exercício	13.687	13.445
Atualização monetária e juros	10.337	27.473
Pagamentos/Baixas	(15.715)	(102.541)
Saldo em 31/03/2020 e 31/12/2019	206.831	198.522
Circulante	58.598	48.239
Não circulante	148.233	150.283

30. Outros passivos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Participações Empregados	12.832	12.832	78.728	78.728
Salários a pagar	6.051	5.907	41.339	39.718
Banco Daycoval Rede Energia RJ	50.693	50.693	50.693	50.693
Outros Benefícios a empregados	3.433	3.198	34.134	34.538
Provisão fundo de pensão (HSBC)	2.000	2.000	4.000	4.000
Prêmio de seguros	13	62	2.291	6.998
Adiantamentos de clientes	4.733	4.733	152.097	149.136
Retenção de caução contratual empreiteiras	314	314	41.638	40.774
Parcelamentos de multas regulatórias	-	-	154	1.684
Valores e encargos a recuperar tarifa - TUSD	-	-	12.201	12.201
Taxa fiscalização ANELL - contribuição mensal	-	-	1.259	1.248
Encargos emergenciais (ECE e EAE)	-	-	18.648	18.649
Reembolso Eletrobrás - aquisição de combinação de negócios (1)	163.604	163.604	163.604	163.604
Ressarcimento EPB - Salto Paraíso (2)	-	-	44.187	40.711
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins (3)	-	-	688.801	658.796
Outras contas a pagar (4)	2.426	2.255	269.720	263.640
Total	246.099	245.598	1.603.494	1.565.118
Circulante	77.250	76.739	458.961	454.613
Não Circulante	168.849	168.859	1.144.533	1.110.505

(1) Refere-se a parcela a ser ressarcida a Eletrobrás por conta das aquisições do controle acionário das controladas Energisa Rondônia e Energia Acre. Nota explicativa nº 16.

(2) Refere-se à incorporação da conexão das usinas na SE Salto Paraíso com ressarcimento a ser pago pela companhia a EBP (Enel Brasil Participações) por meio de compensação com crédito decorrente do contrato de uso do sistema de distribuição ("CUSD").

(3) Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins - consolidado.

Efeitos do trânsito em julgado das ações que reivindicam a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS:

Em março de 2017 o STF decidiu em repercussão geral (tema 69) e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. Contudo, a União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e alguns a definição do valor do ICMS que será excluído da base de cálculo das contribuições.

Em maio, junho e julho de 2019 transitaram em julgado no Tribunal Regional Federal da 5ª Região decisões favoráveis nos processos das subsidiárias EPB, EBO e ETO, respectivamente. Os demais processos nos quais discutimos a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS estão em andamento.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e baseando na melhor estimativa da Administração, a EPB, EBO e ETO constituíram ativo de PIS e de COFINS a recuperar no ativo não circulante de R\$696.049 (R\$665.780 em 31 de dezembro de 2019) e passivo não circulante de R\$688.801 (R\$658.796 em 31 de dezembro de 2019), líquido de honorários devidos aos advogados e de tributos. A constituição do passivo decorre do entendimento que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais das contribuições deverão ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pelas controladas e será efetuado conforme normas da Receita Federal do Brasil e regulatórias, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Eventual mudança, ou limitação, do entendimento do STF, decorrente do julgamento dos embargos de declaração pelo STF, refletirá nos valores de ativo e passivo constituídos.

O resumo dos impactos são como segue:

	Consolidado			
	31/03/2020		31/12/2019	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Tributos a recuperar Pis e Cofins - Efeitos da redução do ICMS	696.049	-	665.780	-
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins (*)	-	688.801	-	658.796
Total do ativo e passivo não circulante	696.049	688.801	665.780	658.796

	Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019
Demonstração do resultado do período		
Receita operacional bruta		
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins - outros passivos	(24.611)	-
Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo Pis e Cofins - tributos a recuperar	24.611	-
Resultado financeiro		
Outras Receitas financeiras		
Atualização dos Tributos a recuperar Pis e Cofins - Efeitos da redução do ICMS	5.394	-
Outras Despesas financeiras		
Atualização dos Outros passivos Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	(5.394)	-
Resultado apurado	-	-

(*) Deduzidos de R\$7.248 (R\$6.984 em 31 de dezembro de 2019) referente aos custos incorridos com advogados e tributos.

(4) A Controlada ERO possui registrado de R\$139.804 relativo aos custos de tributos e encargos incidentes na aquisição de combustível adquiridos anterior à vigência da Lei 12.111/2009, tendo em vista o que o Ofício Circular nº 2.306/2004 - SFF/ANEEL, de 24 de dezembro de 2004, estabeleceu os procedimentos para encerramento do exercício daquele ano, para que os valores recebidos por conta da CCC, para ressarcimento do ICMS e PIS/COFINS (recuperáveis) até então, fossem contabilizados a crédito do Passivo Exigível - Recurso da CCC. O reconhecimento foi realizado pela Companhia dos recursos recebidos nos exercícios, tendo continuado a apuração. No exercício de 2008 os valores foram ratificados pelo Ofício Circular nº 2.775 /2008-SFF/ANEEL de 24 de dezembro de 2008. Na rubrica também inclui R\$6.437, correspondente ao período de 1999 a 2006, reconhecidos em função da aquisição de óleo diesel para geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, para o consumo que ultrapassasse o limite estabelecido à época pela ANEEL.

31. Patrimônio líquido

31.1 Capital Social

O capital social é de R\$3.363.685 (R\$3.363.685 em 31 de dezembro de 2019), representando 1.814.561.910 (1.814.561.910 em 31 de dezembro de 2019) ações nominativas, sendo 755.993.938 (755.993.938 em 31 de dezembro de 2019) ações ordinárias e 1.058.567.972 (1.058.567.972 em 31 de dezembro de 2019) ações preferenciais, sem valor nominal. O montante de ações convertido em Units (certificado de ações que representa a propriedade de 4 ações preferenciais e 1 uma ação ordinária da Companhia) é de 262.416.949 (262.473.249 em 31 de dezembro de 2019).

A Companhia possui contabilizado diretamente no Patrimônio Líquido o montante de R\$65.723 (R\$65.723 em 31 de dezembro de 2019), relativo aos custos transação incorridos na captação de recursos por meio da emissão de novas ações e foram registrados separadamente como uma redução do patrimônio líquido.

As ações preferenciais não possuem direito de voto, tem prioridade no caso de reembolso do capital em prêmio e de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, sendo-lhes assegurado o preço igual a 80% do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle.

Independentemente de modificação estatutária, o capital social poderá ser aumentado até o limite de 3.000.000.000 de ações, sendo até 1.626.300.000 em ações ordinárias e até 1.373.700.000 em ações preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração, que decidirá sobre as condições de integralização, características das ações a serem emitidas e preço de emissão.

31.2 Reserva de Capital

	31/03/2020	31/12/2019
Alienação de ações em tesouraria	1.849	1.849
Transações entre sócios ⁽⁴⁾	335.775	335.817
Custo de captação - Aumento de capital	(65.723)	(65.723)
Incentivos fiscais de reinvestimentos ⁽¹⁾	8.042	8.042
Investimento PUT ⁽³⁾	58.293	62.576
Programa de remuneração variável (ILP) ⁽²⁾	6.053	4.962
Saldos em 31/03/2020 e 31/12/2019	344.289	347.523

(1) Incentivos fiscais de reinvestimentos (reflexo) - benefícios destinados as pessoas jurídicas com empreendimentos em operação na área de atuação da Sudene e SUDAM, com o reinvestimento de 30% (trinta por cento) do imposto devido até 2018 e 50% a partir de 2019, em projetos de modernização ou complementação de equipamento, até o ano de 2023.

Os recursos liberados, deduzidos da quantia correspondente a 2%, a título de administração do projeto, conforme dispõe o artigo 19, parágrafo 2o, da Lei nº 8.167/1991, foram contabilizados em outras reservas de capital e, após sua aprovação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do encerramento do exercício social em que houve a emissão do ofício de liberação pela Superintendência do Desenvolvimento Regional, serão capitalizados.

(2) Implementação do programa de remuneração variável, através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP), (vide nota explicativa nº 13).

(3) R\$58.293, refere-se a diferença da opção de recompra das ações integralizadas pelos empregados e aposentados das controladas ERO e EAC e, correspondente a 191.679.293 ações ERO e 14.374.919.056 ações EAC, com registro de R\$59.384 no valor patrimonial das ações contabilizadas no ativo não circulante, Investimentos - outras participações societárias e R\$1.091 na rubrica Instrumentos financeiros derivativos no passivo não circulante.

(4) Inclui R\$42.280 de dedução de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre parcela de mais valia de ações próprias.

Transações entre sócios	31/03/2020	31/12/2019
Saldo inicial -31/12/2019 e 31/12/2018	335.817	252.204
Transações entre sócios - reflexo (1)	-	(6.362)
Ganho apurado com novas aquisições de participação em controladas diretas e indiretas (2)	(42)	89.975
Saldo final -31/03/2020 e 31/12/2019	335.775	335.817

(1) Inclui parcela reflexa do percentual de participação na controlada EEVP, incorporada pela Denerge referente ao instrumento financeiro derivativo conforme descrito na nota explicativa nº 35.

(2) O montante de R\$42 (R\$89.975 em 31 de dezembro de 2019) refere-se a ganho apurado com novas aquisições de participações em controladas diretas e indiretas, contabilizadas diretamente no Patrimônio Líquido.

31.3 Reserva de lucros - reserva de Incentivos fiscais de imposto de renda (controladas)

As controladas EPB, ESE, EBO, EMT e ETO por atuarem no setor de infraestrutura na região Nordeste, Centro Oeste e Norte, obtiveram a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Esta redução foi aprovada através de Laudos Constitutivos, que impõe algumas obrigações e restrições:

- O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- O valor deve ser contabilizado como reserva de lucros e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte à apuração e/ou utilizado para compensação de prejuízos com aprovação em AGO/AGE; e
- O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

Os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do período com posterior transferência para reservas de lucros - reserva de redução de imposto de renda.

Segue as informações dos incentivos obtidos pelas:

Controladas	Órgão Governamental	Nº do laudo constitutivo	Redução de Imposto de Renda (consolidado)	
			31/03/2020	31/12/2019
EPB	SUDENE	197/2012	19.701	63.482
ESE	SUDENE	205/2012	7.022	26.841
EBO	SUDENE	206/2012	1.517	7.647
EMT	SUDAM	114/2014	-	123.925
ETO	SUDAM	113/2014	-	32.426
Total			28.240	254.321

Esses valores foram registrados diretamente no resultado do período na rubrica “imposto de renda e contribuição social corrente” no consolidado e foram destinados à reserva de incentivo fiscais no patrimônio líquido das controladas. As controladas EMT e ETO apuraram prejuízo fiscal, não contabilizando a reserva de incentivo fiscal de redução de imposto de renda e adicionais no período de 31 de março de 2020.

31.4 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 35% do lucro líquido do período, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, e permite a distribuição de dividendos apurados com base em resultados intermediários.

Em 17 de fevereiro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intercalares no valor de R\$116.132. Esse montante corresponde a R\$0,064 por ação de emissão da Companhia (ordinária e preferencial) e R\$0,32 por certificado de depósito de ações (Unit). Os pagamentos foram efetuados no dia 02 de abril de 2020 com base na posição acionária de 27 de fevereiro de 2020, respeitadas as negociações na B3 até esta data.

Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos das controladas na atividade de investimento na demonstração do fluxo de caixa.

32. Receita operacional

32.1 Receita operacional bruta - controladora

	31/03/2020	31/03/2019
Receita operacional		
Serviços especializados (*)	64.066	53.206
Deduções a receita operacional		
PIS	1.057	879
COFINS	4.870	4.043
ISS	1.427	1.249
Receita operacional líquida	56.712	47.035

(*) Referem-se aos serviços administrativos e de compartilhamento de recursos humanos prestados as controladas.

32.2 Receita operacional- consolidada

	31/03/2020			31/03/2019		
	Fora do escopo dos auditores independentes		R\$	Fora do escopo dos auditores independentes		R\$
	Nº de consumidores	MWh		Nº de consumidores	MWh	
Residencial	6.403.601	3.557.342	2.714.484	6.274.445	3.392.352	2.510.336
Industrial	42.158	553.915	380.118	43.172	614.053	399.934
Comercial	536.177	1.621.646	1.256.212	533.397	1.639.489	1.216.817
Rural	789.974	846.446	496.103	777.599	804.403	420.628
Poder público	72.280	425.813	299.067	71.717	416.659	283.966
Iluminação pública	6.992	418.097	184.668	6.748	423.051	160.986
Serviço público	8.220	290.478	151.317	8.010	285.328	143.027
Consumo próprio	1.540	11.005	-	1.480	10.919	-
Subtotal	7.860.942	7.724.742	5.481.969	7.716.568	7.586.254	5.135.694
Suprimento de energia a concessionárias	2	718.583	152.912	2	495.546	615.364
Fornecimento não faturado líquido	-	26.327	43.951	-	43.366	48.391
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	1.005	-	365.871	823	-	309.490
Energia comercializada com clientes livres	-	1.514.006	316.973	-	1.080.306	208.528
Receita de construção da infraestrutura ⁽¹⁾	-	-	528.093	-	-	428.470
Receita de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão	-	-	297	-	-	-
Remuneração do ativo de contrato	-	-	49.155	-	-	8.494
Serviços especializados	-	-	20.303	-	-	16.374
Penalidades Regulatórias	-	-	(32.307)	-	-	(36.577)
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins - outros passivos	-	-	24.611	-	-	-
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins - tributos a recuperar	-	-	(24.611)	-	-	-
Outras receitas operacionais	-	-	56.495	-	-	54.567
Ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	27.925	-	-	71.249
(-) Ultrapassagem Demanda	-	-	-	-	-	(609)
(-) Excedentes de Reativo	-	-	-	-	-	(2.146)
Constituição e amortização - CVA Ativa e Passiva (2)	-	-	(188.817)	-	-	(33.224)
Subvenções vinculadas ao serviço concedido (CDE e baixa renda)	-	-	308.177	-	-	311.595
Total - receita operacional bruta	7.861.949	9.983.658	7.130.997	7.717.393	9.205.472	7.135.660
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	1.304.401	-	-	1.198.914
PIS	-	-	110.608	-	-	114.768
COFINS	-	-	509.478	-	-	528.569
CPRB	-	-	1.924	-	-	1.426
ISS	-	-	5.107	-	-	4.090
Deduções Bandeiras Tarifárias (3)	-	-	1.873	-	-	12.671
Programa de Eficiência Energética - PEE -	-	-	15.610	-	-	16.861
Encargos de consumidor - Procel	-	-	3.904	-	-	4.066
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	370.257	-	-	464.285
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	7.823	-	-	8.133
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	-	7.807	-	-	8.133
Ministério das Minas e Energia - MME	-	-	3.904	-	-	4.066
Taxa de Fiscalização dos serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	5.987	-	-	5.593

Total - deduções da receita operacional	-	-	2.348.683	-	-	2.371.575
Total - receita operacional líquida	7.861.949	9.983.658	4.782.314	7.717.393	9.205.472	4.764.085

- (1) Do total **Receita de construção da infraestrutura da concessão**, o montante de R\$455.861 refere-se a receita de construção das distribuidoras e R\$72.232 refere-se a receita de construção das transmissoras. Adicionalmente, do total do custo de construção apresentado na Demonstração de Resultado de R\$525.267 o montante de R\$455.861 refere-se ao custo de construção das distribuidoras e R\$69.406 refere-se ao custo de construção das transmissoras.
- (2) Refere-se a montante de ativos e passivos financeiros setoriais (CVA) reconhecidos no resultado do exercício de 2018 de acordo com o OCPC 08.
- (3) **Bandeiras Tarifárias** - a partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias, que tem por objetivo equilibrar a exposição das distribuidoras aos custos de curto prazo na geração de energia. O acionamento da bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL por meio de nota técnica, e os recursos provenientes da aplicação da bandeira tarifária podem ser totais ou parcialmente revertidos à CCRBT, conforme despacho mensalmente divulgado pela Aneel.

As receitas auferidas pelas controladas referentes as bandeiras tarifárias para período findo em 31 de março de 2020, foram de R\$11.394 (R\$752 em 31 de março de 2019), tendo repassado da CCRBT o montante de R\$1.873 (R\$12.671 em 31 de março de 2019). Dessa forma, o efeito líquido das bandeiras tarifárias no resultado das Companhias no período findo de 31 de março de 2020 foi de R\$9.521 (R\$11.919 em 31 de março de 2019).

33. Energia Elétrica comprada para revenda:

	Consolidado			
	MWH (1)		Energia elétrica comprada p/revenda	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Energia de Itaipú - Binacional	835.560	816.643	259.873	430.005
Energia de leilão	4.706.709	4.542.937	1.021.886	1.068.523
Energia bilateral e outros suprimentos	1.892.110	1.853.505	1.079.416	736.237
Reembolso CCC	-	-	(338.407)	(221.879)
Cotas de Angra Resolução Normativa nº 530/12 (2)	284.520	279.054	82.228	57.718
Energia de curto prazo - CCEE	174.347	148.110	139.239	481.206
Cotas Garantia Física-Res. Homologatória nº 1.410	2.128.102	2.033.043	248.745	217.291
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	164.887	166.591	62.583	73.977
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(232.556)	(238.525)
Total	10.186.235	9.839.883	2.323.007	2.604.553

- (1) Informações fora do escopo dos auditores independentes.
- (2) Contempla valor de Resolução Normativa nº 1.585/2013.

34. Cobertura de seguros

A política de seguros da Energisa e suas controladas baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de vencimento	Importância Segurada (R\$ mil)	Controladora	
			31/03/2020	31/12/2019
Riscos Operacionais	07/11/2020	90.000	106	96
Auto - Frota	23/10/2020	Até 360/ veículo	32	30
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais (*)	31/01/2021	124.264	332	292
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	05/03/2021	75.000	3	3
Total			473	421

Ramos	Data de vencimento	Importância Segurada (R\$ mil)	Consolidado	
			31/03/2020	31/12/2019

Riscos Operacionais	07/11/2020	90.000	6.915	6.658
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2020	90.000	4.291	4.262
Auto - Frota	23/10/2020	Até 1.110/ veículo	2.171	2.126
Responsabilidade Civil Geral a 2º Risco	23/11/2020	10.000	133	133
Aeronáutico - responsabilidade civil (RETA)	12/12/2020	1.332	2	2
Aeronáutico - casco/LUC	12/12/2020	141.817	210	210
Vida em Grupo Acidentes Pessoais	31/01/2021	124.264	2.637	2.311
Transporte Nacional	04/04/2021	Até 2.000/ transporte	133	180
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	05/03/2021	75.000	321	310
Responsabilidade do Explorador ou Transporte - R.E.T.A (Drones)	12/01/2021	228/drone	23	23
Risco de engenharia + Responsabilidade Civil Obras	11/05/2020	44.266	246	280
Total			17.082	16.495

35. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função das controladas de distribuição terem classificados o ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado e como, os fatores relevantes para a avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado do período foram de R\$27.925 (R\$71.249 em 31 de março de 2019), assim como as principais premissas utilizadas, está divulgada na nota explicativa nº 15.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

Controladora					
	Nível	31/03/2020		31/12/2019	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa		53.471	53.471	68.423	68.423
Clientes		24.007	24.007	40.640	40.640
Títulos e créditos a receber		38	38	76	76
Créditos com partes relacionadas		702.918	702.918	668.380	668.380
		780.434	780.434	777.519	777.519
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	2.509.600	2.509.600	2.486.362	2.486.362
Instrumentos financeiros derivativos	2	132.835	132.835	35.237	35.237
		2.642.435	2.642.435	2.521.599	2.521.599
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		1.918	1.918	17.462	17.462
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas		4.465.350	4.469.979	4.323.338	4.261.194
Arrendamentos operacionais		690	690	719	719
		4.467.958	4.472.587	4.341.519	4.279.375
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	611.326	611.326	1.051.784	1.051.784
		611.326	611.326	1.051.784	1.051.784

Consolidado					
	Nível	31/03/2020		31/12/2019	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa		1.313.612	1.313.612	663.103	663.103
Clientes, consumidores e concessionárias		4.937.751	4.937.751	4.834.041	4.834.041
Títulos de créditos a receber		25.946	25.946	26.573	26.573
Ativos financeiros setoriais		1.803.872	1.803.872	2.088.970	2.088.970
		8.081.181	8.081.181	7.612.687	7.612.687
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	2.847.111	2.847.111	2.373.194	2.373.194
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	5.275.591	5.275.591	5.130.960	5.130.960
Instrumentos financeiros derivativos	2	1.771.665	1.771.665	1.190.770	1.190.770
		9.894.367	9.894.367	8.694.924	8.694.924
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		1.961.361	1.961.361	2.088.174	2.088.174
Empréstimos e financiamentos, debêntures encargos de dívidas		19.187.748	19.423.815	17.188.607	17.098.612
Arrendamentos operacionais		49.822	49.822	52.468	52.468
Passivos financeiros setoriais		919.009	919.009	1.019.428	1.019.428
Parcelamento de impostos		91.776	91.776	50.967	50.967
Taxas regulamentares (*)		3.438	3.438	3.456	3.456
		22.213.154	22.449.221	20.403.100	20.313.105
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos (**)	2	862.376	862.376	1.372.469	1.372.469
		862.376	862.376	1.372.469	1.372.469

(*) Inclui saldo da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE no montante de R\$3.438 (R\$3.456 em 31 de dezembro de 2019), divulgada na nota explicativa 26.

(**) A Companhia emitiu debêntures simples, conjugadas com bônus de subscrição. O direito do exercício do bônus de subscrição (a conversibilidade), pelos debenturistas, se daria ao preço da unit (ENGI11). Trata-se de uma opção “dentro do dinheiro”, o que reflete elevada probabilidade de conversão, mantido o registro da dívida, acrescida do efeito do instrumento financeiro derivativo.

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia e suas controladas têm como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação cambial além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Hedge Accounting

Em 01 de julho de 2015, a Companhia e suas controladas efetuaram a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de “hedge”) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como “hedge accounting”. Em 31 de março de 2020 essas operações, assim como as dívidas (objeto do “hedge”) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo. Em tais designações de “hedge” a Companhia e suas controladas documentaram: (i) a relação de “hedge”; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o “hedge” e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do “hedge”.

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o período, o “hedge” foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como “hedge” foi impactado em R\$125.596 (R\$183.105 em 31 de dezembro de 2019) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Fair Value Option

A Companhia e suas controladas optaram pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no 1º trimestre de 2020 para as quais a Companhia e suas controladas possuem instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“Fair Value Option”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. A partir de 31 de março de 2020, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o período, o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado em R\$45.365 (R\$8.095 em 31 de dezembro de 2019) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

A Companhia e suas controladas não possuem avaliação de risco de crédito ou instrumento derivativo contratado para esta exposição. Na avaliação da Companhia, a alteração do risco de crédito não tem impacto significativo.

Incertezas

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações, entretanto considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia e suas controladas. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível na web site da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia e suas controladas.

O Comitê de Gestão de Riscos, composto pela Diretoria Financeira e Consultor externo especializado, acompanha, através do Relatório Trimestral de Gestão de Riscos, a adequação das operações à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”.

Adicionalmente, a gestão de risco da Companhia e de suas controladas visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Para tanto, a Companhia e suas controladas contam com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final dos período/exercício são:

	Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019
Dívida (a)	19.187.748	17.188.607
Caixa e equivalentes de caixa	(1.313.612)	(663.103)
Dívida líquida	17.874.136	16.525.504
Patrimônio líquido	6.268.047	5.698.258
Índice de endividamento líquido	2,85	2,90

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívida (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme, detalhado nas notas explicativas nº 21 e nº 22.

a) Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos, de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia e de suas controladas.

As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

Controladora							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		1.918	-	-	-	-	1.918
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	7,84%	984.803	342.419	2.831.821	381.761	714.788	5.255.592
Instrumentos Financeiros Derivativos		(64.482)	(1.677)	(66.676)	-	-	(132.835)
Instrumentos Financeiros Derivativos - Outros (*)		-	203.412	407.914	-	-	611.326
Total		922.239	544.154	3.173.059	381.761	714.788	5.736.001

Consolidado							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		1.861.855	-	-	-	99.506	1.961.361
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	5,60%	2.056.436	3.486.935	9.195.075	5.662.646	8.432.600	28.833.692
Instrumentos Financeiros Derivativos		(198.478)	(190.156)	(800.626)	(111.008)	(173.036)	(1.473.304)
Instrumentos Financeiros Derivativos - Outros (*)		-	202.932	407.914	-	(46.831)	564.015
Total		3.719.813	3.499.711	8.802.363	5.551.638	8.312.239	29.885.764

(*) Inclui R\$1.091 de compromisso de recompra das ações integralizadas pelos empregados e aposentados das controladas ERO e EAC.

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”. Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração do grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito, principalmente das distribuidoras de energia elétrica do Grupo Energisa, é representado por contas a receber de clientes, consumidores e concessionárias, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a maioria dos clientes inadimplentes.

O ativo financeiro indenizável da concessão que corresponde a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Para os ativos financeiros setoriais referem-se aos ativos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, constitui um direito a receber das suas controladas distribuidoras de energia elétrica. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão.

Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito conforme apresentado abaixo:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	53.471	68.423	1.313.612	663.103
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	2.509.600	2.486.362	2.847.111	2.373.194
Clientes, consumidores e concessionárias	6	24.007	40.640	4.937.751	4.834.041
Títulos de créditos a receber	7	38	76	25.946	26.573
Ativos financeiros setoriais líquidos	11	-	-	1.803.872	1.069.542
Ativo financeiro indenizável da concessão	15	-	-	5.275.591	5.130.960
Instrumentos financeiros derivativos	35	132.835	35.237	1.771.665	1.190.770

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 21, é composto de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás, Banco do Nordeste, BNDES, BDMG e FINEP) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios das controladas e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações dos passivos atrelados a moedas estrangeiras. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o período findo em 31 de março de 2020 com alta de 28,98% sobre 31 de dezembro de 2019, cotado a R\$5,1987/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de março de 2020 era de 10,84%, enquanto em 31 de dezembro de 2019 foi de 10,37%. A taxa de câmbio do euro encerrou o período findo em 31 de março de 2020 com alta de 26,40% sobre 31 de dezembro de 2019, cotado a R\$5,726/Euro. A volatilidade do Euro era de 26,54% em 31 de março de 2020.

Do montante consolidado das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 31 de março de 2020, excluídos os efeitos dos custos a apropriar de R\$19.245.701 (R\$17.247.047 em 31 de dezembro de 2019), R\$4.257.987 (R\$3.745.298 em 31 de dezembro de 2019) estão representados em moedas estrangeiras conforme nota explicativa nº 21. As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhadas abaixo.

Os empréstimos em moedas estrangeiras têm vencimento de curto e longo prazo (último vencimento em dezembro de 2023) e custo máximo de 4,58% ao ano mais variação cambial.

O balanço patrimonial da controladora e consolidado apresentam os seguintes saldos a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros e que são originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação cambial.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Ativo circulante	66.159	15.756	427.841	186.303
Ativo não circulante	66.676	19.481	1.343.824	1.004.467
Total do ativo	132.835	35.237	1.771.665	1.190.770
Passivo circulante	(203.412)	(350.243)	(242.139)	(466.128)
Passivo não circulante	(407.914)	(701.541)	(620.237)	(906.341)
Total do passivo	(611.326)	(1.051.784)	(862.376)	(1.372.469)

Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge. No período, a Energisa reconheceu diretamente no seu Patrimônio Líquido redução de R\$6.362 em 31 de dezembro de 2019 referente a sua participação nos efeitos refletidos no patrimônio das suas controladas.

A Companhia e suas controladas possuem proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados à moedas estrangeiras, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
ESA					
Resolução 4131 - Itaú BBA	80.000	USD + 4,75%	CDI+1,28%	24/05/2021	Fair Value Option
ESE					
Resolução 4131 - Bank of America ML	34.321	(Libor + 1,20%) x 117,65%	CDI + 1,48%	29/01/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - JP Morgan	3.612	(LIBOR + 1,30%) x 117,65%	CDI + 0,85%	13/09/2021	Fair Value Option
EPB					
Resolução 4131 - Itaú BBA	25.480	USD + 4,47%	119,03% CDI	23/06/2020	Fair Value Option
EMG					
Resolução 4131 - Itaú BBA	8.993	USD + 4,47%	119,03% CDI	23/06/2020	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bocom BBM	15.503	USD + 3,70%	CDI + 0,27%	09/04/2021	Fair Value Option
EMT					
Resolução 4131 - Bank of America ML	28.235	(Libor + 1,60%) x 117,65%	CDI + 1,70%	15/06/2020	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	14.351	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	14.351	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	24.615	(Libor + 1,20%) x 117,65%	CDI + 1,43%	15/01/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - JPM	26.709	(LIBOR + 1,05%) x 117,65%	CDI + 1,33%	12/11/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	10.676	EUR + 0,81%	CDI + 0,85%	12/12/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	49.200	USD + 2,58%	CDI + 1,00%	29/12/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	11.598	(LIBOR + 0,60%) x 117,65%	CDI + 0,65%	13/02/2023	Fair Value Option
EMS					
Resolução 4131 - Citibank	14.429	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,55%	26/05/2022	Fair Value Option

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Resolução 4131 - Citibank	14.429	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,55%	26/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	11.313	EUR + 1,16%	CDI + 0,95%	09/05/2022	Fair Value Option
ETO					
Resolução 4131 - Citibank	11.196	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,56%	16/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	11.196	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,56%	16/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	31.032	(Libor + 1,20%) x 117,65%	CDI + 1,47%	29/01/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - Itaú BBA	51.778	USD + 5,12%	CDI + 1,28%	01/06/2021	Fair Value Option
ECOM					
Resolução 4131 - Santander	10.459	USD + 5,53%	CDI + 1,35%	22/06/2020	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bocom BBM	6.081	(LIBOR + 0,56%) x 133,33%	CDI + 0,59%	19/09/2022	Fair Value Option
ESS					
Resolução 4131 - Citibank	6.857	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	6.857	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	19.704	(LIBOR + 1,20%) x 117,65%	CDI + 0,80%	31/08/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	24.432	EURO + 1,02%	CDI + 0,85%	06/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	12.300	USD + 2,58%	CDI + 1,00%	29/12/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	26.675	EUR + 0,85%	CDI + 0,95%	17/01/2023	Fair Value Option
EAC					
Resolução 4131 - Bank of America ML	79.186	EUR + 1,65%	CDI + 1,65%	13/12/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	6.405	EUR + 0,90%	CDI + 0,95%	15/12/2021	Fair Value Option
ERO					
Resolução 4131 - Scotiabank	12.300	USD + 2,58%	CDI + 1,00%	29/12/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	13.683	(LIBOR + 0,60%) x 117,65%	CDI + 0,65%	27/02/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	29.000	(LIBOR + 0,75%) x 117,65%	CDI + 0,65%	23/03/2023	Fair Value Option
ESOL					
Resolução 4131 - Bocom BBM	5.249	USD + 3,95%	CDI + 0,43%	01/03/2021	Fair Value Option
ETE					
Resolução 4131 - Citibank	31.314	(LIBOR + 0,60%) x 117,65%	CDI + 0,65%	13/02/2023	Fair Value Option

(*) Estas operações possuíam, originalmente, uma opção de compra com limitador atrelado ao swap. Estas operações foram revertidas, minimizando assim a exposição à variação do câmbio.

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI, TJLP, dentre outras) associada ao “Notional” de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de swap de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Controladora					
EMT					
Itaú BBA X EMT	81.885	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EMT	73.494	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	10.544	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	1.965	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
JP Morgan X EMT	3.657	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itau BBA x EMT	385.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
ETO					
Itaú BBA X ETO	39.771	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ETO	35.696	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ETO	9.526	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X ETO	1.775	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ETO	3.304	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itau BBA x ETO	240.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
ESS					
Itaú BBA X ESS	24.647	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	18.397	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	22.121	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	16.511	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	8.580	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	1.599	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	2.977	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itau BBA x ESS	70.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
EMS					
JP Morgan X EMS	10.762	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMS	2.006	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMS	3.733	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itau BBA x EMS	155.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
EMG					
Itaú BBA X EMG	8.392	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EMG	7.532	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMG	3.636	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMG	678	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMG	1.261	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itau BBA x EMG	50.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
EPB					
Itaú BBA X EPB	15.173	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EPB	13.618	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EPB	11.635	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EPB	2.169	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EPB	4.035	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Safra x EPB	135.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
ESE					
Itaú BBA X ESE	9.333	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESE	8.376	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESE	7.126	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESE	1.328	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESE	2.472	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Safra x ESE	65.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
ETE					
Santander x ETE	75.500	IPCA + 4,92%	104,25% CDI	15/12/2025	Fair Value Hedge
Santander x ETE	51.462	IPCA + 5,14%	105,15% CDI	15/12/2028	Fair Value Hedge
Santander x ETE	123.038	IPCA + 4,98%	104,50% CDI	15/12/2025	Fair Value Hedge
EAC					
Itaú BBA X EAC	105.000	IPCA + 4,63%	104,00% CDI	15/04/2026	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EAC	70.000	IPCA + 4,63%	104,00% CDI	15/04/2026	Fair Value Hedge
ERO					
Itaú BBA X ERO	195.000	IPCA + 4,63%	104,00% CDI	15/04/2026	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ERO	130.000	IPCA + 4,63%	104,00% CDI	15/04/2026	Fair Value Hedge

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia e suas controladas, cujos valores não foram contabilizados como “fair value hedge”, vigentes em 31 de março de 2020.

A Companhia designa certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo (“fair value hedge”), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	31/03/2020	31/12/2019		31/03/2020	31/12/2019
Dívida (Objeto de Hedge) *	291.200	291.200	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(429.637)	(328.131)
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	429.637	328.131
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(296.802)	(292.894)
	291.200	291.200	Posição Líquida Swap	132.835	35.237
			Posição Líquida Dívida + Swap	(296.802)	(292.894)

Consolidado

Derivativos	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	31/03/2020	31/12/2019		31/03/2020	31/12/2019
Dívida (Objeto de Hedge) *	2.319.714	2.319.714	Taxa Pré-Fixada	(2.668.298)	(2.766.464)
			Posição Ativa		
			Taxa Pré-Fixada	2.675.100	2.770.972
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(2.382.763)	(2.384.197)
			Posição Líquida Swap	292.337	386.775
			Posição Líquida Dívida + Swap	(2.375.961)	(2.379.689)

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	31/03/2020	31/12/2019		31/03/2020	31/12/2019
Dívida designada para “Fair Value Option”	3.014.838	3.318.610	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(4.226.358)	(3.742.978)
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	4.226.358	3.742.978
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(3.045.391)	(3.337.056)

	Posição Líquida Swap	1.180.967	405.922
	Posição Líquida Dívida + Swap	(3.045.391)	(3.337.056)

O valor justo dos derivativos contratados pelas controladas em 31 de março de 2020 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 21 e 22 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia e suas controladas não têm por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como valor justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia e de suas controladas foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom cambial, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

Análise de sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, como segue:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de março de 2020, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(3.014.838)	Alta do Câmbio	(2.417.777)	(3.325.102)	(4.232.426)
Variação Dívida	-		597.061	(310.264)	(1.217.588)
Swap Cambial					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - USD e LIBOR	4.226.358		3.629.297	4.536.622	5.443.946
Variação - USD e LIBOR	-		(597.061)	310.264	1.217.588
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(3.045.391)		(3.045.391)	(3.045.391)	(3.045.391)
Subtotal	1.180.967		583.906	1.491.231	2.398.555
Total Líquido	(1.833.871)		(1.833.871)	(1.833.871)	(1.833.871)

(*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do câmbio futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de câmbio é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre spot, CDI, cupom cambial e câmbio futuro seja sempre válida.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de março de 2020, o que é refletido no valor presente negativo de R\$1.833.871, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada) maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao câmbio, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valor presente negativo de R\$1.833.871, em ambos os casos.

b) Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 31 de março de 2020, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para dois cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	(2.319.714)		(2.319.714)	(2.319.714)	(2.319.714)
Swap de Juros					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros					
Derivativos - Pré	2.675.100		2.675.100	2.675.100	2.675.100
Posição Passiva		Alta do CDI			
Instrumentos Financeiros					
Derivativos - CDI	(2.382.763)		(2.382.763)	(2.538.821)	(2.694.273)
Varição - CDI	-		-	(156.058)	(311.510)
Subtotal	292.337		292.337	136.279	(19.173)
Total Líquido	(2.027.377)		(2.027.377)	(2.183.435)	(2.338.887)

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de março de 2020 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 1,01% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	3.888.489	Alta CDI	132.986	166.233	199.479
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(3.045.391)	Alta CDI	(104.152)	(130.190)	(156.228)
	(8.872.899)	Alta CDI	(303.453)	(379.316)	(455.180)
	(3.156)	Alta TJLP	(161)	(201)	(242)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(4.053.539)	Alta IPCA	(21.484)	(26.855)	(32.226)
	(794)	Alta SELIC	(27)	(34)	(41)
	(645.067)	Alta TR	-	-	-
Subtotal (2)	(16.620.846)		(429.277)	(536.596)	(643.917)
Total -perdas (2)	(12.732.357)	-	(296.291)	(370.363)	(444.438)

(1) Considera o CDI de 31 de março de 2021 (3,42% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de março de 2020, Selic 3,42% ao ano, TJLP 5,09% ao ano, TR 0,0% ao ano e IPCA 0,53% ao ano.

(2) Não incluem as demais operações pré-fixadas no valor de R\$2.624.855.

c) Variação da curva de preço de energia

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a eventuais mudanças no patamar de 25% e 50% indicando a deterioração na situação financeira da controlada ECOM mediante o incremento na Curva Forward, sobre a parcela dos contratos futuros de compra e venda de energia elétrica afetada, após o impacto da marcação a mercado. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o lucro antes dos tributos é afetado pelos contratos futuros de compra e venda de energia elétrica sujeitos a volatilidade da curva futura de energia, conforme demonstrado abaixo:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros:					
Contratos futuros de energia - Compra	(220.559)	Alta PLD	-	-	-
Contratos futuros de energia - Venda	267.868		23.486	29.358	35.229
Total Líquido - Cenário Alta PLD	47.309		23.486	29.358	35.229

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros:					
Contratos futuros de energia - Compra	(220.559)	Baixa PLD	-	-	-
Contratos futuros de energia - Venda	267.868		(22.494)	(28.118)	(33.741)
Total Líquido - Cenário Baixa PLD	47.309		(22.494)	(28.118)	(33.741)
Total			992	1.240	1.488

Gerenciamento de risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco da Companhia e suas controladas enfrentarem dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia e suas controladas monitoram o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, antecipando para futuras necessidades de caixa.

36. Benefícios pós-emprego

36.1 Plano de Aposentadoria e Pensão

A Companhia e suas controladas são patrocinadoras de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, nas modalidades de benefício definido, contribuição variável, um plano exclusivamente para benefícios de risco vinculado a um plano de contribuição variável e plano de contribuição definida, estando apenas esse último aberto ao ingresso de novos participantes e os planos de benefício definido, contribuição variável e de risco são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

No período findo de 31 de março de 2020, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$540 (R\$738 em 31 de março de 2019) na controladora e R\$10.920 (R\$15.069 em 31 de março de 2019), registrada na rubrica de benefícios pós-emprego na demonstração de resultado do período no consolidado.

36.2 Prêmio e Gratificação de aposentadoria:

A Companhia e suas controladas EMG, ENF, Energisa Soluções S/A, ETO, ESE, ECOM, Energisa Planejamento e Parque Eólico Sobradinho, em Acordo Coletivo de Trabalho, concederam aos seus colaboradores, prêmio/gratificação por aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

Na controlada ETO a gratificação varia de 2,0 a 5,5 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 5 anos e teto de 35 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida. Os colaboradores admitidos após 1º de maio de 1997, não terão direito à essa gratificação.

Na Companhia e demais controladas o referido Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida. Os participantes do Plano CD que na data da aposentadoria requerida, apresentarem valores depositados pela patrocinadora em suas contas individuais, montantes superiores aos 15 salários base, não fazem jus ao prêmio.

No período findo de 31 de março de 2020, a despesa de manutenção do plano foi de R\$408 (R\$359 em 31 de março de 2019) na controladora e R\$976 (R\$974 em 31 de março de 2019) no consolidado, registrada na rubrica de benefícios pós-emprego na demonstração de resultado.

36.3 Plano de saúde:

A Companhia e suas controladas mantém benefício pós emprego, assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados e pensionistas e seus dependentes legais. As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios calculados pela Seguradora, multiplicado pelo número de vidas seguradas. Esses prêmios são reajustados anualmente pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização e de outras despesas incidentes sobre a operação do seguro; e em função da sinistralidade, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial da apólice. As contribuições arrecadadas dos aposentados ativos, pensionistas e ex-funcionários são reajustados pela inflação INPC Saúde e pela Variação dos Custos Médicos e Hospitalares - VCMH.

As controladas EMG e a ESOL, possuem política própria de reembolso de despesas médicas a seus funcionários, a razão de 60% do custo efetivo. O desligamento e ou aposentadoria dos empregados automaticamente cessa esse benefício.

As controladas participam do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS (Unimed Cuiabá, Central Nacional Unimed - CNU, Hapivida, São Francisco e SulAmérica). No caso de rescisão e ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano conforme legislação, desde que assumam a totalidade do custeio.

No período findo de 31 de março de 2020, as despesas com esse benefício foram de R\$1.194 (R\$1.066 em 31 de março de 2019) na controladora e R\$25.541 (R\$22.881 em 31 de março de 2019) no consolidado. Inclui R\$50 (R\$33 em 31 de março de 2019) referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego na controladora e R\$2.193 (R\$1.519 em 31 de março de 2019) no consolidado.

37. Compromissos - consolidados

As controladas possuem os seguintes compromissos relacionados a contratos de longo prazo:

(1) Venda de energia elétrica

	Contrato de venda de energia - reais mil					
	Vigência	2020	2021	2022	2023	Após 2023
Energisa Comercializadora de Energia Ltda	2020 a 2029	715.562	239.385	150.475	94.942	143.776

(2) Compra de energia elétrica

	Contrato de compra de energia- reais mil (*)					
	Vigência	2020	2021	2022	2023	Após 2023
Energisa Nova Friburgo Distribuidora Energia S/A	2020 a 2030	85.419	87.458	90.080	92.765	730.337
Energisa Minas Gerais Distribuidora Energia S/A	2020 a 2054	241.295	262.590	260.515	288.287	4.799.297
Energisa Paraíba Distribuidora Energia S/A	2020 a 2054	586.695	723.386	617.616	669.233	12.172.161
Energisa Sergipe Distribuidora Energia S/A	2020 a 2054	408.989	511.231	462.981	517.342	8.861.922
Energisa Borborema Distribuidora Energia S/A	2020 a 2054	86.516	105.463	90.109	85.772	1.519.238
Energisa Mato Grosso Distribuidora Energia S/A	2020 a 2054	1.457.899	1.841.465	1.602.401	1.725.924	23.877.176
Energisa Tocantins Distribuidora Energia S/A	2020 a 2054	335.958	435.857	417.635	459.565	7.267.213
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora S/A	2020 a 2054	589.072	779.105	735.971	829.524	14.400.239
Energisa Sul - Sudeste Distribuidora Energia S/A	2020 a 2054	401.260	502.913	526.937	522.604	8.776.329
Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	2020 a 2054	624.357	221.458	118.831	134.529	479.221
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A	2020 a 2054	541.083	638.503	509.919	650.837	15.379.764
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A	2020 a 2054	191.486	282.968	292.647	311.232	5.033.794
		5.550.029	6.392.397	5.725.642	6.287.614	103.296.691

(*) Não inclui os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

(3) Locação de áreas para a implantação de usinas

	Locação de áreas para a implantação de usinas					
	Vigência	2020	2021	2022	2023	Após 2023
Alsol Energias Renováveis S/A	2020 a 2029	2.360	2.353	2.353	2.353	53.073

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente findo em 31 de março de 2020 e foram homologados pela ANEEL.

38. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, as movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa consolidado da Companhia, referentes à combinação de negócios, são como seguem:

	31/03/2020	31/12/2019
Outras transações não caixa		
Ativo financeiro indenizável da concessão - Bifurcação de Ativos	121.737	1.023.482
Ativo financeiro indenizável da concessão - Valor justo ativo indenizável	27.925	232.689
Remuneração do ativo de contrato da concessão	20.667	281.229
Atualização ativo de contrato da concessão	28.488	-
Atividades operacionais		
Aquisição de intangível	127.730	208.078
Incorporação de redes - transferência para obrigações especiais	13.687	13.445
Outras contas a receber - Governo do Estado de Tocantins	-	35.571
Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)	20	68.727
Tributos a recuperar Pis e Cofins - Efeitos da redução do ICMS	30.269	665.780
Atividades de investimentos		
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	127.730	208.078
Obrigações especiais - transferência para incorporação de redes	-	35.571
Dividendos compensados Governo do Estado de Tocantins	-	33.333
Outros investimentos alienados para pagamento de empréstimos	-	68.727
Intangível - CPC 06 (R2)	20	-
Atividades de financiamento		
Pagamento de empréstimos com alienação de outros investimentos	-	(33.333)
Combinação de negócios		
Caixa e equivalente de caixa	-	11.739
Clientes, consumidores e concessionárias	-	28.407
Estoques	-	4.703
Tributos a recuperar	-	1.322
Créditos tributários	-	1.956
Outros créditos	-	5.654
Imobilizado, intangível e ativo contratual	-	11.095
Fornecedores	-	12.100
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	-	116
Arrendamentos operacionais	-	4.831
Impostos de renda e contribuição social diferido	-	1.385
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	-	2.177
Outros passivos	-	39.299
Tributos e contribuições sociais	-	2.910
Participação de acionistas não controladores	-	266

39. Lucro por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do período atribuível e a respectiva quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação.

	31/03/2020	31/03/2019
Lucro líquido do período - controladora	573.023	113.522
Média ponderada das ações em milhares de ações	1.814.562	1.814.562
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$	0,32	0,06
Lucro líquido do período - consolidado	581.706	128.774
Resultado da operação continuada:		
Acionistas da controladora	573.023	113.522
Acionistas não controladores	8.683	15.252

40. Eventos subsequentes

40.1 Reajuste tarifário

Controlada EMS:

Em 07 de abril de 2020 a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.671 e Nota Técnica nº 37/2020-SGT/ANEEL, homologou reajuste tarifário, em vigorar a partir de 08 de abril de 2020 da controlada indireta EMS. No entanto, considerando o momento atual de crise devido à COVID-19, o reajuste tarifário foi suspenso a pedido da Companhia para o período de até 30 de junho de 2020, tendo, em contrapartida, o diferimento do recolhimento das quotas mensais da conta de desenvolvimento energético - CDE dos próximos três meses em iguais montantes financeiros. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi um aumento médio de 6,90%.

Controlada EMT:

Em 07 de abril de 2020 a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.672 e Nota Técnica nº 38/2020-SGT/ANEEL, homologou o reajuste tarifário, em vigorar a partir de 08 de abril de 2020, da controlada indireta EMT. No entanto, considerando o momento atual de crise devido à COVID-19, o reajuste tarifário foi suspenso a pedido da Companhia para o período de até 30 de junho de 2020, tendo, em contrapartida, o diferimento do recolhimento das quotas mensais da conta de desenvolvimento energético - CDE dos próximos três meses em iguais montantes financeiros. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi um aumento médio de 2,47%.

Controlada ESE:

Em 20 de abril de 2020, a ANEEL através da Resolução Homologatória Nº 2.678 e Nota Técnica Nº 45/2020-SGT/ANEEL, homologou o reajuste tarifário, em vigorar a partir de 22 de abril de 2020 da controlada direta ESE. No entanto, considerando o momento atual de crise devido à COVID-19, o reajuste tarifário foi suspenso a pedido da Companhia para o período de até 30 de junho de 2020, tendo, em contrapartida, o diferimento do recolhimento das quotas mensais da conta de desenvolvimento energético - CDE dos próximos três meses em iguais montantes financeiros. O impacto tarifário médio a ser percebido pelos consumidores foi um aumento médio de 1,20%.

40.2 Bandeiras tarifárias

A ANEEL definiu a aplicação da Bandeira Verde para os meses de abril e maio de 2020, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

40.3 Liberação de recursos - Despacho Aneel nº 986 de 07 de abril de 2020

Em 08 de abril de 2020 a ANEEL, através do Despacho nº 986, determinou a CCEE que: (i) efetuasse repasse aos agentes de mercado detentores de consumo os recursos financeiros disponíveis no fundo de reserva para alívio futuro de encargos, em sua totalidade e na proporção do consumo líquido dos últimos 12 meses de cada agente, utilizada para restituição de montantes excedentes da Conta de Energia de Reserva (CONER), referente a última contabilização realizada; (ii) na operacionalização da liberação deverão ser retidos os valores inadimplidos por cada agente na última liquidação do Mercado de Curto Prazo os quais serão caucionados para abatimento do débitos na próxima liquidação; e (iii) ao longo do ano de 2020 operacionalize o disposto nos itens (i) e (ii) sempre que houver saldo positivo no fundo de reserva para alívio futuro de encargos. Os montantes liberados naquela data para as controladas, são como segue:

Controladas	Valor liberado
Energisa Mato Grosso	31.064
Energisa Mato Grosso do Sul	20.395
Energisa Paraíba	17.206
Energisa Tocantins	9.630
Energisa Sul Sudeste	14.531
Energisa Rondônia	14.468
Energisa Sergipe	12.388
Energisa Minas Gerais	5.383
Energisa Acre	4.080
Energisa Borborema	2.296
Total	131.441

40.4 Empréstimos contratados

Em 09 de abril de 2020 a Companhia realizou a 5ª emissão da nota promissória em 4 Series em moeda corrente com remuneração de 100,00% do CDI + 2,75% a.a., a 1ª série teve sua emissão no valor de R\$1.500 com vencimento em 09 de Julho de 2020, a 2ª série teve sua emissão no valor de R\$1.450 com vencimento em 09 de Outubro de

2020, a 3ª série teve sua emissão no valor de R\$1.450 com vencimento em 09 de Janeiro de 2021 e a 4ª série teve sua emissão no valor de R\$95.650 com vencimento em 09 de abril de 2021.

Em 16 de abril de 2020 a companhia captou junto ao Banco BTG Pactual S/A a importância de R\$150.000 em moeda corrente com vencimento de 07 de Abril de 2021, com remuneração de 100,00% do CDI + 2,50% a.a.

Em 24 e 27 de abril de 2020 as controladas diretas e indiretas captaram junto ao Banco Santander Brasil S/A o montante de R\$381.667 com remuneração de 100,00% do CDI + 4,10% a.a., conforme segue:

Controladas	Valor Captado	Vencimentos
Energisa Mato Grosso	133.334	29/06/2021 e 29/12/2021
Energisa Mato Grosso do Sul	65.000	09/08/2021
Energisa Comercializadora	40.000	22/06/2021
Energisa Minas Gerais	73.334	29/06/2021 e 29/12/2021
Energisa Nova Friburgo	23.334	29/06/2021 e 29/12/2021
Energisa Borborema	46.666	29/06/2021, 29/12/2021 e 12/04/2021
Total	381.668	

40.5 Empréstimo liquidado

Em 24 e 27 de abril de 2020 as controladas diretas e indiretas fizeram a liquidação dos contratos junto ao Banco Santander Brasil S/A no valor total de R\$409.475, conforme segue.

Controladas	Valor liquidado
Energisa Mato Grosso	135.641
Energisa Mato Grosso do Sul	67.637
Energisa Comercializadora	59.811
Energisa Minas Gerais	74.603
Energisa Nova Friburgo	23.737
Energisa Borborema	48.046
Total	409.475

40.6 Aumento de capital de controladas

Controlada EMT:

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de abril de 2020, foi aprovado o aumento do capital social da controlada EMT no montante de R\$162.544 com emissão de 6.031.293 novas ações todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 2.051.663 ações ordinárias e 3.979.630 ações preferenciais, com utilização do saldo de adiantamento para futuro aumento de capital e de R\$2.544 em moeda corrente do país, passando o capital social da controlada a ser de R\$1.677.113, representado por 218.941.939 ações escriturais, sem valor nominal, sendo 75.529.774 ações ordinárias e 143.412.165 ações preferenciais.

Controlada REDE:

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de abril de 2020, foi aprovado o aumento do capital social da controlada REDE no montante de R\$445.815 com emissão de 52.448.744 novas ações ordinárias, em face do encerramento em 17 de abril de 2020 do Prazo para Exercício do Direito de Preferência com a subscrição e integralização de valor superior ao Montante Mínimo, com utilização de recursos do saldo de adiantamento para futuro aumento de capital e de R\$504 em moeda corrente do país, passando o capital social da controlada REDE a ser de R\$3.223.219, representado por 2.110.323.374 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Controlada DENERGE:

Em ata das assembleias gerais ordinária e extraordinária realizada em 28 de abril de 2020, foi aprovado o aumento do capital social da controlada Denerge no montante de R\$132.937 com emissão de 50.028 novas ações ordinárias da Companhia, todas nominativas; e sem valor nominal, mediante a capitalização pela acionista Energisa S.A. de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital ("AFACs"). O capital social da controlada passando para R\$2.063.475 correspondentes a 776.549 ações ordinárias e sem valor nominal.

40.7 Ataque Cibernético

Os sistemas computacionais da Companhia e de suas controladas sofreram ataque cibernético de hackers no final do dia 28 de abril de 2020, causando interrupção parcial e temporária nas operações da Companhia, sem no entanto, impactar o fornecimento de energia elétrica, muito embora o sistema de atendimento tenha operado com alguma contingência. A Companhia e suas controladas agiram rapidamente para a solução do problema acionando os planos de contingências e demais protocolos de segurança objetivando minimizar os impactos desta ação. Atualmente, os sistemas da Companhia e de suas controladas estão progressivamente retornando a sua normalidade e ações para neutralizar novos ataques cibernéticos foram implementadas. O evento não proporcionou qualquer impacto na elaboração das Informações financeiras trimestrais ora apresentadas.

Relatório sobre a revisão de Informações Trimestrais

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Energisa S.A.
Cataguases MG

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Energisa S.A. (Companhia) contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 2020.

ERIN & TONY
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6

Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC - 1RJ 093.771/O-9

ENERGISA S.A.
- COMPANHIA ABERTA -
CNPJ/MF: 00.864.214/0001-06
NIRE: 31.3.000.2503-9

Ata de Reunião do Conselho Fiscal da Energisa S.A. (Companhia), realizada em 14 de maio de 2020.

1. Data, Hora e Local: Aos 14 dias do mês de maio de 2020 às 16h30, na Av. Pasteur, n.º 110, 5º andar, Botafogo, Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

2. Convocação e Presença: Convocados regularmente todos os membros do Conselho Fiscal da Companhia, os conselheiros abaixo assinados participaram da reunião por vídeo conferência, verificando-se a composição de quorum suficiente para a instalação da presente reunião do Conselho Fiscal. Presente também o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, Sr. Mauricio Perez Botelho.

3. Mesa: Presidente: Sr. Paulo Henrique Laranjeiras da Silva
Secretário: Sr. João Paulo Paes de Barros

4. Deliberações: Foram tomadas, por unanimidade, as seguintes deliberações:

4.1. Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Reunião do Conselho Fiscal em forma de sumário.

4.2. Aprovar a eleição do Sr. Paulo Henrique Laranjeiras da Silva para o exercício do cargo de Presidente do Conselho Fiscal.

4.3. Consignar que os membros do Conselho Fiscal da Companhia examinaram as demonstrações financeiras referentes ao primeiro trimestre do exercício social de 2020, conforme apresentação realizada pelo Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, que prestou todos os esclarecimentos necessários e solicitados pelos Conselheiros Fiscais.

4.4. A cópia do material apresentado no item 4.3 pelo Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, numerada e autenticada pela mesa, fica arquivada na Companhia como doc.1.

5. Encerramento: Não havendo mais nada a ser tratado, o Presidente deu a reunião por encerrada, sendo lavrada a presente ata na forma de sumário, que, depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes.

Mesa:

Paulo Henrique Laranjeiras da Silva João Paulo Paes de Barros
Presidente Secretário

Conselheiros:

Paulo Henrique Laranjeiras da Silva Flavio Stamm

Vania Andrade de Souza Carlos Jurgen Temke

Mario Daud Filho

Não se aplica à Companhia.

Não se aplica à Companhia.

Declaração dos Diretores da Energisa S.A. (Companhia) sobre as Demonstrações Financeiras do primeiro trimestre de 2020.

Os diretores da Companhia acima assinado declararam, nos termos do art. 25, § 1º, VI, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordaram, ressalvado o limite específico da respectiva competência, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 14 de maio de 2020.

Ricardo Perez Botelho
Diretor-Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Alexandre Nogueira Ferreira
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretora de Gestão de Pessoas

José Marcos Chaves de Melo
Diretor de Suprimentos e Logística

Declaração dos Diretores da Energisa S.A. sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia acima assinado declararam, nos termos do art. 25, § 1º, V, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordaram, ressalvado o limite específico da respectiva competência, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 14 de maio de 2020.

Ricardo Perez Botelho
Diretor-Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Alexandre Nogueira Ferreira
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretora de Gestão de Pessoas

José Marcos Chaves de Melo
Diretor de Suprimentos e Logística
